



AGENDA 21

Magé



AGENDA 21 COMPERJ

Grupo Gestor:

Petrobras

Gilberto Maldonado Puig

Ministério do Meio Ambiente

Karla Monteiro Matos (2007 a junho de 2010)
Geraldo Abreu (a partir de julho de 2010)

Secretaria de Estado do Ambiente (RJ)

Carlos Frederico Castelo Branco

Equipe:

Coordenação Geral:

Ricardo Frosini de Barros Ferraz

Coordenação Técnica:

Patricia Kranz

Redação:

Arilda Teixeira
Janete Abrahão
Kátia Valéria Pereira Gonzaga
Patricia Kranz
Thiago Ferreira de Albuquerque

Pesquisa:

Mônica Deluqui e Ruth Saldanha

Revisão de Conteúdo:

Ruth Saldanha

Revisão:

Bruno Piotto e Fani Knoploch

Leitura Crítica:

Cláudia Pfeiffer

Edição de Texto:

Vania Mezzonato / Via Texto

Colaboração:

Ana Paula Costa
Bruno Piotto
Hebert Lima
Liane Reis
Luiz Nascimento
Nathália Araújo e Silva

Fomento dos Fóruns:

Ana Paula Costa

Colaboração:

Leandro Quintão
Paulo Brahim
Roberto Rocco

Projeto Gráfico:

Grevy Conti Designers

Seleção e Tratamento de Imagens:

Maria Clara de Moraes

Fotos:

Ana Paula Costa, Araújo Porfírio de Souza/
Banco de Imagens Petrobras: Beto Paes Leme,
Cris Isidoro, Ismar Ingber

Impressão:

Stilgraf

MEMBROS DO FÓRUM DA AGENDA 21 DE MAGÉ

Primeiro Setor

Amisterdan Santos Viana – Câmara Municipal de Vereadores

Antonio Marcos Andrade da Silva – Empresa de Correios e Telégrafos

Luiz Carlos Carneiro – Colégio Estadual Agrícola Almirante Ernani do Amaral Peixoto

Marcelle Cozzolino de Oliveira – Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Geração de Renda

Tereza Chaves – Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente

Suplentes:

Nilson de Mello Abrahão – Secretaria Municipal de Governo

Laurito Rodrigues Filho – Secretaria Municipal de Planejamento

Segundo Setor

Anacleto Penna Alves – Cooperativa dos Pequenos Produtores Rurais e Agricultores Familiares do Município de Magé (Coopage)

José Romildo Gonçalves Borges – Copab – Construções e Pavimentações Borges Ltda.

Roberto Silva de Siqueira – Escritório Siqueira & Associados

Ronaldo Santana Rocha – Câmara de Dirigentes Lojistas de Magé

Sheila Ramos Haubrick Borges – Manask – Produtos Alimentícios

Suplentes:

José Marcos Menezes Monteiro – Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Magé

Sérgio Luiz Torres Greco – Unigranrio

Terceiro Setor

Amilton Pereira de Amorim – Associação do Produtor Rural do Palmito de Magé (Apropam)

Araujo Porfírio de Souza – UNA – Um Novo Amanhecer

Marta Souza da Silva – Centro Cultural Mapa Mundi

Rosangela Souza Soares de Albergaria – Comitê de Cidadania Bem Aventurado

Walfredo Eduardo Alves – ONG Atitude Global

Suplentes:

Elizete Medeiros dos Santos Nery – Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação

Nair Paulo Cabral – Associação dos Usuários da Rodovia Rio-Magé

Comunidade

Damião de Souza – Associação de Moradores de Santa Dalila

Dulce Regina De Araújo – Associação de Moradores e Amigos de Nova Orleans

Elvis Soares Monteiro – Rádio Comunitária SF

José Rosário Neves dos Santos – Associação de Moradores do Barão de Iri

Márcia Regina Correa Santos – Associação dos Caranguejeiros e Amigos do Mangue de Magé

Suplentes:

Orlando de Araújo – Associação Moradores e Amigos da Cachoeirinha

Valdirene Couto Raimundo – Quilombo do Feital

Um dos principais empreendimentos da história da Petrobras, o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) deverá entrar em operação em 2013. Situado em Itaboraí, vai transformar o perfil socioeconômico de sua região de influência.

Ciente da necessidade de estabelecer um relacionamento positivo com as comunidades sob influência direta de suas operações, a Petrobras, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, a Secretaria de Ambiente do Estado do Rio de Janeiro e organizações da sociedade civil, desenvolveu uma metodologia para implementar a Agenda 21 Local nos municípios localizados no entorno do Comperj.

Em todo o mundo, já foram desenvolvidas mais de 5 mil Agendas 21 Locais, e diversas empresas utilizaram ou utilizam a Agenda 21 em seus processos de planejamento e alinhamento com a sustentabilidade. No entanto, não se conhece experiência anterior que tenha fomentado um processo em escala semelhante, nem que empregue a Agenda 21 como base de política de relacionamento e de comunicação, o que torna esta experiência uma estratégia empresarial inédita.

A implementação de Agendas 21 Locais colabora para estruturar modelos sustentáveis de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que esclarece o papel de cada setor social nesse processo. Além disso, neste caso, contribui para que os municípios se preparem mais adequadamente para os impactos e oportunidades advindos do desenvolvimento impulsionado pelo Comperj e por outras empresas que se instalarão na região.

A Agenda 21 Comperj expressa o compromisso por parte da Petrobras, do Ministério do Meio Ambiente, da Secretaria de Ambiente do Estado do Rio de Janeiro e de todos os demais envolvidos, de promover um desenvolvimento pautado na sustentabilidade no entorno da região em que o Comperj se insere.

Esse esforço só foi possível devido à ampla participação de toda a sociedade. Assim, agradecemos a todas as instituições, empresas, associações e cidadãos que, voluntariamente, dedicaram seu tempo e esforços ao fortalecimento da cidadania em seus municípios em busca de um modelo de desenvolvimento que leve qualidade de vida para todos.

Estendemos nosso agradecimento também a todas as prefeituras e câmaras de vereadores, ao Poder Judiciário e a outros representantes do Primeiro Setor por sua participação ativa nesse processo.

Esperamos que a Agenda 21, fruto de trabalho intenso e amplo compromisso, contribua para a construção de um futuro de paz e prosperidade para esta e as próximas gerações. Transformá-la em realidade é uma tarefa de todos.

Grupo Gestor da Agenda 21 Comperj



Carta Compromisso

Na condição de representante do município de Magé, firmo minhas ações voltadas para a população, objetivando estimular o desenvolvimento sustentável. Considero, neste momento importante, que o fortalecimento do Fórum Local da Agenda 21, norteador pela ampla participação popular, é fundamental à obtenção de uma sociedade mais justa e menos desigual.

O bem-estar social é o motivo maior do meu mandato e aproveito este momento para ratificar meu compromisso com os princípios de cidadania, justiça social, liberdade, igualdade e desenvolvimento, primando pela saúde e educação.

Com satisfação, agradeço a participação de todos os que contribuíram neste plano de desenvolvimento e os conclamo para um envolvimento ainda maior, para juntos projetarmos a Magé do futuro, com mais saúde, educação, respeito ambiental e desenvolvimento econômico. Obrigado!

Magé rumo ao futuro

Rozan Gomes da Silva

Prefeito de Magé



CARTA ABERTA AOS MORADORES DO MUNICÍPIO DE MAGÉ

Um programa para o desenvolvimento sustentável de nosso município.

Há três anos, a Petrobras, em conjunto com a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, nos trouxe a possibilidade de discutir a cidade, seus problemas e potencialidades, e apontar as transformações necessárias para tornar o município melhor do ponto de vista da sustentabilidade, da cidadania e da democracia, com responsabilidade social e ambiental.

Para isso, foi formado o Fórum da Agenda 21, com a participação de diversos setores da sociedade civil organizada, ONGs, associações e sindicatos, entre outros. Hoje, o nosso desafio é maior: precisamos garantir que os apontamentos e metas traçados saiam efetivamente do papel e representem a maioria da população do município.

Com a instalação do Comperj em Itaboraí – o que levará a cidade a adequar a capacidade da BR-493-RJ –, todos os municípios do entorno do empreendimento serão atingidos por fortes impactos ambientais e sociais.

Dessa forma, precisamos buscar o comprometimento de todos os que participam desta implementação, sobretudo as empresas envolvidas, para atenuar os impactos e oferecer contrapartidas a toda a população.

Este é um momento de grandeza, em que nos é dada a oportunidade de apontar a cidade que queremos para nós, filhos e netos. Momento ímpar para o nosso município, que lentamente vem democratizando seus espaços. No debate e na troca de informações com os atores sociais envolvidos, descobrimos grandes potencialidades e muitos motivos para melhorar nossa autoestima. O município é riquíssimo em belezas naturais, e a história pulsa em cada um de seus distritos: o acervo arquitetônico, as igrejas, as ruínas, a primeira estação ferroviária do Brasil, a Estrada do Ouro, e os sítios arqueológicos. Há muitas possibilidades de promover um desenvolvimento sustentável, que leve em conta os tradicionais catadores de caranguejos, pescadores e pequenos agricultores, entre outros.

O Fórum é um espaço de interlocução de todos com o poder público. E é importante que todos participem, trazendo suas propostas, anseios e sonhos, e apontando as possibilidades, para que possamos mudar os rumos da nossa cidade e acreditar que é possível a construção de uma nova Magé!

Já dizia o nosso mestre Betinho: “Um sonho sonhado sozinho é apenas um sonho, mas um sonho sonhado junto torna-se realidade”.

Para participar, entre em contato pelo *e-mail* do Fórum da Agenda 21 de Magé, forum21mage@yahoo.com.br e deixe o seu contato.



Sumário

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A AGENDA 21.....	13
A Agenda 21 Local.....	14
A Agenda 21 no Brasil.....	15
O COMPERJ.....	16
Agendas 21 Locais na Região.....	16
Premissas.....	17
Organização da Sociedade.....	17
Metodologia.....	18
Desafios e Lições Aprendidas.....	22
O MUNICÍPIO DE MAGÉ.....	25
Um pouco da história de Magé.....	26
Processo de construção da Agenda 21 Local.....	28
AGENDA 21 DE MAGÉ.....	31
Para ler a Agenda.....	31
Vetores Qualitativos.....	32
Vocação e Visão.....	35
ORDEM AMBIENTAL.....	39
Recursos Naturais.....	40
Recursos Hídricos.....	47
Biodiversidade.....	51
Mudanças Climáticas.....	55

ORDEM FÍSICA.....	61
Habitação.....	62
Saneamento.....	66
Mobilidade e Transporte.....	72
Segurança.....	75
ORDEM SOCIAL.....	79
Educação.....	80
Educação Ambiental.....	85
Cultura.....	87
Saúde.....	92
Grupos Principais.....	96
Padrões de Consumo.....	104
Esporte e Lazer.....	106
ORDEM ECONÔMICA.....	109
Geração de Trabalho, Renda e Inclusão Social.....	110
Agricultura.....	116
Indústria e Comércio.....	122
Turismo.....	126
Geração de Resíduos.....	128
MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO.....	133
Ciência e Tecnologia.....	134
Recursos Financeiros.....	138
Mobilização e Comunicação.....	143
Gestão Ambiental.....	145
AÇÕES DA PETROBRAS NA REGIÃO.....	150
Programas ambientais.....	150
Projetos sociais.....	151
GLOSSÁRIO (SIGLAS).....	154
PARTICIPANTES.....	158
CRÉDITOS TÉCNICOS E INSTITUCIONAIS.....	167

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A AGENDA 21

A sustentabilidade não tem a ver apenas com a biologia, a economia e a ecologia, tem a ver com a relação que mantemos com nós mesmos, com os outros e com a natureza.
(Moacir Gadotti)

A vida depende essencialmente do que a Terra oferece – água, ar, terra, minerais, plantas e animais. Todavia, há algumas décadas, esses recursos naturais vêm dando sinais de esgotamento ou de degradação, principalmente em função do consumo dos seres humanos, que estão se apropriando de cerca de 20% da produção mundial de matéria orgânica. Como um planeta com recursos em grande parte finitos pode abrigar e prover a crescente população de seres humanos e as demais espécies que nele vivem?

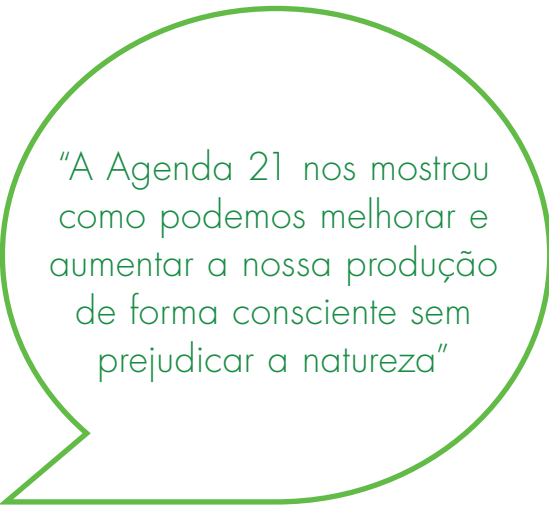
Evidências científicas sobre os crescentes problemas ambientais levaram a Organização das Nações Unidas (ONU) a reunir 113 países, em 1972, no primeiro grande evento internacional sobre o meio ambiente – a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano, conhecida como Conferência de Estocolmo. Uma das conclusões do encontro foi que era preciso rever a própria noção de desenvolvimento. Para tanto, foi criada a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, que, em 1987, publicou o relatório “Nosso Futuro Comum”, no qual foi consagrado o conceito de “desenvolvimento sustentável”.

A Comissão declarou que a economia global, para atender às necessidades e interesses legítimos das pessoas, deve crescer de acordo com os limites naturais do planeta e lançou o conceito de sustentabilidade. “A humanidade tem a capacidade de tornar o desenvolvimento sustentável – de assegurar que ele atenda às necessidades do presente sem comprometer a habilidade das futuras gerações de satisfazer suas próprias necessidades.”

Em busca desse novo modelo de desenvolvimento, em 1992 a ONU convocou a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro e que ficou conhecida como Rio-92. Tratou-se, na época, do maior evento voltado para o meio ambiente até então realizado pela ONU, contando com a representação de 179 nações e seus principais dirigentes.

Um dos principais resultados da Rio-92 foi o documento do Programa Agenda 21, que aponta o desenvolvimento sustentável como o caminho para reverter tanto a pobreza quanto a destruição do meio ambiente. O documento lista as ações necessárias para deter, ou pelo menos reduzir, a degradação da terra, do ar e da água e preservar as florestas e a diversidade das espécies de vida. Trata da pobreza e do consumo excessivo, ataca as desigualdades e alerta





“A Agenda 21 nos mostrou como podemos melhorar e aumentar a nossa produção de forma consciente sem prejudicar a natureza”

para a necessidade de políticas de integração entre questões ambientais, sociais e econômicas.

Em seus 40 capítulos, o documento detalha as ações esperadas dos governos que se comprometeram com a Agenda 21 e os papéis que cabem a empresários, sindicatos, cientistas, professores, povos indígenas, mulheres, jovens e crianças na construção de um novo modelo de desenvolvimento para o mundo.

A Agenda 21 local

Mais de dois terços das declarações da Agenda 21 adotadas pelos governos nacionais participantes da Rio-92 não podem ser cumpridos sem a cooperação e o compromisso dos governos locais. Em todo o documento há uma forte ênfase na “ação local” e na administração descentralizada.

Mais precisamente, a ideia da elaboração das Agendas 21 Locais vem do capítulo 28 da Agenda 21, o qual afirma que é no nível local que as ações ocorrem concretamente e, assim, as comunidades que usam os recursos naturais para sua sobrevivência é que podem ser mais eficientemente mobilizadas para protegê-los.

A Agenda 21 Local é um processo de elaboração de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável e de sua implementação por meio da formação de parcerias entre autoridades locais e outros setores, orientando-os rumo ao futuro desejado.

O processo de construção de Agendas 21 Locais se inicia com um levantamento dos problemas, preocupações e potencialidades de cada território, seguido da elaboração de um plano local de desenvolvimento sustentável, de forma consensual e com ampla participação de todos os setores da sociedade.

A construção das Agendas 21 Locais se dá por meio dos Fóruns de Agenda 21, espaços de diálogo onde representantes de diversos setores da sociedade se reúnem regularmente para acompanhar a construção das Agendas 21 Locais e a viabilização dos Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável.

A construção de Agendas 21 Locais é um processo contínuo – e não um único acontecimento, documento ou atividade. Não existe uma lista de tarefas a executar, mas uma metodologia que envolve uma série de atividades, ferramentas e abordagens que podem ser escolhidas de acordo com as circunstâncias e prioridades locais, e que deverão ser constantemente trabalhadas e atualizadas.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA), a Agenda 21 Local é o processo de planejamento participativo de determinado território que envolve a implantação de um Fórum de Agenda 21. Composto por governo e sociedade civil, o Fórum é responsável pela construção de um Plano Local de Desenvolvimento Sustentável (PLDS), que estrutura as prioridades locais por meio de projetos e ações de curto, médio e longo prazos. No Fórum são também definidas as responsabilidades do governo e dos demais setores da sociedade local na implementação, acompanhamento e revisão desses projetos e ações.

A Agenda 21 no Brasil

O processo de elaboração da Agenda 21 brasileira se deu entre 1996 e 2002, e foi coordenado pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável (CPDS). Durante esse período, cerca de 40 mil pessoas em todo o País foram ouvidas, em um processo que valorizava a participação cidadã e democrática.

No ano seguinte ao término da sua elaboração, a Agenda 21 brasileira foi alocada como parte integrante do Plano Plurianual (PPA) do governo federal – o que lhe proporcionou maior força política e institucional – e deu-se início à fase de implementação.

A Agenda 21 brasileira cita quatro dimensões básicas no processo de construção do desenvolvimento sustentável:

Ética – demanda que se reconheça que o que está em jogo é a vida no planeta e a própria espécie humana;

Temporal – determina a necessidade de planejamento a longo prazo, rompendo com a lógica imediatista;

Social – expressa o consenso de que o desenvolvimento sustentável só poderá ser alcançado por uma sociedade democrática e mais igualitária;

Prática – reconhece que a sustentabilidade só será conquistada por meio da mudança de hábitos de consumo e de comportamentos.

Assim como nos demais países, a Agenda 21 brasileira não pode ser cumprida sem a cooperação e o compromisso dos governos locais.

○ COMPERJ

O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), um dos principais empreendimentos da Petrobras no setor petroquímico, está sendo construído no município de Itaboraí, no Estado do Rio de Janeiro.

Quando entrar em operação, o complexo agregará valor ao petróleo nacional e reduzirá a necessidade de importação de derivados e produtos petroquímicos. Além disso, atrairá novos investimentos e estimulará a criação de empregos diretos, indiretos e por efeito renda, modificando o perfil socioeconômico da região do leste fluminense.

Para mais informações sobre o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, acesse o *site* www.comperj.com.br

Mapa 1: Área de atuação da Agenda 21 Comperj



Agendas 21 locais na região

O projeto Agenda 21 Comperj é uma iniciativa de responsabilidade socio-ambiental da Petrobras, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e a Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro, que formam o Grupo Gestor do projeto. É parte do programa de relacionamento que a companhia está promovendo junto aos 15 municípios localizados nas proximidades do Comperj: Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Maricá, Niterói, Nova Friburgo, Rio Bonito, Rio de Janeiro, São Gonçalo, Saquarema, Silva Jardim, Tanguá e Teresópolis. Juntos, estes municípios representam uma área de 8.116 km², com mais de oito milhões de habitantes, dos quais seis milhões correspondem à população do município do Rio de Janeiro.

O objetivo do projeto é criar e fomentar processos de Agenda 21 Locais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável em toda a região e melhorando a qualidade de vida de seus habitantes, hoje e no futuro.

O projeto Agenda 21 Comperj foi realizado simultaneamente em todos os municípios participantes, com exceção do Rio de Janeiro. Este município se encontra na fase de Consolidação Municipal (ver Metodologia), devido à complexidade local e aos planos de preparação para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, ainda em elaboração.

A descrição e os documentos gerados em cada etapa podem ser encontrados no *site* www.agenda21comperj.com.br.

Com o lançamento das Agendas e a implementação dos Fóruns Locais em cada município, o projeto é encerrado, e os Fóruns passam a ser acompanhados pelo Programa Petrobras Agenda 21 e a se relacionar diretamente com o Comperj.

Uma vez finalizadas, as Agendas 21 passam a ser uma referência para a implantação de políticas públicas e ações compensatórias e de responsabilidade socioambiental de empresas que deverão se instalar na região.

Premissas

O projeto Agenda 21 Comperj adota as premissas de construção de Agenda 21 preconizadas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA):

- Abordagem multissetorial e sistêmica, que envolve as dimensões econômica, social e ambiental;
- Sustentabilidade progressiva e ampliada, ou seja, construção de consensos e parcerias a partir da realidade atual para o futuro desejado;
- Planejamento estratégico participativo: a Agenda 21 não pode ser um documento de governo, mas um projeto de toda a sociedade;
- Envolvimento constante dos atores no estabelecimento de parcerias, aberto à participação e ao engajamento de pessoas, instituições e organizações da sociedade;
- Processo tão importante quanto o produto;
- Consensos para superação de entraves do atual processo de desenvolvimento.

Organização da sociedade

O projeto Agenda 21 Comperj substituiu a divisão paritária da malha social entre governo e sociedade civil, comumente adotada, pela divisão em quatro setores – público, privado, sociedade civil organizada e a comunidade – no

"O processo da Agenda 21 levou conhecimento às pessoas com pouca oportunidade, mostrando que a participação de todos é essencial para o nosso desenvolvimento"

intuito de identificar mais detalhadamente as demandas locais, fortalecendo a representação dos diversos segmentos.

SETORES	REPRESENTAÇÃO
Primeiro	Prefeituras, Câmaras de Vereadores, poderes Legislativo e Judiciário, órgãos e empresas públicos
Segundo	Empresas de capital privado, associações e federações do setor produtivo
Terceiro	ONGs, sindicatos, associações de classe, clubes, fundações
Comunidade	Associações de moradores e de pescadores, e cidadãos em geral

Metodologia

A metodologia do Projeto Agenda 21 Comperj é constituída de cinco etapas:

- 1) Mobilização da Sociedade;
- 2) Construção Coletiva;
- 3) Consolidação Municipal;
- 4) Formalização dos Fóruns Locais;
- 5) Finalização das Agendas.

A descrição resumida dessas etapas e dos produtos delas resultantes se encontra nas tabelas das páginas seguintes e de forma mais detalhada no *site* www.agenda21comperj.com.br.

Para executar as quatro primeiras fases, foram contratadas, por meio de licitação, quatro Organizações Não Governamentais – Instituto Ipanema, Instituto de Estudos da Religião – Iser, Rodaviva e Associação de Serviços Ambientais – ASA –, encarregadas da mobilização dos setores sociais e da facilitação de oficinas.

Para o acompanhamento da fase de Finalização das Agendas, incluindo redação, diagramação, impressão e eventos de lançamento, foram contratados consultores especializados.

Como resultado deste processo, as diferentes demandas da sociedade foram identificadas e sistematizadas em um mapeamento detalhado do cenário local, contemplando anseios, propostas e visões dos quatro setores dos municípios abrangidos.

Com a sociedade local representada nos Fóruns de maneira paritária e com um objetivo comum, foi possível construir os Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável.

Ao final das cinco etapas, as Agendas 21 Comperj compõem um mosaico do contexto regional e oferecem uma visão privilegiada do cenário no qual o Complexo Petroquímico será instalado, indicando as potencialidades que podem ser aproveitadas em benefício de todos, fortalecendo a cidadania e a organização social.

ETAPAS	ATIVIDADES	RESULTADOS/PRODUTOS	RESPONSABILIDADES	
Mobilização da Sociedade Março de 2007 a Janeiro de 2008	Caravana Comperj, em cada município, para: • Apresentar o Comperj, o projeto de Agenda 21 e as demais ações planejadas para a região; • Identificar lideranças e atores estratégicos locais; • Sensibilizar e mobilizar os setores; • Envolver a comunidade no processo; • Divulgar o calendário de eventos relacionados à Agenda 21.	Na região: • 15 Caravanas Comperj realizadas; • 1.589 representantes do poder público, 900 da iniciativa privada, 850 do Terceiro Setor e 5.038 municípios em geral, movimentos populares e associações de moradores mobilizados para a fase seguinte do processo; • Fórum Regional da Agenda 21 Comperj criado em reunião com a presença de 2.700 pessoas.	MMA/SEA/ Petrobras (Grupo Gestor)	Coordenação e responsabilidade operacional
Construção Coletiva Janeiro a Setembro de 2008	Seis reuniões por setor em cada município para: • Fortalecer os setores, identificar seus interesses e promover o alinhamento da visão de cada um sobre o município; • Realizar o Levantamento das Percepções Setoriais (LPS), identificando preocupações e potencialidades; • Elaborar Planos de Ação Setoriais; • Eleger sete representantes de cada setor.	Na região: • 369 reuniões ordinárias e 197 extraordinárias realizadas; • 292 representantes eleitos para participação nas atividades da fase seguinte. Em cada município: • Estágios de desenvolvimento do município em relação aos 40 capítulos da Agenda 21 Global identificados (Vetores Qualitativos)¹; • Preocupações e potencialidades de cada setor identificadas; • Planos Setoriais elaborados; Setores sociais fortalecidos e integrados.	MMA/SEA/ Petrobras (Grupo Gestor) Fundação José Pelúcio (UFRJ) ONGs Ipanema, Iser, Roda Viva, ASA Fórum Regional Agenda 21 Comperj	Coordenação estratégica Coordenação executiva Responsabilidade operacional Monitoramento

1 Os Vetores Qualitativos foram elaborados a partir da metodologia do Instituto Ethos para a construção do desenvolvimento sustentável em empresas. Esta ferramenta definiu uma escala que possibilitou a identificação do estágio no qual o município se encontrava em relação a cada um dos 40 capítulos da Agenda 21, ajudando os participantes a relacioná-los com a realidade local e planejar aonde gostariam de chegar.

ETAPAS	ATIVIDADES	RESULTADOS/PRODUTOS	RESPONSABILIDADES	
Consolidação Municipal Novembro de 2008 a Junho de 2009	Duas oficinas com os representantes dos quatro setores de cada município para: • Integrar os setores, orientando-os para um objetivo comum: o desenvolvimento sustentável do município; • Obter consenso sobre os estágios dos vetores estabelecidos pelos quatro setores; • Obter consenso sobre as preocupações e potencialidades elencadas pelos quatro setores; • Identificar a vocação e construir uma visão de futuro para o município com base na realidade local, bem como oportunidades e demandas decorrentes da implantação do Comperj; • Elaborar um plano de ação com base nos temas estruturantes de planejamento; Elaborar o detalhamento preliminar de propostas para viabilizar o plano de ação.	Na região: 30 oficinas de 20 horas cada. Em cada município: • Consenso acerca das preocupações e potencialidades municipais e estágios dos vetores identificados; • Planos de ação municipais elaborados; • Primeira versão de Vocação e Visão de Futuro do município; • Propostas de ação detalhadas, prioridades e próximos passos estabelecidos e possíveis parceiros e fontes de financiamento identificados; • Setores sociais integrados em um Fórum da Agenda 21.	MMA/SEA/ Petrobras (Gruppo Gestor) Ipanema, Iser, Roda Viva, ASA Consultoria	Coordenação estratégica e executiva Responsabilidade operacional e metodológica ILTC ²

"A expectativa é implementar algumas ações e transformar o nosso município através da sustentabilidade e da responsabilidade com a Agenda 21"

2 ILTC – Instituto de Lógica, Filosofia e Teoria da Ciência

ETAPAS	ATIVIDADES	RESULTADOS/PRODUTOS	RESPONSABILIDADES	
Formalização dos Fóruns Locais Julho a Dezembro de 2009	Duas oficinas em cada município para: • Orientar os Fóruns para sua organização, estruturação e formalização através de projeto de lei ou decreto; • Desenvolver o Regimento Interno; • Aprimorar a vocação e a visão de futuro municipal; • Realizar a análise técnica das propostas de ação.	Na região: • 28 oficinas e diversas visitas técnicas realizadas; • Portal na internet para relacionamento e divulgação do projeto lançado. Em cada município: • Decreto ou projeto de lei criando o Fórum da Agenda 21 Local aprovado; • Regimento interno do Fórum elaborado; • Fórum organizado com estruturas de coordenação, secretaria executiva e grupos de trabalho; • Primeira versão do Plano Local de Desenvolvimento Sustentável finalizada; • Segunda versão da vocação e da visão de futuro municipal desenvolvida; • Propostas de ação analisadas tecnicamente.	MMA/SEA/ Petrobras (Grupo Gestor) Ipanema, Iser, Roda Viva, ASA	Coordenação estratégica e executiva Responsabilidade operacional e metodológica
Finalização das Agendas Janeiro de 2010 a Junho de 2011	Consultoria e serviços para: • Pesquisar dados estatísticos e informações técnicas; • Levantar e produzir material visual; • Redigir, editar, revisar, diagramar e imprimir as Agendas. Duas oficinas em cada município, para: • Validar os textos de diagnósticos; • Atualizar e validar as propostas de ação. Cinco encontros de coordenação dos Fóruns de Agenda 21 Locais para: • Promover a integração e fomentar o apoio mútuo entre os Fóruns locais. Encontros, reuniões locais e contato permanente para: • Fortalecer a integração do Fórum com o poder público local; • Desenvolver e fomentar o Fórum Local.	Na região: • 28 oficinas e diversos encontros e reuniões locais e regionais realizados; • Comitê Regional da Agenda 21 Comperj estruturado para apoiar os Fóruns e planejar e facilitar ações regionais ou intermunicipais. Em cada município: • Fórum de Agenda 21 Local em funcionamento; • Agenda 21 Local publicada e lançada; • Site do Fórum Local em funcionamento; • Vídeo da Agenda 21 local produzido.	MMA/SEA/ Petrobras (Grupo Gestor) Consultores contratados	Coordenação estratégica e executiva Responsabilidade técnica e operacional

DESAFIOS E LIÇÕES APRENDIDAS

Processos participativos são sempre muito complexos. A ordem de grandeza deste projeto – 15 municípios envolvidos e mais de 8 mil participantes diretos – se por um lado o tornava mais estimulante, por outro aumentava os desafios para o sucesso da iniciativa.

O primeiro deles foi o fato de se tratar de um projeto iniciado pela Petrobras tendo como elemento definidor do território de atuação os municípios influenciados pela implantação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj).

Em geral, processos de Agenda 21 Local são iniciados pelo poder público municipal ou por organizações da sociedade civil, sendo, por vezes mais difícil obter a adesão do Segundo Setor. Além disso, empresas do porte da Petrobras despertam resistências e expectativas muitas vezes desmedidas.

No entanto, a atenção dedicada ao projeto, coordenado e acompanhado pela Petrobras, e a transparência na condução dos processos minimizaram posturas negativas e foram decisivas para conseguir o comprometimento de todos os participantes.

A inovação metodológica de iniciar o trabalho dividindo os segmentos sociais foi bem-sucedida, propiciando que os interesses ficassem bem definidos e alinhados internamente nos setores e, depois, igualmente representados. Embora o sistema simplificado de indicadores – os Vetores Qualitativos – precise ser aperfeiçoado, ficou clara sua utilidade para que todos tomassem conhecimento do conteúdo da Agenda 21. No entanto, a complexidade de alguns temas e a falta de correspondência de outros com a realidade local dificultaram a compreensão de alguns participantes.

O tempo dedicado às etapas iniciais constituiu uma limitação para uma melhor identificação de lideranças representativas, para que novas pessoas se incorporassem ao processo e para a capacitação dos participantes em tantos e tão variados temas. Estes percalços foram trabalhados nas etapas seguintes.

Outra questão foi o equilíbrio delicado entre usar a mesma metodologia para todos os municípios e fazer as adaptações necessárias às diferentes realidades encontradas. Quanto mais o processo evoluía, mais as diferenças se acentuavam. Mesmo assim, foi possível alcançar um resultado que reflete as peculiaridades de cada município e o grau de maturidade de cada grupo mantendo uma estrutura semelhante e apoiando a todos da mesma forma.

A construção do consenso em torno das preocupações, potencialidades e ações identificadas foi bem-sucedida graças à concordância em torno de objetivos comuns, ao estabelecimento de regras claras e à ação de facilitadores experientes. A consolidação dos Fóruns requer uma boa compreensão do que

é representatividade e tempo para que esta se desenvolva. O debate sobre o Regimento Interno foi um momento rico e determinante para a sustentabilidade dos Fóruns. Assim, foi encaminhado sem pressa, com foco nos valores que cada grupo desejava adotar e por meio do desenvolvimento de critérios para a tomada de decisão.

A criação de um portal com um *site* para cada município, com notícias atualizadas, divulgação de oportunidades, editais e boas práticas, biblioteca, vídeos e ferramentas de interatividade, como o *chat*, traz inúmeras possibilidades de comunicação, funcionando como uma vitrine do projeto e uma janela dos Fóruns para o mundo.

Além de democratizar e dar transparência às atividades de cada Fórum Local, o portal proporciona a troca de experiências entre eles, criando uma sinergia para seu desenvolvimento. As limitações de acesso à internet na região são uma barreira que esperamos seja superada em breve.

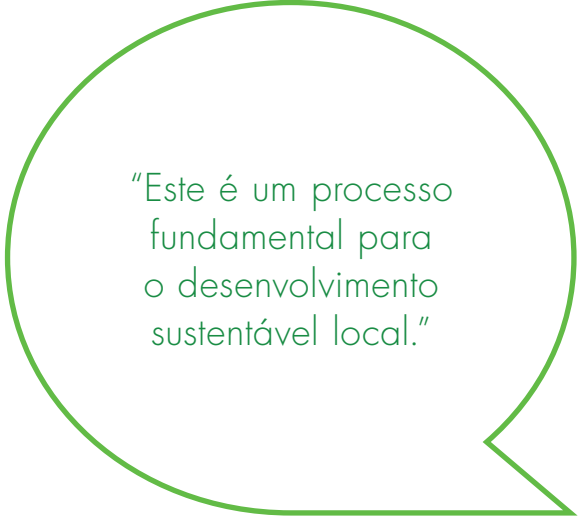
Finalmente, a integração entre os saberes técnico e popular é um dos aspectos mais gratificantes do processo e foi conduzida cuidadosamente com a construção dos textos das Agendas a partir do contato constante com os Fóruns. As preocupações e potencialidades indicadas por consenso nas reuniões foram suplementadas por informações técnicas obtidas de diversas fontes, como institutos de pesquisa, prefeituras e agências governamentais diversas.

O processo de consulta continuou durante a etapa de finalização da Agenda. Sempre que as informações coletadas divergiam da percepção dos participantes e quando incongruências ou questões técnicas eram identificadas, os consultores se dedicavam a dirimir as dúvidas, por telefone, *e-mail* ou em reuniões presenciais. Os Fóruns também se empenharam em qualificar o trabalho realizado, que foi aprimorado progressivamente. A evolução deste processo pode ser verificada nos documentos postados no *site* de cada município na internet.

Ao longo do processo foram necessárias diversas adaptações, naturais em processos participativos, já que estes, por sua natureza, não ocorrem exatamente de acordo com o planejado. Todos os envolvidos aprenderam a flexibilizar suas expectativas e atitudes em prol do bem comum.

O resultado que apresentamos agora é a síntese deste percurso de mais de três anos, durante os quais foram construídas novas relações e aprofundado o entendimento de todos os envolvidos sobre o modelo de desenvolvimento almejado para a região. A diversidade é uma premissa da sustentabilidade e, assim como a participação, demanda transparência e responsabilidade individual e coletiva pelos resultados alcançados.

Um processo de Agenda 21 Local é a construção participativa do consenso possível entre interesses diversos, com o objetivo comum de promover a



“Este é um processo fundamental para o desenvolvimento sustentável local.”

qualidade de vida e a justiça social, sem perder de vista os limites impostos pelo planeta e tendo um futuro sustentável como horizonte comum.

A Agenda 21 publicada é o início da jornada rumo a este futuro.



Membros e facilitadores do Fórum da Agenda 21 de Magé

O MUNICÍPIO DE MAGÉ²

Área total: 386,61 km²

População estimada: 228.150 habitantes (IBGE – 2010)

Economia: Serviços e comércio

PIB: R\$ 1.675.618 milhões (IBGE – 2008)

Participação no PIB estadual: 0,5% (Ceperj – 2007)

Magé é formado por três ecossistemas ricos em biodiversidade e de grande importância ambiental na região metropolitana. O primeiro, ao norte, é a encosta da Serra dos Órgãos, com o predomínio de escarpas rochosas, cobertura vegetal de Mata Atlântica e algumas pastagens e plantações de bananeiras. O clima é mais ameno e com muitas chuvas no verão. É nesta área que nascem os rios que banham Magé, inclusive os mananciais de captação de água que atendem a outros municípios da região, e se localiza parte do Parque Nacional da Serra dos Órgãos.

O segundo é a área de baixada, mais plana, situada no centro do município, onde se encontram os melhores solos para a agropecuária e os núcleos urbanos. Existem ainda muitos lotes desocupados ao redor destes núcleos, com grandes áreas vazias entre eles.

O terceiro é litorâneo, com importante função na reprodução da fauna marinha. É uma região sujeita a inundações periódicas, onde predominam brejos e manguezais. Apesar das condições inadequadas à ocupação urbana, muitas áreas estão loteadas.

Os diversos rios que atravessam Magé nascem nas serras dos Órgãos e Estrela – Iriú, Suruí, Santo Aleixo ou Roncador, Magé e Estrela –, desembocam na Baía de Guanabara e têm importância fundamental no desenvolvimento agropecuario local, na produção industrial e no processo de urbanização.

A maior parte do extenso território de Magé tem baixa densidade de ocupação e características predominantes de área rural, onde se destacam núcleos urbanos isolados entre si, ligados por rodovias e ramais ferroviários.

Os principais núcleos urbanos correspondem às sedes históricas de antigas freguesias e povoados. Existem seis distritos municipais em Magé, cada um

Produto Interno Bruto (PIB) –

Indicador que mede a produção de um território, segundo três grupos principais: agropecuária (agricultura, extrativa vegetal e pecuária); indústria (extrativa mineral, transformação, serviços industriais de utilidade pública e construção civil); e serviços (comércio, transporte, comunicação e serviços da administração pública, entre outros).

Magé – O nome deriva de Magépe-miri, que significa “pequeno cacique” na língua dos índios Tamoios.



Magé localiza-se no sopé da Serra dos Órgãos

² Baseado em Concurso de Monografia CBTU 2005 – A Cidade nos Trilhos Estrada de Ferro Mauá – O Trem do Desenvolvimento Urbano de Magé. Autores: Isabel Cristina dos Reis Lima e Silva e Raul Cahet Lisboa.

Assentamentos subnormais – Áreas que possuem condições inadequadas para a ocupação humana, expondo a população a riscos.

Garrincha – O atleta conhecido como “alegria do povo” marcou seu nome na história do futebol mundial como um autêntico gênio da bola. Foi um legítimo representante do futebol-arte brasileiro e bicampeão do mundo pela Seleção Brasileira na Suécia e no Chile. Manoel dos Santos ganhou o apelido quando ainda era criança, em Pau Grande, distrito de Magé. Garrincha era o nome de um pássaro de cauda vermelha, que ele costumava caçar. Começou a jogar aos 14 anos, no Esporte Clube Pau Grande. Mais tarde, foi levado por Arati, um ex-jogador, para o Botafogo de Futebol e Regatas.

com características próprias relacionadas ao processo histórico de ocupação. De forma geral, é possível identificar os seguintes tipos de ocupação:

- Núcleos situados na serra originados a partir da implantação de fábricas no final do século 19, como é o caso de Pau Grande, no 3º distrito, e Santo Aleixo, no 2º;
- Áreas em que predominam matas e cachoeiras, apropriadas para o incentivo ao ecoturismo;
- Pequenas vilas pesqueiras, como Suruí (4º distrito), Piedade (2º distrito) e outras situadas no litoral;
- Núcleos urbanos bem estruturados de médio porte, como a sede municipal (1º distrito);
- Bairros-balneários, como Mauá (5º distrito);
- Núcleos residenciais típicos da Baixada Fluminense, como Piabetá e Frágoso, com alta densidade de ocupação e concentração de habitações de baixa renda e inúmeros assentamentos subnormais.

Ao longo de sua história, o território de Magé recebeu várias benfeitorias e prédios, dos quais resta um número razoável. Esse patrimônio histórico foi tombado em nível nacional e estadual.

A ocupação do território de Magé foi marcada pelos principais ciclos econômicos de desenvolvimento da história do Brasil: o da cana-de-açúcar no século 16; o do ouro nas Minas Gerais, no século 17; o do café no Vale do Paraíba, no final do século 18; e a introdução da indústria têxtil, no final do século 19 e princípio do século 20. A participação do município nesses ciclos se deu em função de sua posição geográfica privilegiada, como parte importante das rotas comerciais, o que permitiu o surgimento de uma função logística associada a vários modos de transporte.

Um pouco da história de Magé

O desbravamento da região de Magé data dos primeiros tempos coloniais do Brasil. Na época, viviam na região índios da tribo dos Tamoios, dos quais não restam vestígios. Em 9 de junho de 1565, após a expulsão dos franceses do Rio de Janeiro, Simão da Mota recebeu uma sesmaria perto de onde hoje existe o porto da Piedade e lá se estabeleceu.

Em 1696, foi criada a Freguesia de Magepe, que, devido à fertilidade do solo, ao grande número de escravos e ao esforço dos colonizadores, gozou de uma situação invejável no período colonial. Em 1789, foi elevada à categoria de vila por ordem do vice-rei D. Luiz de Vasconcellos e Souza e obteve sua emancipação. Há indícios da existência, naquela época, de pelo menos três grandes

engenhos de açúcar e de atividades de exploração de madeira na região. Nas áreas alagáveis, eram cultivados mandioca, legumes, café, frutas e arroz.

A região se beneficiava da ampla rede hidrográfica e da comunicação marítima com a Baía de Guanabara, o que facilitava o escoamento da produção rural para o Rio de Janeiro e conferia a Magé uma posição de cidade portuária.

Nos séculos 17 e 18, foram criados três caminhos oficiais que ligavam as províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais para a passagem do ouro e das pedras preciosas. A partir de 1723, se inicia em Magé, mais precisamente no Porto da Estrela, a construção da principal e mais movimentada Estrada Real do Brasil, que unia a capital do Império à província das Minas Gerais.

No século 18, com o declínio do ciclo do ouro, a economia passou a girar em torno da produção cafeeira do Vale do Paraíba e do sul de Minas. Magé permanecia uma região de passagem, com pequenos vilarejos que serviam de parada para os viajantes. Toda a infraestrutura criada a partir do comércio de ouro e de pedras preciosas de Minas Gerais foi modernizada e adaptada ao café. Estradas foram recuperadas, e os portos de Iguaçu e Estrela (Inhomirim) passaram a servir ao embarque da produção cafeeira do sul de Minas. Nessa época, o Porto da Estrela era o segundo mais movimentado de todo o território brasileiro, somente superado pelo do Rio de Janeiro.

Em 1799, após sucessivos pedidos de melhoria da estrada variante do Caminho Novo, o príncipe regente D. João aprovou a obra de calçamento da parte mais íngreme, tombada pelo Patrimônio Histórico Nacional em 1937. O calçamento apresenta alguns trechos em razoáveis condições de preservação.

A importância do município durante o Segundo Império pode ser comprovada com a inauguração, em 1854, da primeira ferrovia da América do Sul, a Estrada de Ferro Mauá, com 14,5 quilômetros de extensão, construída por iniciativa de Irineu Evangelista de Sousa – o barão de Mauá. A viagem a Petrópolis começava por via marítima, até o Porto Mauá, depois por trem até Raiz da Serra e seguia por diligência, na estrada da Serra da Estrela.

No final do século 19, com a abolição da escravidão, a produção cafeeira entrou em colapso, levando a uma grave crise econômica que, aliada à insalubridade da região, ocasionou a extinção das grandes plantações. O abandono das terras assoreou os rios, que alagaram a baixada que corta o território municipal, originando surtos de malária e paralisando o desenvolvimento econômico da região por décadas.

Ao mesmo tempo em que desmoronava a economia do Vale do Paraíba, a Baixada Fluminense também enfrentava um período de decadência. A inauguração da Estrada de Ferro D. Pedro II, em 1864, ligando Petrópolis ao Rio de Janeiro, sem cruzar o Rio Inhomirim, representou um trajeto direto por terra, desviando-se do percurso original até o Cais Mauá, em Guia de Pacobaíba.



Barão de Langsdorff – Naturalista e diplomata, nascido em 1774 em Wöllstein, Prússia, ficou famoso por sua heroica expedição pelo interior do Brasil – de São Paulo ao Pará, via Cuiabá, em toscas canoas pelos rios, no século 19. Membro da Academia de Ciências de São Petersburgo, foi nomeado cônsul-geral da Rússia no Rio de Janeiro, onde se instalou em abril de 1813. Adquiriu uma fazenda na Raiz da Serra de Magé, onde, paralelamente às funções de cônsul, exerceu intensa atividade científica.



Antiga estação da Estrada de Ferro Mauá, primeira ferrovia do Brasil, inaugurada em Magé



Marco da fundação de Magé

O período republicano trouxe investimentos em novos setores da economia, como o industrial. O fato de Magé contar com estradas de ferro, condições geográficas favoráveis e ser rico em recursos hídricos tornou a região especialmente atraente para a implantação de indústrias têxteis, associadas ao capital e à tecnologia ingleses.

O desenvolvimento industrial impulsionou a abertura de novas estradas de ferro em direção ao interior do município, que começou a assistir a uma ocupação mais acentuada a partir da segunda metade do século 20. Em 1946, já havia sido iniciado o trabalho de drenagem dos rios da região, com benefícios diretos para a atividade agropecuária e urbana.

Em meados dos anos 60, o serviço ferroviário de passageiros no trecho Piabetá-Guia de Pacobaíba foi extinto. A estação e a linha foram abandonadas e, embora tombadas pelo Patrimônio Histórico, permanecem no descaso.

Em 1992, com a autonomia de Guapimirim, Magé sofreu uma expressiva redução do território. O município ainda é um ponto de passagem entre Rio e Teresópolis, mas as altas tarifas de pedágio na rodovia estancaram o seu desenvolvimento, dificultando o transporte diário para a massa popular empregada no Rio de Janeiro e desestimulando a implantação de novas atividades produtivas na região.

O processo de construção da Agenda 21 Local

Em 2 de maio de 2007, a Caravana Comperj da Petrobras visitou Magé para divulgar o empreendimento e as ações de relacionamento propostas para a região, convidando lideranças a participar do processo de construção da Agenda 21 Local.

Em 25 de setembro daquele ano, em reunião em Itaboraí, com a presença de cerca de 2.700 pessoas dos 14 municípios do entorno do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, foi escolhido um representante de cada segmento social (governo, empresariado, ONGs e comunidade), por município, para formar o Fórum Regional da Agenda 21 Comperj.

Assim, cada município tinha quatro representantes neste Fórum, que ficou responsável pelo monitoramento dos encontros e pelo andamento das Agendas 21 municipais. O Fórum Regional tinha caráter consultivo ao Grupo Gestor e a tarefa de facilitar a integração de ações regionais ou de grupos de municípios.

Em dezembro de 2007, quatro ONGs – ASA, Instituto Ipanema, Instituto Roda Viva e Iser – iniciaram o trabalho de mobilização específica para cada setor, utilizando as estratégias mais adequadas a cada um.

Em janeiro de 2008, iniciou-se uma rodada de três reuniões para o levantamento das percepções de cada segmento, utilizando Vetores Qualitativos elaborados a partir da metodologia do Instituto Ethos para a promoção do desenvolvimento sustentável em empresas. Esta ferramenta definiu uma escala que possibilitou a identificação do estágio no qual o município se encontrava em relação a cada um dos 40 capítulos da Agenda 21, ajudando os participantes a planejar aonde gostariam de chegar.

Após a leitura do título dos capítulos e da descrição de cada estágio, era solicitado aos participantes que escolhessem aquele que melhor retratasse Magé. Nas duas reuniões seguintes, os resultados orientaram a produção de um painel de preocupações e potencialidades locais.

Foram realizados mais três encontros por setor, nos quais os participantes definiram as ações necessárias para prevenir ou mitigar as questões identificadas como preocupações e para aproveitar, da melhor forma possível, as potencialidades levantadas.

Na última dessas reuniões, cada setor indicou cinco representantes e dois suplentes para compor o Fórum da Agenda 21 de Magé, totalizando 28 componentes.

A Fase de Consolidação do processo foi o momento de reunir os quatro setores para consolidar coletivamente as potencialidades e preocupações apontadas por cada um deles. Nos dias 3, 4 e 5 de dezembro de 2008, os representantes de Magé viajaram até Rio Bonito para trabalhar nas oficinas de consolidação. A partir dela, os resultados setoriais foram estruturados, e o Fórum da Agenda 21 de Magé ficou constituído.

Entre os dias 13 e 15 de abril de 2009, foi realizada a oficina para iniciar o processo de construção de vocação e visão de futuro, consolidar as ações em propostas e iniciar seu detalhamento. Este trabalho foi realizado com uma nova estrutura, agrupando os 40 capítulos da Agenda 21 Global conforme suas afinidades em: Ordem Física, Ordem Ambiental, Ordem Social, Ordem Econômica e Ordem Meios de Implementação, divididos em temas.

Em 26 de maio de 2009, foi realizada uma oficina em Magé para atualizar os trabalhos e fortalecer o Fórum. Nesse período, também foi desenvolvido um portal na internet, voltado para a comunicação dos Fóruns e a divulgação do projeto e de seus resultados – www.agenda21comperj.com.br – com um site para cada município. Atualizados frequentemente, eles dispõem de uma área interna com ferramentas de comunicação que permitem o contato entre os membros dos Fóruns.

Em novembro de 2009, foram contratados quatro consultores para desenvolver e implementar uma metodologia de fortalecimento dos Fóruns e trabalhar na elaboração das Agendas.



Reunião do setor “Comunidades”



Reunião do Fórum da Agenda 21 de Magé



Primeira reunião dos coordenadores dos Fóruns da Agenda 21 Comperj

Em 2010, após uma revisão dos resultados, foram realizadas cinco oficinas com o Fórum para a execução dos ajustes necessários e acompanhamento e mobilização do grupo que, apesar de contar com forte participação de representantes do Terceiro Setor e da comunidade, não estava bem articulado com o governo e o empresariado local.

Em 19 de março, 1º de outubro e 3 de dezembro foram realizadas reuniões com todos os coordenadores para promover a troca de experiências e fomentar ações regionais estratégicas.

O Fórum da Agenda 21 de Magé se mantém ativo, reúne-se regularmente e vem desenvolvendo diversas atividades. No período, uniu forças, articulou-se com todos os setores, aprovou seu Regimento Interno e espera aprovar o projeto de lei que oficializa o processo.



Membros do Fórum da Agenda 21 de Magé

AGENDA 21 DE MAGÉ

Para ler a Agenda

Este trabalho é resultado do empenho e esforço voluntários de moradores de Magé, que atuaram em conjunto com técnicos e consultores nas diversas fases do projeto Agenda 21 Comperj.

O trabalho foi dividido em cinco ORDENS e 24 TEMAS referentes aos 40 capítulos da Agenda 21. Cada tema apresenta a situação do município de acordo com os dados e informações mais recentes.

EIXOS ESTRUTURANTES	TEMAS	CAPÍTULOS DA AGENDA 21 GLOBAL
ORDEM AMBIENTAL	Recursos Naturais	10, 11, 12, 13, 16
	Recursos Hídricos	17 e 18
	Biodiversidade	15
	Mudanças Climáticas	9, 15 e 18
ORDEM FÍSICA	Habitação	7
	Saneamento	18 e 21
	Mobilidade e Transporte	5
	Segurança	3, 23, 25, 26, 27
ORDEM SOCIAL	Educação, Educação Ambiental e Cultura	36
	Grupos Principais	23, 24, 25, 26, 27, 28, 29
	Saúde	6
	Esporte e Lazer	23, 24, 25, 26, 27, 36
	Padrões de Consumo	4
ORDEM ECONÔMICA	Geração de renda e inclusão social	3
	Agricultura	3, 14, 32
	Indústria e Comércio	3, 30
	Turismo	3, 36
	Geração de Resíduos	19, 20, 22
MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO	Ciência e Tecnologia	31, 35
	Recursos Financeiros	2, 33, 34, 37
	Comunicação e Mobilização	8, 40
	Gestão Ambiental	1, 8, 28, 38, 39 40

Estão elencadas também, e evidenciadas *por fontes em itálico*, as preocupações dos moradores e as potencialidades do município, conforme percebidas e apontadas por consenso pelos participantes do processo.

Logo após um breve diagnóstico da situação em que se encontra o município, estão listadas as propostas e seus respectivos níveis de prioridade (alta - ●, média - ● ou baixa - ●). As propostas reúnem um conjunto de ações, elaboradas para solucionar as preocupações elencadas, e de estratégias que promovam o melhor aproveitamento das potencialidades identificadas.

As ações estão subdivididas em LINHAS DE ATUAÇÃO. Dessa forma, é possível identificar todas as ações de uma agenda, segundo a atividade demandada para sua execução, independentemente do tema.

Ao final de cada TEMA encontram-se reunidos os possíveis parceiros e as possíveis fontes de financiamento elencadas para as propostas de seus temas.



No *site* www.agenda21mage.com.br está disponível a Ficha de Detalhamento de cada proposta, com a lista dos possíveis parceiros para sua execução, os especialistas da cidade que podem colaborar com o projeto, as fontes de financiamento identificadas e os primeiros passos para sua implementação.

No CD encartado encontram-se todos os resultados do processo e uma versão digital da Agenda 21 de Magé.

Vetores Qualitativos e os 40 capítulos da Agenda 21 de Magé

A tabela da página seguinte apresenta o resultado da consolidação das percepções de todos os que participaram da Fase de Construção Coletiva da Agenda 21 de Magé, avaliando a situação do município em relação a cada um dos capítulos da Agenda 21 Global.

Estágios da tabela:

- 1 - *Quase nada foi feito*
- 2 - *Já existem ações encaminhadas*
- 3 - *Já há alguns resultados*
- 4 - *Estamos satisfeitos*

Capítulos da Agenda 21	Estágio			
	1	2	3	4
1 Preâmbulo				
2 Cooperação internacional para acelerar o desenvolvimento sustentável nos países em desenvolvimento e nas políticas internas				
3 Combater a pobreza				
4 Mudar os padrões de consumo				
5 Dinâmica demográfica e sustentabilidade				
6 Proteger e promover a saúde humana				
7 Promover assentamentos humanos sustentáveis				
8 Integrar o meio ambiente e o desenvolvimento nas tomadas de decisão				
9 Proteger a atmosfera				
10 Integrar o planejamento e o gerenciamento dos recursos do solo				
11 Combater o desflorestamento				
12 Gerenciar ecossistemas frágeis: combater a seca e a desertificação				
13 Gerenciar ecossistemas frágeis: desenvolvimento sustentável das montanhas				
14 Promover o desenvolvimento rural e a agricultura sustentáveis				
15 Conservar a diversidade biológica				
16 Gerenciamento responsável ambientalmente da biotecnologia				
17 Proteção dos oceanos, todos os mares, inclusive internos, e áreas costeiras, e a proteção, uso racional e desenvolvimento de seus recursos para a vida				
18 Proteger a qualidade e suprimento dos recursos de água limpa: aplicação de abordagens integradas ao desenvolvimento, gerenciamento e uso dos recursos hídricos				
19 Gerenciar de forma ambientalmente responsável os produtos químicos tóxicos, incluindo a prevenção do tráfico ilegal internacional de resíduos e produtos perigosos				

Capítulos da Agenda 21	Estágio			
	1	2	3	4
20 Gerenciar de forma ambientalmente sustentável os resíduos perigosos, incluindo a prevenção do tráfico ilegal internacional de resíduos perigosos				
21 Gerenciar de forma ambientalmente responsável os resíduos sólidos e os relacionados ao esgotamento sanitário				
22 Gerenciar de forma segura e ambientalmente responsável os resíduos radioativos				
23 Fortalecer o papel dos principais grupos sociais				
24 Ação global para as mulheres pelo desenvolvimento sustentável e equitativo				
25 Crianças e jovens e o desenvolvimento sustentável				
26 Reconhecer e fortalecer o papel dos povos indígenas e suas comunidades				
27 Fortalecer o papel das Organizações Não-Governamentais: parceiras para o desenvolvimento sustentável				
28 Iniciativas das autoridades locais em apoio à Agenda 21				
29 Fortalecer o papel dos trabalhadores e sindicatos				
30 Fortalecer o papel da indústria e dos negócios				
31 Comunidade científica e tecnológica				
32 Fortalecer o papel dos fazendeiros				
33 Recursos e mecanismos financeiros				
34 Tecnologia ambientalmente responsável: transferência, cooperação e capacitação				
35 Ciência para o desenvolvimento sustentável				
36 Promover a educação, consciência pública e treinamento				
37 Mecanismos nacionais e internacionais de cooperação para a capacitação em países em desenvolvimento				
38 Arranjos institucionais internacionais				
39 Instrumentos e mecanismos legais internacionais				
40 Informação para a tomada de decisões				

Vocação e Visão

*“Uma visão sem ação não passa de um sonho.
Ação sem visão é só um passatempo.
Mas uma visão com ação pode mudar o mundo.”
(Joel Baker – vídeo: A Visão do Futuro)*

A vocação é o conjunto de competências, recursos e produtividade local de um município em todas as áreas: econômica, ambiental, artística-cultural, turística, educacional.

A visão de futuro define o que se espera do município no futuro, inspirando e motivando as pessoas a fazer as melhores escolhas nos momentos de decisão e a enfrentar com perseverança a espera pelos resultados.

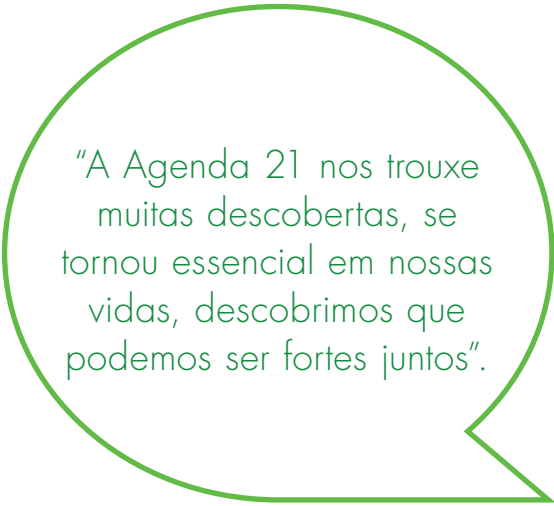
Os participantes do processo de construção da Agenda 21 de Magé fizeram uma série de reuniões para construir a vocação e visão de futuro do município. Um primeiro resultado foi revisto na Oficina Local, sendo que o município ainda trabalha para chegar à versão definitiva.

Vocação de Magé

- Existência de recursos hídricos e naturais (mangues, cachoeiras, matas ciliares, águas minerais, praias, mananciais, Mata Atlântica).
- Existência de Unidades de Conservação.
- Grande potencial para a agricultura.
- Potencial pesqueiro de água doce.
- Grande potencial para turismo ecológico, histórico e religioso.
- Presença de monumentos históricos.
- Presença de sambaquis.
- Existência de quilombos e comunidades caiçaras.
- Festas religiosas tradicionais.
- Espaço territorial para novos empreendimentos.
- Fácil acesso aos grandes centros (malha rodoviária, hidroviária e ferroviária).
- Existência de ensino profissionalizante agropecuário.
- Existência de exploração mineral (areia, granito e minérios semipreciosos).

Visão de Magé

- Ter um plano de turismo para divulgar as atrações do município e atrair indústrias hoteleiras.
- Município com indústrias adequadas às normas ambientais e distritos industriais.



“A Agenda 21 nos trouxe muitas descobertas, se tornou essencial em nossas vidas, descobrimos que podemos ser fortes juntos”.

- Ter polos de agroindústria e pesqueiro de água doce.
- Ser centro de referência em capacitação de mão de obra e inclusão no mercado de trabalho.
- Município com políticas municipais para o desenvolvimento da produção agroecológica, com forte agricultura familiar.
- Ter o sistema de transporte integrado e eficiente.
- Município com setor cultural desenvolvido e atuante .
- Município com centros de lazer e poliesportivos em todos seus distritos
- Excelência na educação do Ensino Fundamental e Médio e ensino universitário de qualidade.
- Ter excelente sistema de tratamento de resíduos.
- Ser um município seguro, sem violência.
- Ter meio ambiente preservado, com educação, Fórum 21 atuante, rios, praias e manguezais despoluídos.
- Ser excelência em sistema público de saúde.
- Município que reconhece e preserva suas comunidades quilombolas e tradicionais.





1

Ordem Ambiental

Mata Atlântica – Um dos biomas mais ricos em biodiversidade do mundo, chegou a ocupar quase todo o litoral brasileiro. Devido ao intenso desmatamento, iniciado com a chegada dos colonizadores portugueses, atualmente restam apenas 7% de sua área original. Considerada uma das florestas mais ameaçadas do planeta, nela estão localizados mananciais hídricos essenciais ao abastecimento de cerca de 70% da população brasileira.

RECURSOS NATURAIS

Chamamos de recursos naturais tudo o que obtemos da natureza com os objetivos de desenvolvimento, sobrevivência e conforto da sociedade. São classificados como “renováveis” quando, mesmo explorados por algum tempo em determinado lugar, continuam disponíveis, e como “não renováveis” quando inevitavelmente se esgotam.

A vida humana depende dos recursos naturais – terra, água, florestas, recursos marinhos e costeiros – e de suas múltiplas funções. Tanto os seres humanos quanto os demais seres vivos, agora e no futuro, têm direito a um meio ambiente saudável, que forneça os meios necessários a uma vida digna. Para isto, é preciso manter os ecossistemas, a biodiversidade e os serviços ambientais em quantidade e qualidade apropriadas.

Não é possível pensar em um futuro para a humanidade sem construir uma relação adequada entre o homem e a natureza que o cerca. E essa magnífica variedade de formas de vida não pode ser vista apenas como “recursos naturais”, sem a valorização dos inúmeros benefícios intangíveis que nos traz.

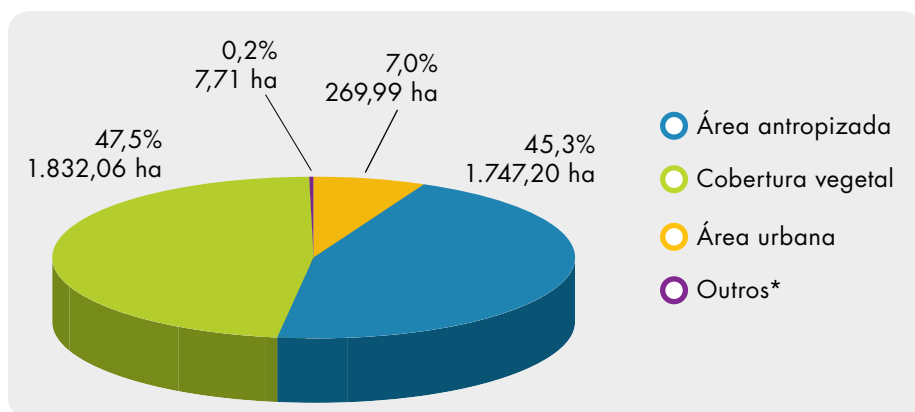
Localizado próximo à Baía de Guanabara, o município de Magé é constituído por maciços e colinas, além de planícies costeiras. É possível identificar *a existência de áreas ainda preservadas, que podem ser utilizadas para instalação de corredores ecológicos*. No município também se encontra a única área de restinga da Baía de Guanabara.

Segundo os dados da Fundação SOS Mata Atlântica (2009), Magé apresenta 35% de seu território cobertos por *Mata Atlântica intacta*, além de áreas de floresta atlântica de encosta. Também podem ser observadas *regiões com predomínio de manguezais, ilhas e belas áreas montanhosas – localidades propícias à implementação de Unidades de Conservação (UC)*.



Magé conta com extensas áreas preservadas de Mata Atlântica

Gráfico 1: Proporção da cobertura vegetal e uso do solo no município



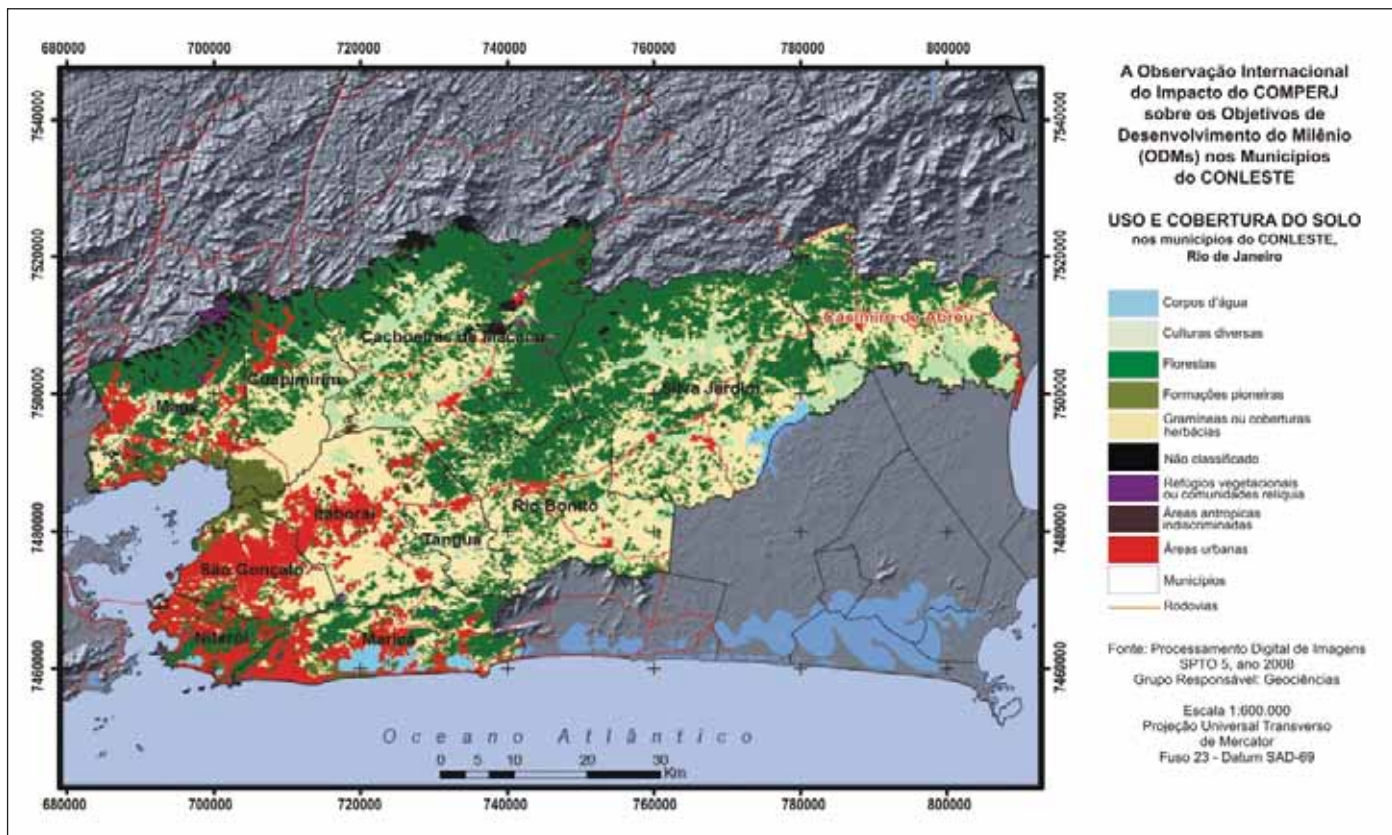
(*) Inclui água, afloramentos rochosos e usos não identificados.

Fonte: Laboratório Interdisciplinar de Meio Ambiente - Lima/Coppe/UFRJ, com base em geoprocessamento de imagens Landsat e CBERS e Probio - Levantamento dos remanescentes de Mata Atlântica (2008).

Em relação as Unidades de Conservação de Proteção Integral, Magé possui 19,1% de seu território inserido no Parque Nacional da Serra dos Órgãos.

Corredor ecológico ou de biodiversidade – Nome dado à faixa de vegetação que liga grandes fragmentos florestais ou Unidades de Conservação separados pela atividade humana (estradas, agricultura, clareiras abertas pela atividade madeireira etc.), proporcionando à fauna o livre trânsito entre as áreas protegidas e, consequentemente, a troca genética entre as espécies. É uma das principais estratégias utilizadas na conservação da biodiversidade de determinado local.

Mapa 2: Cobertura vegetal e uso do solo no município de Magé



Fonte: UFF/ONU Habitat (2010).

O município também tem Unidades de Conservação de Uso Sustentável, como as *Áreas de Proteção Ambiental (APAs) da Bacia do Rio Macacu, Guapimirim, Estrela, Suruí e Petrópolis*, e as *RPPN El Nagual, Querência, e Campo Escoiteiro Geraldo Hugo Nunes* que abrangem cerca de 9% do território municipal, com vegetação em razoável estágio de conservação. Há ainda a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Vêu da Noiva.



A exploração de pedreiras preocupa os moradores

Essas localidades estão inseridas no Corredor Ecológico da Serra do Mar, prioritário para a preservação da Mata Atlântica. *Grande parte das áreas preservadas não sofre processo de erosão.*

Magé apresenta grande extensão de área verde com formações pioneiras e refúgios preservados, mas nota-se o aumento do uso desordenado dos recursos naturais e a degradação das matas em torno de indústrias, faixas de dutos e pedreiras. Entre as preocupações do grupo estão o avançado processo de desmatamento no município e a degradação de Áreas de Preservação Permanente, inclusive pelo poder público. A especulação imobiliária avança

sobre a Mata Atlântica, matas ciliares e manguezais. Não há um sistema de informação sobre os recursos naturais.

A presença de empresas extrativistas de pequeno e grande portes potencialmente poluidoras, além da degradação dos manguezais para a instalação de empreendimentos petroquímicos, contribuem para a fragmentação da Mata Atlântica e dos ecossistemas. Há preocupação com a urbanização nas áreas de manguezais e matas ciliares e com o alto índice de desmatamentos e queimadas.

A falta de preservação das florestas está associada ao fato de não existir um plano de ação local para áreas erodidas e desmatadas. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente deve intensificar sua atuação no combate ao desflorestamento. A prefeitura realiza apenas a remoção de árvores das ruas e não promove o replantio de encostas nem a arborização urbana. A falta de recursos financeiros e humanos dificulta a realização de ações para inibir a redução de vegetação, principalmente nos manguezais.

Além disso, não há projetos ambientais voltados para a conservação, proteção e recuperação de áreas de morros e encostas. Paralelamente, o Conselho de Meio Ambiente está se reestruturando para discutir as questões ambientais pertinentes e buscar soluções participativas. Uma das ações possíveis é a estruturação de um plano participativo de recuperação de mananciais.

Apesar do pouco envolvimento das autoridades locais nas questões ambientais, existem no município iniciativas que estimulam a recuperação do meio ambiente, bem como instituições aptas a capacitar membros da comunidade para atuar em ações preventivas e recursos humanos para atuar na recuperação de áreas degradadas por meio da elaboração de projetos, pesquisas e consultorias. Dentre as atividades mais significativas desenvolvidos por ONGs na região destacam-se o desenvolvimento dos programas Mangue Vivo e Cinturão Verde e outros voltados para a recuperação de áreas degradadas.

O grupo se preocupa com a ausência de sistemas de informação e de monitoramento dos ecossistemas de serras e morros. A falta de conhecimento e divulgação dos recursos naturais locais dificulta a elaboração de políticas públicas voltadas à preservação dos ecossistemas. O grupo tem conhecimento de que foi feito um inventário dos recursos naturais, mas o documento ainda não foi disponibilizado para a população.

A falta de um levantamento detalhado do patrimônio ambiental do município dificulta a realização de ações estratégicas que promovam o desenvolvimento sustentável e integrado na região. Uma saída seria o aproveitamento do pessoal qualificado para gerenciar o acervo florestal. O Horto Municipal, segundo o grupo, tem potencial para desenvolver atividades, apesar de estar sucateado, como os demais órgãos ambientais.

Unidades de Conservação (UC) –

Áreas de proteção ambiental legalmente instituídas pelas três esferas do poder público (municipal, estadual e federal). Dividem-se em dois grupos: as de proteção integral, que não podem ser habitadas pelo homem, sendo admitido apenas o uso indireto de seus recursos naturais em atividades como pesquisa científica e turismo ecológico; e as de uso sustentável, onde é permitida a presença de moradores, com o objetivo de compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais (World Wildlife Fund – WWF).

Áreas de Proteção Ambiental (APA) –

Áreas naturais (incluindo recursos ambientais e águas jurisdicionais) legalmente instituídas pelo poder público, com limites definidos e características relevantes, com objetivos de conservação e sob regime especial de administração, às quais se aplicam garantias adequadas de proteção.

Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN) –

Áreas particulares cujas características naturais justificam sua preservação. Destinadas por seus proprietários a serem protegidas em caráter perpétuo, devem ser reconhecidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), e seus proprietários passam a gozar de alguns benefícios, como isenção do Imposto Territorial Rural.



Mangue Barão de Iriri

O desmatamento na região avança sobre trechos pequenos e médios da Mata Atlântica que já estão isolados entre si, reduzindo as chances de conectá-los a fragmentos de vegetação mais extensos e, portanto, ecologicamente viáveis. Mesmo estas áreas florestadas mais extensas também estão sendo afetadas pelo desmatamento. Além disso, foram registrados desmatamentos no interior e em zonas de amortecimento das Unidades de Conservação.

PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Preservação das áreas verdes do município

■ Gestão pública

1. Criar incentivos fiscais para que pequenas propriedades preservem fragmentos de vegetação nativa.
2. Solicitar o tombamento do Morro do Bonfim como Patrimônio Natural.

■ Estudo técnico

3. Formular o Plano de Manejo das APAs de Suruí e Estrela.
4. Criar corredores ecológicos que permitam o fluxo genético de flora e fauna entre os fragmentos de Mata Atlântica (floresta, restinga e manguezal).

■ Planejamento

5. Criar Unidades de Conservação para assegurar a preservação da flora e fauna locais.
6. Formar grupos de fiscais comunitários.

● Reflorestamento e recuperação de áreas degradadas

■ Estudo técnico

1. Mapear as áreas degradadas existentes no município.

■ Gestão pública

2. Aplicar medidas compensatórias para indústrias poluidoras.
3. Prover recursos financeiros para executar programas de recuperação de áreas degradadas.

■ Elaboração de programas e projetos

4. Elaborar programas para a recuperação de áreas degradadas em matas ciliares, manguezais e encostas, bem como para a arborização de áreas urbanas, com espécies nativas da Mata Atlântica.
5. Elaborar programa de conscientização, junto a escolas e à comunidade, sobre a importância de valorizar as florestas e manguezais.
6. Pesquisar alternativas econômicas que contribuam para evitar o desmatamento.

■ Planejamento

7. Divulgar melhor as audiências públicas, informando a população sobre a sua importância.

8. Captar recursos para a capacitação de agentes ambientais, fiscais e técnicos nas comunidades.

■ Capacitação

9. Qualificar gestores públicos para combater o desflorestamento.
10. Qualificar a mão de obra responsável pelo Horto Municipal para auxiliar nos programas e projetos de reflorestamento.

● Universalização da fiscalização ambiental

■ Fiscalização

1. Articular os órgãos ambientais existentes no município para promover ações conjuntas de fiscalização.
2. Intensificar a fiscalização, realizada junto com o Ibama e o Batalhão Florestal nas Unidades de Conservação.
3. Monitorar áreas mais sensíveis à degradação e à exploração dos recursos naturais da Mata Atlântica (manguezais e floresta de encosta).

■ Gestão pública

4. Abrir concurso público para montagem de quadro de fiscais para a área ambiental do município.

● Prevenção em áreas de risco

■ Estudos técnicos

1. Inventariar os sistemas de serras e morros no município.
2. Mapear áreas de risco sujeitas a enchentes e deslizamentos.

■ Gestão pública

3. Elaborar planos de emergência para áreas de risco, em conjunto com o Corpo de Bombeiros, Polícia Militar e Secretarias Municipais (Meio Ambiente, Saúde, Defesa Civil e Planejamento).

■ Elaboração de programas e projetos

4. Desenvolver programas e projetos voltados à preservação dos ecossistemas da região.

■ Planejamento

5. Criar uma brigada mirim.

● Prevenção às queimadas

■ Infraestrutura

1. Melhorar a infraestrutura do Corpo de Bombeiros (aparelhagem, equipamentos de proteção individual etc.).

■ Comunicação

2. Criar campanhas de conscientização em escolas e comunidades agrícolas sobre as principais consequências das queimadas.

■ Capacitação

3. Capacitar os agricultores em técnicas de substituição das queimadas por métodos sustentáveis.

■ Fiscalização

4. Coibir a ação de baloeiros (fiscalização, campanhas etc.).

● Criação de banco de dados dos recursos naturais

■ Estudo técnico

1. Inventariar os recursos naturais do município.

■ Planejamento

2. Criar banco de dados para coletar e divulgar informações sobre os recursos naturais do município.

■ Elaboração de programas

3. Elaborar programas de monitoramento dos recursos naturais.

■ Articulação

4. Promover parcerias com instituições de pesquisa, visando ao conhecimento dos recursos naturais locais, seu manejo sustentável e potencial econômico.

■ Comunicação

5. Divulgar para a população os resultados do levantamento dos recursos naturais existentes no município.

● Criação de fundo de captação de recursos empresariais

■ Estudo técnico

1. Realizar estudos de impacto ambiental, exigindo medidas compensatórias para as empresas poluidoras.

■ Gestão pública

2. Criar um fundo com recursos das empresas de grande porte da região, destinado à despoluição de rios e lagos, entre outros.

Possíveis parceiros

2º Grupamento de Socorro Florestal e Meio Ambiente . Ampla . Batalhão Florestal . Câmara Municipal . Conselho Gestor da APA de Guapimirim e Estação Ecológica da Guanabara . Conselho Municipal de Meio Ambiente . Defesa Civil . Empresas associadas ao Comperj . FGV . Fundação O Boticário de Proteção à Natureza . Fundação SOS Mata Atlântica . Ibama . IBGE . ICMBio . Inea . Instituições governamentais estrangeiras . ONGs . Pacto Pela Restauração da Mata Atlântica . Prefeitura Municipal . SEA . Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil . Secretarias Municipais (Comunicação, Fazenda, Turismo e Meio Ambiente, Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Planejamento, Habitação) . TCE-RJ . Universidades . Veículos de comunicação local . Voluntários.

Possíveis fontes de financiamento

Ampla . CNPq . Empresas associadas ao Comperj . Faperj . Finep . FNMA . Funbio . Fundação Acesita . Fundação O Boticário de Proteção à Natureza . Fundo Municipal de Meio Ambiente . ICMS Verde . LDO . LOA . MCT . PDA Mata Atlântica . Pibic . Programa Petrobras Ambiental . Projeto Nova Gerar . Shell Brasil . WWF-Brasil.

RECURSOS HÍDRICOS

A água é essencial à vida no planeta. Embora seja um recurso renovável, seu consumo excessivo, aliado ao desperdício e à poluição, vem causando um déficit global, em grande parte invisível. Cada ser humano consome direta ou indiretamente quatro litros de água por dia, enquanto o volume de água necessário para produzir nosso alimento diário é de pelo menos 2 mil litros. Isso explica por que aproximadamente 70% da água consumida no mundo vão para a irrigação (outros 20% são usados na indústria e 10% nas residências).

Segundo a ONU, cerca de um terço da população mundial vai sofrer os efeitos da escassez hídrica nos próximos anos. A análise do ciclo completo de uso e reúso da água aponta o desaparecimento de mananciais como poços, lagos e rios, e destaca a pouca atenção dada à diminuição das reservas subterrâneas.

O Brasil conta com recursos hídricos em abundância, o que levou à disseminação de uma cultura de despreocupação e desperdício de água. No entanto, o País enfrenta problemas gravíssimos: muitos cursos d'água sofrem com poluição por esgotos domésticos e dejetos industriais e agrícolas, e falta proteção para os principais mananciais.

O uso sustentável dos recursos hídricos depende do conhecimento da comunidade sobre as águas de sua região e de sua participação efetiva em seu gerenciamento.

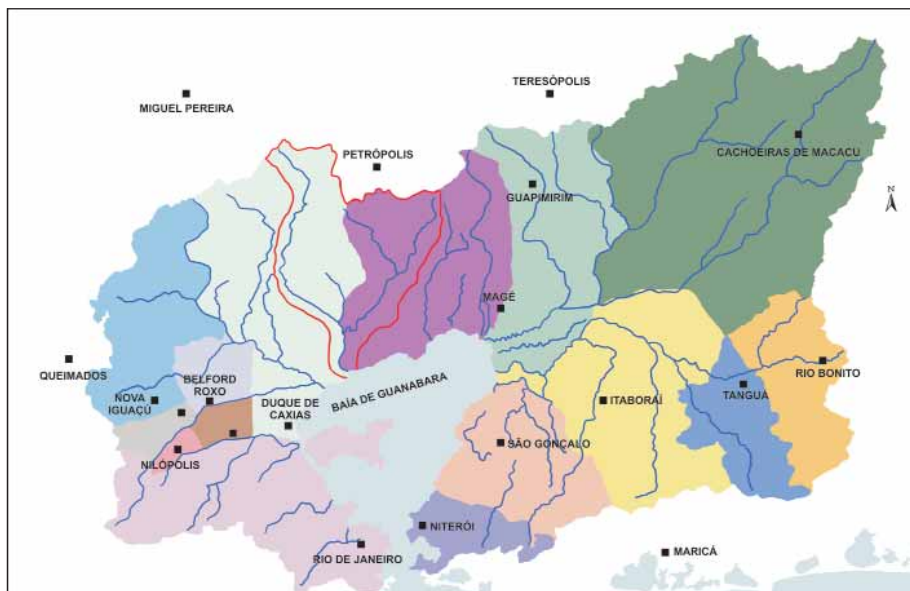
Magé conta com recursos hídricos em abundância. Localizado na região hidrográfica da Baía de Guanabara, o município está inserido na bacia hidrográfica dos rios Estrela-Inhomirim, que abrange uma área aproximada de 667,50 km² e compreende, parcialmente, os municípios de Duque de Caxias, Magé e uma pequena área de Petrópolis.



Os rios de Magé fazem parte da Bacia Hidrográfica Estrela-Inhomirim, que compõe é parte da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara

Bacia hidrográfica – Área drenada por um rio principal e seus afluentes, incluindo nascentes, subafluentes etc. É a unidade territorial de planejamento e gerenciamento das águas.

Mapa 3: Localização da bacia hidrográfica dos rios Estrela-Inhomirim



Fonte: Instituto Baía de Guanabara (2009).

A região sofre um processo avançado de degradação. Em algumas localidades, o *desaparecimento das nascentes* soma-se ao *assoreamento dos rios*. Além disso, preocupam também o aumento da *poluição de mananciais* e de *Áreas de Preservação Permanente (APP)* e o despejo de *dejetos nos rios* e nas áreas urbanas e rurais.

O grupo mostrou-se apreensivo com a *poluição dos recursos hídricos, tanto pela Petrobras quanto por indústrias menores* instaladas no município. A preocupação é agravada pela *falta de divulgação do monitoramento da qualidade e do volume de água*.

Segundo os moradores, *no município não há programas de despoluição de rios e é necessário aprimorar a fiscalização da qualidade da água* por parte dos órgãos ambientais locais.

O Fórum da Agenda 21 Local pode contribuir na busca de soluções participativas para problemas relacionados à *ausência de uma política municipal de recursos hídricos, que deveria incluir questões relativas à proteção dos mananciais*.

A atuação de entidades públicas e privadas é importante para promover a gestão integrada dos recursos hídricos através da elaboração de programas e projetos sustentáveis. Mas *há poucos incentivos e recursos para as ONGs da área*. Por outro lado, *é importante garantir a transparência das atividades dessas entidades*.

Poluição – Alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente pelo lançamento de substâncias sólidas, líquidas ou gasosas que se tornem efetiva ou potencialmente nocivas à saúde, à segurança e ao bem-estar da população, ou causem danos à flora e à fauna.

Assoreamento – Deposição de sedimentos (areia, detritos etc.) originados de processos erosivos, transportados pela chuva ou pelo vento para os cursos d'água e fundos de vale. Provoca a redução da profundidade e da correnteza dos rios, dificultando a navegação e diminuindo a massa de água superficial.



Rio Cachoeira Grande

O município possui algumas áreas de mangue bastante degradadas e, segundo os participantes, *a falta de recursos financeiros dificulta a promoção de ações para inibir o desmatamento, principalmente nos manguezais.*

De acordo com os moradores, *faltam políticas para a atuação do município no Comitê de Bacia do Leste da Baía de Guanabara, bem como a criação de instrumentos de divulgação dos resultados dos encontros e dos programas de proteção das microbacias do município. A participação neste comitê é um instrumento eficiente para a implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos. O grupo também se queixa da falta de envolvimento do poder público para gerenciar suas áreas costeiras, de forma compartilhada com os municípios.*

PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Gestão dos recursos hídricos

■ Gestão pública

1. Elaborar políticas públicas baseadas no Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH).
2. Definir uma política municipal integrada às esferas estadual e federal para o gerenciamento de recursos hídricos e costeiros, em parceria com instituições como APA Guapimirim, Capitania dos Portos, centros de pesquisa, além da Colônia de Pesca Z-9.
3. Criar o Conselho Gestor das Microbacias Hidrográficas.
4. Estabelecer políticas de controle social com a participação dos usuários da água.
5. Instituir um imposto verde, municipal, a ser aplicado em projetos de despoluição de rios e lagoas (similar ao ICMS-Verde, que é do estado).

■ Articulação

6. Aumentar o número de representantes do município no Comitê de Bacias Hidrográficas do Leste da Baía de Guanabara (o município só possui uma vaga).
7. Incluir o Fórum da Agenda 21 local nas reuniões do Comitê de Bacias Hidrográficas do Leste da Baía de Guanabara.

■ Fiscalização

8. Assegurar o cumprimento dos critérios de uso de água subterrânea.
9. Fiscalizar as atividades desenvolvidas pelas indústrias instaladas na região (petroquímica).
10. Evitar a disposição de resíduos industriais em corpos d'água.

■ Comunicação

11. Promover maior divulgação do calendário de reuniões do Comitê de Bacias Hidrográficas do Leste da Baía de Guanabara.
12. Criar campanhas de sensibilização e mobilização da sociedade sobre a gestão dos recursos hídricos.

■ Elaboração de programas

13. Desenvolver programas de despoluição de mananciais em Áreas de Proteção Permanente (APPs).

● Despoluição dos rios

■ Gestão pública

1. Averiguar a situação do município em relação ao Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG).
2. Colocar em prática as ações do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG).
3. Elaborar plano de preservação permanente de nascentes (programas de Educação Ambiental, reflorestamento de matas ciliares etc.).
4. Estabelecer programa municipal de despoluição dos rios, com dragagem e desassoreamento.
5. Aplicar efetivamente as leis ambientais.

■ Elaboração de programas e projetos

6. Desenvolver projetos que evitem o transporte dos resíduos sólidos para a Baía de Guanabara (barreiras ecológicas).
7. Desenvolver programas de Educação Ambiental, conscientizando a população a não jogar lixo nos corpos hídricos.

Possíveis parceiros

ANA . Comitê de Bacias Hidrográficas do Leste da Baía de Guanabara . Conselho Municipal de Meio Ambiente . Escolas . Ibama . IBG . Inea . Instituto Baía de Guanabara . ONGs . Prefeitura Municipal . SEA . Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente . Universidades . Veículos de comunicação local . Voluntários.

Possíveis fontes de financiamento

Finep . CNPq . Empresas associadas ao Comperj . Faperj . Funbio . ICMS Verde . Pibic.

BIODIVERSIDADE

A biodiversidade é a base do equilíbrio ecológico do planeta. Sua conservação deve se concentrar na manutenção das espécies em seus ecossistemas naturais, por meio do aumento e da implantação efetiva das áreas protegidas, que asseguram a manutenção da diversidade biológica, a sobrevivência das espécies ameaçadas de extinção e as funções ecológicas dos ecossistemas.

A biodiversidade interfere na estabilização do clima, na purificação do ar e da água, na manutenção da fertilidade do solo e do ciclo de nutrientes, além de apresentar benefícios culturais, paisagísticos e estéticos.

As principais formas de destruição da diversidade biológica são urbanização descontrolada, ocupação irregular do solo, exploração mineral, desmatamentos e fragmentação de ecossistemas, queimadas, superexploração de recursos naturais, utilização de tecnologias inadequadas na produção florestal, pesca, agropecuária e industrial, indefinição de políticas públicas e implantação de obras de infraestrutura sem os devidos cuidados. Acrescentam-se ainda a introdução de espécies exóticas da flora e da fauna e a comercialização ilegal de espécies silvestres.

O Brasil possui 25% da biodiversidade mundial, reunindo uma riqueza difícil de mensurar, pois há espécies que sequer foram identificadas. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) estima o valor do patrimônio genético brasileiro em US\$ 2 trilhões (quatro vezes o PIB nacional). As cifras em jogo são altas. Produtos da biotecnologia (biodiversidade explorada), como cosméticos, remédios e cultivares, constituem um mercado global que chega a US\$ 800 bilhões por ano, cifra semelhante à do setor petroquímico.

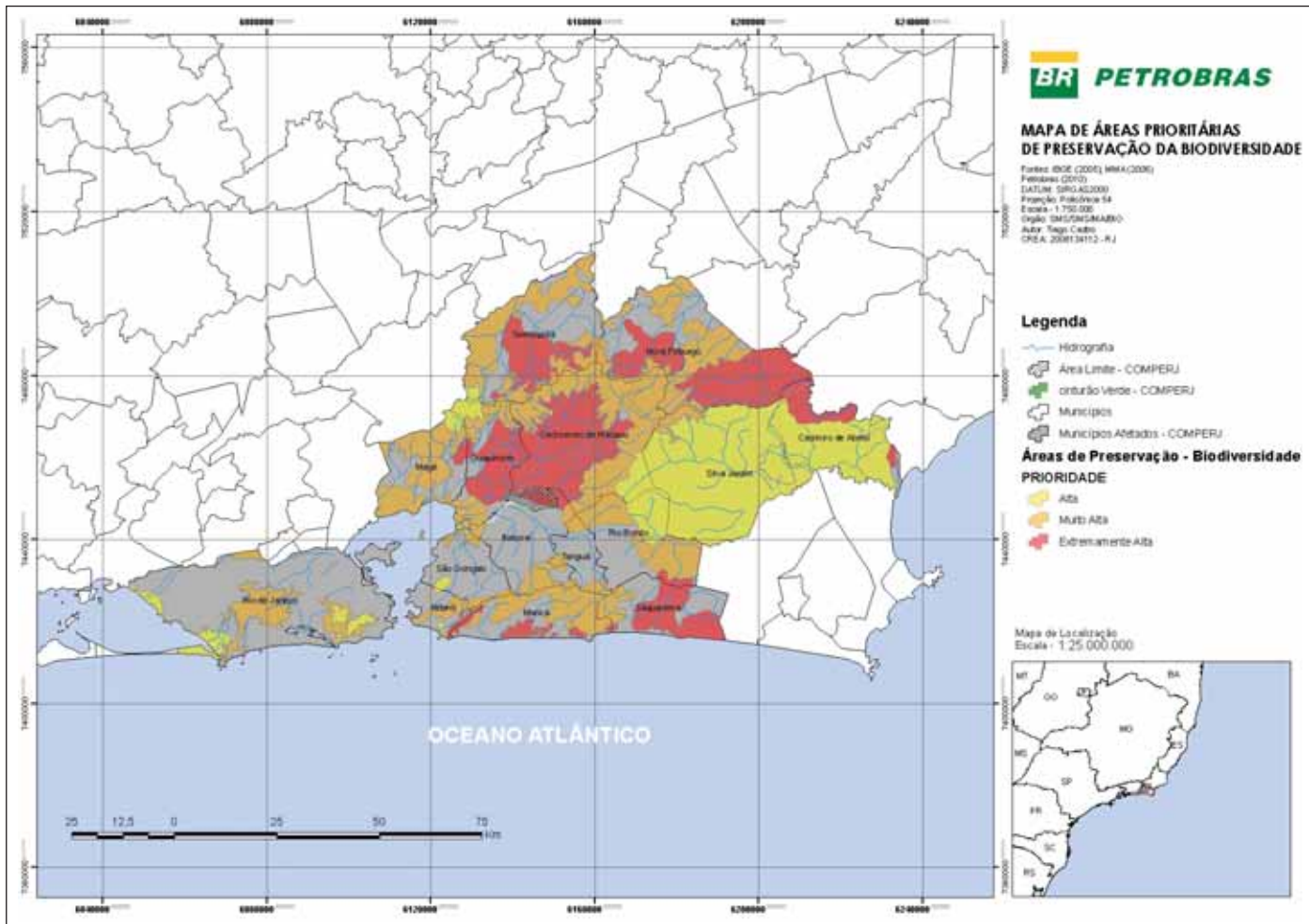
Magé abriga uma grande variedade de ecossistemas, além de fragmentos isolados de Mata Atlântica, que possibilitam identificar uma grande *diversidade de fauna e flora*. O grupo defende a criação de um corredor ecológico para ligar a APA de Guapimirim ao Parque Nacional da Serra dos Órgãos (Parnaso).

O grupo critica a *falta de integração das ações* promovidas pelos gestores públicos *que fazem parte do mosaico de Unidades de Conservação da Mata Atlântica Central Fluminense*. Uma das justificativas está associada ao *uso incompatível das UCs com a sua finalidade, em especial as APAs de Suruí e Estrela*. Isto afeta a gestão da biodiversidade nas áreas próximas às Unidades de Conservação.



O caranguejo-uça é das espécies que habitam os rios e mangues de Magé

Mapa 4: Áreas prioritárias para a preservação da biodiversidade no município de Magé e arredores



Fontes: IBGE, MMA, Petrobras (2010)

O grupo se preocupa com a introdução de espécies exóticas, como o bagre africano, nos rios da região e a falta de informações sobre o potencial econômico e o manejo ambientalmente saudável dessas espécies. Também, existem críticas quanto a prática de pesca predatória na região costeira. As autoridades públicas precisam apoiar as entidades locais no desenvolvimento de programas e projetos que promovam o manejo sustentável do manancial pesqueiro e sua imensa biodiversidade marinha.

Há entidades e voluntários que desenvolvem estudos sobre o levantamento da biodiversidade, mas as informações não são repassadas e falta acesso aos dados estatísticos. Faltam também parcerias intersetoriais para compartilhar as informações sobre os inventários de fauna e flora existentes no município, como os já realizados nas Áreas de Proteção Ambiental.



De mesma forma, *não existe manejo ambientalmente saudável voltado para a biotecnologia*. A falta de prestação de contas no uso dos recursos direcionados à área e de um plano estratégico para lidar com questões que envolvam o manejo da biotecnologia compromete a execução de um Plano Local de Desenvolvimento Sustentável (PLDS) no município. O apoio a iniciativas similares objetiva fornecer ferramentas para *desenvolver políticas e instrumentos voltados à conservação e fiscalização da diversidade biológica* em seus mais variados segmentos.

Um dos maiores problemas são as áreas fragmentadas de Mata Atlântica, que, ao ficarem isoladas umas das outras, diminuem progressivamente suas chances de se conectarem. Desta forma, seu potencial de manutenção dos processos ambientais decresce cada vez mais, contribuindo para a perda da biodiversidade regional.

O Assa-peixe, espécie nativa da região, é uma erva medicinal também procurada pelas abelhas para a produção de mel

PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Gestão das APAs de Estrela e Suruí

■ Infraestrutura

1. Criar espaço físico e contratar equipe técnica: gestor, fiscais, educadores ambientais e analistas ambientais para o funcionamento efetivo das APAs.

■ Planejamento

2. Criar o conselho gestor das APAs de Estrela e Suruí.

■ Fiscalização

3. Fiscalizar efetivamente a exploração indevida dos recursos das APAs.

● Monitoramento e preservação da fauna aquática

■ Elaboração de projetos

1. Criar projeto de monitoramento de fauna aquática e de preservação das fontes de alimentação das espécies nativas.

■ Estudo técnico

2. Realizar um levantamento dos principais peixes comercializados no município.
3. Elaborar e divulgar um plano de manejo das atividades pesqueiras.
4. Elaborar estudos técnicos e ações integradas com as esferas estadual e federal, para controle e monitoramento de espécies exóticas, como o bagre africano.

● Preservação integrada da biodiversidade local

■ Estudo técnico

1. Elaborar um levantamento completo da biodiversidade local.

■ Articulação

2. Estabelecer parcerias com universidades e centros de pesquisas para elaborar um programa de preservação.
3. Estabelecer parcerias entre os governos municipal, estadual e federal para remanejar fiscais, trocar experiências e aprimorar a qualificação.

■ Capacitação

4. Capacitar voluntários para trabalhar como educadores ambientais.

■ Comunicação

5. Promover fóruns, debates e simpósios sobre diversidade biológica.
6. Criar jornal popular e específico sobre diversidade biológica.

Possíveis parceiros

Associações de moradores . Colônia de Pesca Z-9 . Conselho Gestor da APA Guapimirim e Estação Ecológica da Guanabara . Conselho Municipal de Meio Ambiente . Cooperativa Manguezal Fluminense . Emater . Embrapa . Empresas associadas ao Comperj . Fundação O Boticário de Proteção à Natureza . Fundação SOS Mata Atlântica . Ibama . ICMBio . Inea . ONGs . Pacto pela restauração da Mata Atlântica . Prefeitura Municipal . SEA . Secretarias Estaduais (Ambiente, Educação) . Secretarias Municipais (Turismo e Meio Ambiente, Educação) . Universidades.

Possíveis fontes de financiamento

Basf . BID . CNPq . Coca-Cola Company . Empresas associadas ao Comperj . Faperj . Finep . FNMA . Funbio . Fundação O Boticário de Proteção à Natureza . Fundo Municipal de Meio Ambiente . HSBC Banco Múltiplo . LDO . LOA . Pibic . Prodeta . Shell Brasil . Unesco . WWF – Brasil.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

O aumento da concentração dos gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera contribui para a retenção de calor na Terra, provoca a elevação da temperatura média do planeta e é a principal causa das mudanças climáticas. Isso se deve, principalmente, à queima de combustíveis fósseis (petróleo, gás natural e carvão mineral), ao desmatamento, às queimadas e aos incêndios florestais.

As principais consequências do agravamento do efeito estufa são: temperaturas globais médias mais elevadas, resultando em ruptura dos sistemas naturais; mudanças nos regimes de chuva e nos níveis de precipitação em muitas regiões, com impactos na oferta de água e na produção de alimentos; maior incidência e intensidade de eventos climáticos extremos, como ondas de calor, tempestades, enchentes, incêndios e secas; elevação do nível do mar e alterações de ecossistemas, como o aumento de vetores transmissores de doenças e sua distribuição espacial.

Na maioria dos países, a maior dificuldade para controlar a emissão de GEE reside na queima de combustíveis fósseis para a obtenção de energia. Já no Brasil, as principais causas são as queimadas e as emissões dos veículos automotores. A temperatura média no País aumentou aproximadamente 0,75 °C no século 20, o que tem intensificado a ocorrência de secas e enchentes, e provocou o surgimento de fenômenos climáticos que não ocorriam no Brasil, como furacões.

O clima do município de Magé é tropical úmido, com sazonalidade bastante definida. O verão é quente, úmido e chuvoso – e o inverno, frio e seco. Com base nos dados do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) de 2006, a temperatura média anual é de 27 °C, e a precipitação média anual, de 1.500 mm, aproximadamente.

O desmatamento dos remanescentes florestais de Mata Atlântica, que não é devidamente fiscalizado, favorece o aumento da temperatura, além de modificar a umidade relativa do ar. Paralelamente, a queima de lixo e a presença de usinas de asfalto causam a emissão de gases poluentes que prejudicam o meio ambiente e podem comprometer a saúde da população.

Apesar de existir uma legislação ambiental e um Plano Diretor, o município não cumpre o que determina a lei. O grupo preocupa-se com a ausência de políticas municipais de monitoramento da emissão de gases por parte dos empreendimentos com potencial poluidor instalados na região. A atuação de empresas que realizam o coprocessamento de resíduos tóxicos, poluindo o ambiente, a ampliação da Refinaria de Duque de Caxias (Reduc) e a implementação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) afligem a

população, que espera uma atuação mais efetiva dos órgãos responsáveis pelo controle e fiscalização ambiental.

O transporte informal e a má conservação de veículos que se deslocam pelas ruas e estradas do município, causando grande emissão de gases poluentes, devem ser discutidos junto ao poder público local, pois não há fiscalização adequada para orientar e penalizar os proprietários destes veículos. O grupo afirma ainda que há apenas um posto de abastecimento de Gás Natural Veicular (GNV) em todo o município, que é insuficiente para atender à demanda.

Magé dispõe de recursos humanos capacitados para promover palestras, cursos e oficinas de modo a incentivar as boas práticas ambientais. Segundo os moradores, há intenção de desenvolver projetos de crédito de carbono.

Apesar de não haver conhecimento da população sobre o uso de energias alternativas, é apontada a existência de dois projetos de energia alternativa – solar e biodigestor.

PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Soluções inovadoras para minimizar os efeitos das mudanças climáticas

■ Articulação

1. Articular junto a instituições de pesquisa e órgãos financiadores a instalação de equipamentos movidos a energias alternativas (células fotoelétricas, biodiesel, entre outros), visando a redução da emissão de poluentes.

■ Comunicação

2. Divulgar para a população a existência de projetos que utilizem energias alternativas (experiências de outras cidades, estados e países).

● Controle da emissão de gases produzidos pela queima de lixo

■ Elaboração de projetos

1. Elaborar projetos que diminuam o hábito de queimar o lixo.

■ Fiscalização

2. Fiscalizar a emissão e queima de gases oriundos do lixão.
3. Fiscalizar as ações de empresas que emitem gases de efeito estufa e instituir multas.

■ Infraestrutura

4. Criar usinas de reciclagem para compostagem e reaproveitamento do lixo orgânico, visando à produção de adubo (utilizado em projetos paisagísticos, hortas escolares e municipais, agricultura familiar etc.).

● Fiscalização e monitoramento de empresas poluidoras

■ Gestão pública

1. Criar Termos de Ajuste de Conduta (TAC) entre as empresas e o poder público.
2. Garantir o compromisso das empresas que atuam ou que pretendam atuar no município com projetos de responsabilidade socioambiental.

■ Fiscalização

3. Fiscalizar a atuação das empresas poluidoras, aplicando multas e exigindo medidas compensatórias, quando necessário.

4. Fortalecer os mecanismos de fiscalização existentes, com apoio da sociedade civil e dos Conselhos Municipais.

■ Capacitação

5. Realizar a capacitação de fiscais comunitários.

● Campanha “Por um trânsito menos poluente”

■ Estudos técnicos

1. Estudar a possibilidade de servir o município com gás natural por intermédio do Projeto de Gás Natural Liquefeito, desenvolvido pela Petrobras.

■ Gestão pública

2. Instalar uma rede de monitoramento da qualidade do ar, sob a responsabilidade do Inea.
3. Criar grupo de trabalho com as Secretarias de Saúde e Meio Ambiente para iniciar o monitoramento de doenças provocadas pela poluição do ar.
4. Instalar postos de abastecimento com Gás Natural Veicular (GNV).

■ Fiscalização

5. Reforçar a fiscalização para retirar de circulação a frota de viaturas sem condição de trafegar nas ruas.
6. Solicitar aos órgãos competentes maior severidade na fiscalização e aplicação de multas relacionadas à poluição atmosférica.

■ Comunicação

7. Promover, por meio do Detran, campanhas educativas sobre emissões de gases poluentes.

● Aproveitamento dos créditos de carbono

■ Elaboração de programas e projetos

1. Desenvolver projetos de geração de créditos de carbono (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo).

Possíveis parceiros

Câmara Municipal . Cenpes . Cepel . Cetem . CNPq . Conselho Municipal de Meio Ambiente . Detran . Empresas associadas ao Comperj . Fiocruz . Ibama . Inea . Ministérios (Meio Ambiente, Minas e Energia, Ciência e Tecnologia) . OAB . ONGs . Petrobras . Prefeitura Municipal . SEA . Secretarias Municipais (Comunicação, Educação, Turismo e Meio Ambiente, Educação, Saúde) . Universidades . Veículos de comunicação local.

Possíveis fontes de financiamento

BID . Bird . BNDES . CNPq . Comissão Europeia . CT-Energ . Empresas associadas ao Comperj . Faperj . Finep . Fundo Municipal de Meio Ambiente . ICMS Verde . LDO . LOA . Pibic.







2

Ordem Física

HABITAÇÃO



Casas populares em Bongaba – 6ª Distrito

Déficit habitacional – Número de domicílios improvisados, inadequados para se viver e/ou onde existe coabitação familiar e/ou onde famílias pobres pagam um aluguel que excede 30% da sua renda familiar.

Plano Diretor – Lei municipal que estabelece diretrizes para a adequada ocupação do município. É o instrumento básico da política de desenvolvimento municipal. Sua principal finalidade é orientar o poder público e a iniciativa privada no que se refere à construção dos espaços urbano e rural, e à oferta dos serviços públicos essenciais, visando assegurar melhores condições de vida à população.

A Agenda 21, em seu capítulo 7, afirma que o acesso à habitação segura e saudável é essencial para o bem-estar físico, psicológico, social e econômico das pessoas e que o objetivo dos assentamentos humanos é melhorar as condições de vida e de trabalho de todos, especialmente dos pobres, em áreas urbanas e rurais.

Essa menção especial aos mais pobres se deve ao fato de que estes tendem a estar nas áreas ecologicamente mais frágeis ou nas periferias das grandes cidades. Moradores instalados em assentamentos precários estão mais sujeitos a problemas como falta de saneamento e de serviços públicos adequados e a desastres naturais, como inundações e deslizamentos de terra.

O déficit habitacional do Brasil é de 5,8 milhões de domicílios. Com os projetos de habitação popular no País sendo guiados pelo menor preço, é importante considerar os novos parâmetros propostos pela construção sustentável ao se planejarem os investimentos necessários para atender a essa imensa demanda.

Além de evitarem o desperdício de água e de energia, novas tecnologias garantem conforto e segurança, e facilitam a utilização de materiais que causam menos impactos ambientais. As habitações sustentáveis também se mostram mais econômicas e eficientes a médio prazo.

Segundo estudos da ONU-Habitat/UFF para o acompanhamento dos Objetivos do Milênio, de 2006 a 2008 a área urbanizada de Magé cresceu 45,77%, enquanto no Conleste³ o crescimento observado foi de 27,23%. Já em relação ao número de domicílios particulares permanentes urbanos, no mesmo período o município apresentou crescimento de 7,51%, enquanto o Conleste aumentou 4,94%.

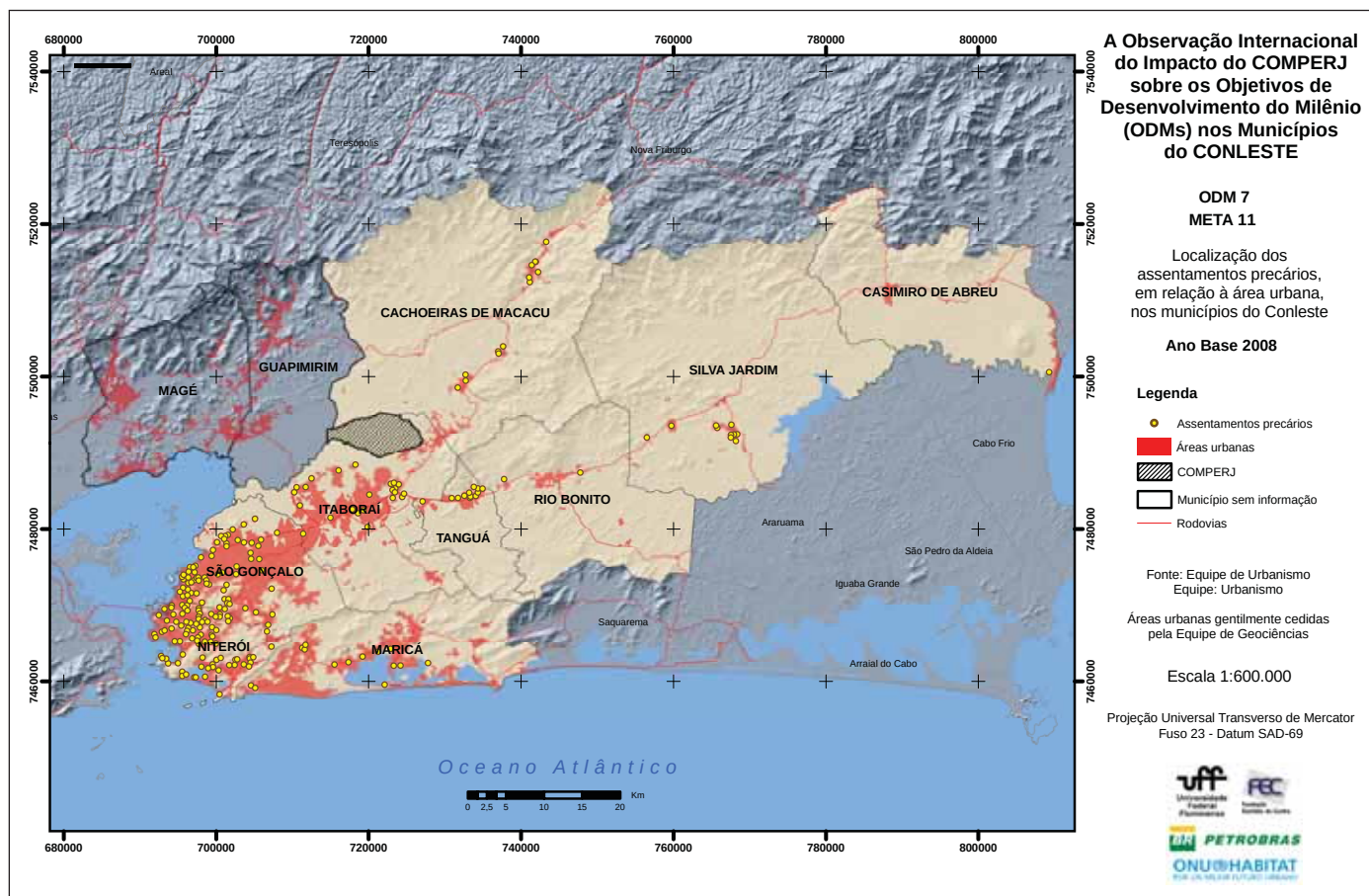
Segundo os participantes do Fórum da Agenda 21, *não há política municipal para uso do solo e assentamentos humanos. O Plano Diretor do município contempla políticas habitacionais, porém falta a sua efetiva implementação e divulgação para a sociedade.* Magé possui tanto legislação específica quanto um Plano Diretor voltado para a regularização fundiária.

A Secretaria de Habitação de Magé funciona junto com a de Planejamento. O município possui Plano Municipal de Habitação e um Fundo Municipal de Habitação, mas não conta com um Conselho para esse tema.

³ Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Região Leste Fluminense. Reúne os municípios do entorno de Itaboraí, onde será instalado o Comperj: Araruama, Itaboraí, Niterói, São Gonçalo, Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Guapimirim, Magé, Maricá, Rio Bonito, Silva Jardim e Tanguá.

A ocupação desordenada nas áreas costeiras e o aumento da população ri-beirinha instalada em áreas das matas primitivas removidas preocupam os participantes do Fórum, pois não há políticas públicas para os moradores de área de risco (ocupação de encostas e manguezais) e nem um plano de emer-gência para estas áreas, sujeitas a enchentes e deslizamentos.

Mapa 5: Localização dos assentamentos precários em relação à área urbana nos municípios do Conleste



Fonte: ONU-Habitat/UFF (2010).

Os participantes do Fórum Local temem que a proximidade de grandes empreendimentos aumente o número de moradores de rua sem abrigos ou projetos especializados e a favelização. Preocupam-se, ainda, com a falta de controle das ligações clandestinas de energia elétrica e água, entre outros serviços.

O grupo citou a existência de grandes assentamentos sem infraestrutura adequada, como, por exemplo: Lagoa, Roncador, Cantinho da Vovó, Ipiranga e São Francisco. Apesar disso, existem áreas disponíveis para construção de moradias populares, para reassentamento das populações que estão em áreas de risco ou sem moradia.

Assentamentos precários – 1) Favelas, vilas, mocambos; 2) Loteamentos irregulares e moradores de baixa renda; 3) Cortiços; 4) Conjuntos habitacionais degradados (Fonte: Ministério das Cidades).

A Tabela 1 apresenta os investimentos totais na área de habitação que Magé deverá receber, de acordo com o Balanço dos 3 Anos PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) para o Rio de Janeiro, de fevereiro de 2010.

Tabela 1: Investimentos previstos para a habitação no município de Magé

Tipo	Investimento previsto 2007-2010 (milhares)	Estágio
Assistência técnica – sede do município	14,2	Em execução
Elaboração de Plano Municipal de Habitação	73,5	Ação preparatória
Produção habitacional – Vila Inhomirim	1.506,7	Em obra
Urbanização – bairro Barbuda	11.931,4	Ação preparatória

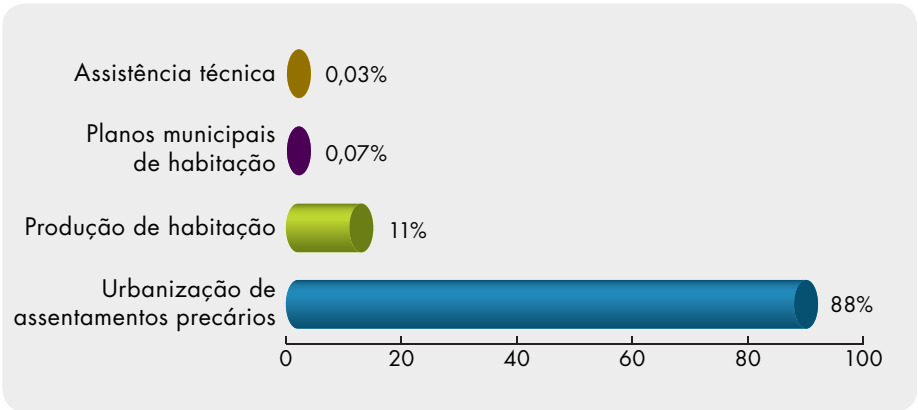
Fonte: Programa de Aceleração do Crescimento – Balanço dos 3 Anos (2007-2010), 2010.

Outra questão levantada foi o não cumprimento do zoneamento de áreas industriais, urbanas e agrícolas, o que tem levado à transformação das áreas produtivas agrícolas do município em sítios de fim de semana, descaracterizando as áreas de assentamentos rurais.

Ainda há preocupação com a apropriação indevida de terras de Magé por municípios limítrofes e com o loteamento irregular da área rural.

As ações previstas pelo PAC na área da Habitação para o período de 2007 a 2010 somam investimentos no valor de R\$ 120 milhões para a Região do Conleste, distribuídos conforme apresentado no Gráfico 2.

Gráfico 2: Distribuição dos investimentos do PAC nos municípios do Conleste



Fonte: Relatório de Acompanhamento de Indicadores do Milênio na Região do Conleste Ano 2009 – Relatório do Termo Aditivo.

PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Contenção do avanço das construções irregulares nas áreas de preservação permanente

■ Gestão pública

1. Criar programas de remanejamento da população que ocupa as Áreas de Preservação Permanente.
2. Cumprir a legislação vigente, que determina a instalação de uma Coordenadoria de Defesa Civil.
3. Exigir dos órgãos responsáveis pelo zoneamento urbano o cumprimento do Código de Posturas e do Plano Diretor, evitando a proliferação de construções irregulares.
4. Elaborar um plano de emergência para áreas de risco, enchentes e deslizamentos, e divulgá-lo amplamente para a população.

■ Comunicação

5. Divulgar o objetivo das obras públicas, seus custos e respectivos responsáveis.
6. Informar a população sobre riscos da ocupação ilegal de áreas verdes próximas das Unidades de Conservação.

■ Fiscalização

7. Monitorar as áreas destinadas à preservação ambiental, dificultando a instalação de assentamentos irregulares.

● Melhoria da qualidade de vida nos assentamentos humanos

■ Elaboração de projetos

1. Elaborar projetos de construção de casas populares de acordo com as linhas de financiamento disponíveis.

■ Articulação

2. Articular junto à Ampla a implementação de custos diferenciados para os pequenos comerciantes locais, reduzindo o número de ligações clandestinas.
3. Cobrar das autoridades a execução do Plano Diretor.

■ Gestão pública

4. Implementar o Conselho da Cidade, conforme mencionado no Plano Diretor.

5. Ampliar os programas de construção de habitações populares.

6. Transferir para a Secretaria Municipal de Ação Social a responsabilidade pela efetivação dos projetos de criação de abrigos.

7. Atualizar o Plano Diretor para definir o zoneamento estratégico dos setores residencial, agrícola e industrial.

■ Comunicação

8. Realizar um seminário sobre Plano Diretor, com a participação do Fórum da Agenda 21 Local.

■ Fiscalização

9. Fiscalizar as áreas de maior incidência de ligações clandestinas na rede elétrica.

● Combate à descaracterização das áreas rurais

■ Gestão pública

1. Utilizar o Estatuto da Cidade como referência para a função social da propriedade rural.
2. Promover a regularização fundiária das propriedades rurais.

■ Fiscalização

3. Fiscalizar as áreas agrícolas transformadas em sítios de final de semana, retirando dessas propriedades os incentivos e isenções dados aos agricultores.

Possíveis parceiros

Ampla . Associações de Produtores Rurais . Cedae . Crea . Defesa Civil . Emater . IBGE . Incra . Inea . Ministérios (Cidades, Meio Ambiente) . Secretarias Municipais (Desenvolvimento Econômico e Agricultura, Turismo e Meio Ambiente, Habitação, Urbanismo, Planejamento, Ação Social) . Sindicato Rural . TCE-RJ . Universidades.

Possíveis fontes de financiamento

Banco do Brasil . BID . Bird . BNDES . Caixa Econômica Federal . CT-Infra . Finep . Ministérios (Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Cidades, Ciência e Tecnologia) . Programa de tecnologia de Habitação (Habitare).

SANEAMENTO

Saneamento ambiental é o conjunto de práticas voltadas para a conservação e a melhoria das condições do meio ambiente em benefício da saúde. Envolve abastecimento de água, esgoto sanitário, coleta de resíduos sólidos, drenagem urbana e controle de doenças transmissíveis.

De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais 2010 do IBGE, em 2009, 62,6% dos domicílios brasileiros urbanos eram atendidos, ao mesmo tempo, por rede de abastecimento de água, rede coletora de esgoto e coleta de lixo direta, porém com grande disparidade entre as regiões do País (13,7% no Norte e 85,1% no Sudeste). Consequência da rápida urbanização do País, esse quadro indica que o saneamento é um dos pontos mais críticos da crise urbana no Brasil e demanda medidas urgentes da maioria dos municípios brasileiros.

Além do comprometimento ambiental resultante da ausência de saneamento adequado, são consideráveis as perdas econômicas e sociais causadas pela morbidade e mortalidade que atingem principalmente as crianças. O Ministério da Saúde estima que cada R\$ 1 investido em saneamento retorna em R\$ 5 de custos evitados no sistema de saúde pública.

Em Magé, não há um plano municipal de saneamento, apesar de o Plano Diretor prever sua criação. Esta lacuna começa a ser preenchida graças à elaboração de projetos de coleta seletiva, além da readequação do Código Ambiental que tramitam na Câmara Municipal.

Esgotamento Sanitário

Segundo os estudos apresentados pela ONU-Habitat/UFF em 2008 e informações da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae), o município não possuía rede coletora oficial de esgoto, caracterizando uma situação extremamente precária.

Atualmente, existem cerca de 20 a 30 quilômetros de esgoto canalizado, porém, sem nenhuma ligação. A Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), recém construída pela Petrobras, ainda não está em funcionamento.

Magé não possui rede de esgoto independente, e praticamente todo o esgotamento sanitário é feito através de fossas e lançado na rede de águas pluviais, que deságuam diretamente e sem tratamento nos canais e rios da região. Parte dos efluentes é jogada em valas negras ou escorre a céu aberto. A situação piora em função da declividade do terreno, que torna o escoamento insuficiente. A situação mais crítica é verificada no 4º distrito⁴.

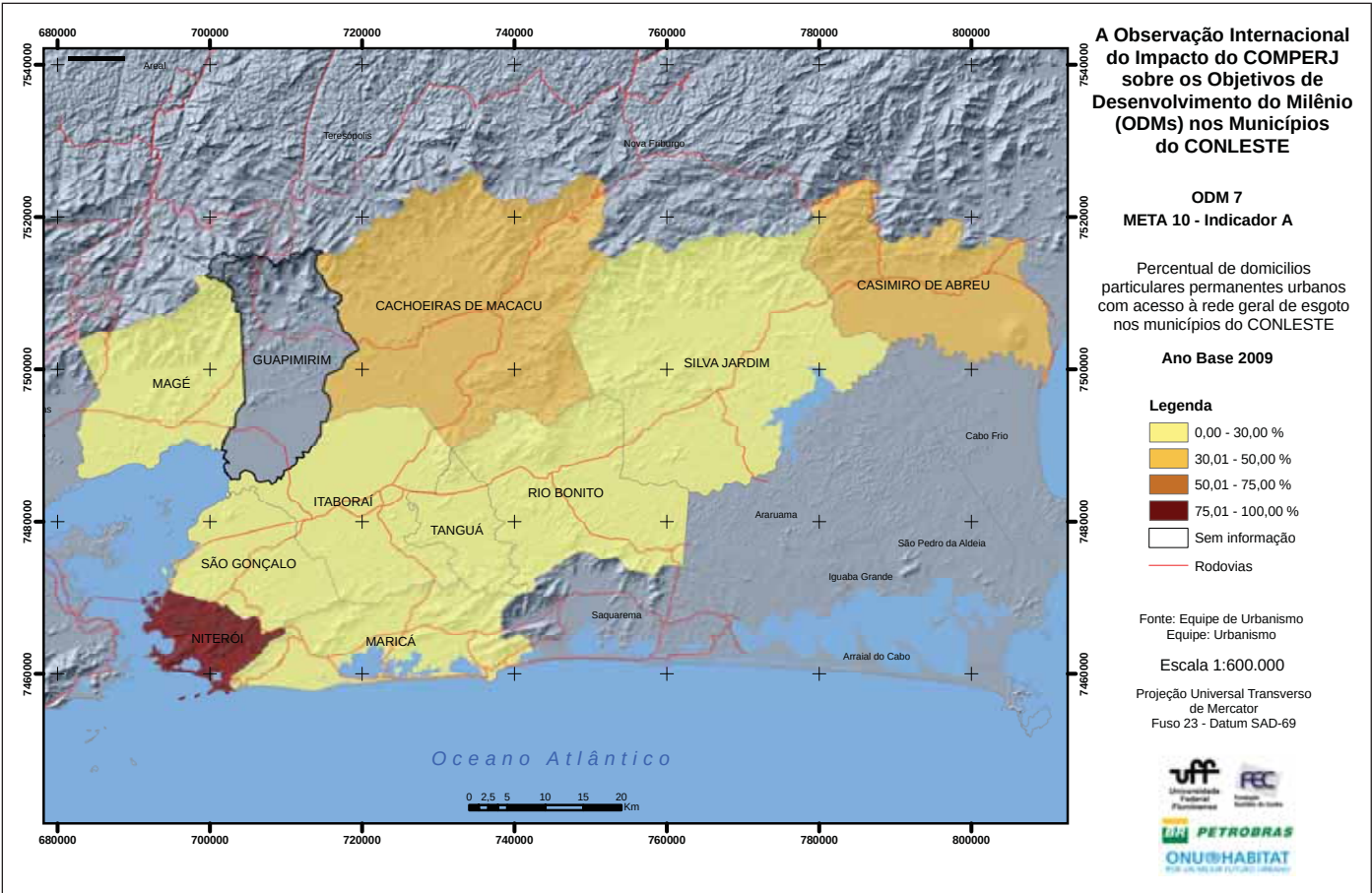
Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) – Infraestrutura que trata as águas residuais de origem doméstica e/ou industrial, comumente chamadas de esgotos sanitários ou despejos industriais. Após o tratamento, elas são escoadas para o mar ou rio com um nível de poluição aceitável (ou são “reutilizadas” para fins domésticos) através de um emissário, conforme a legislação vigente para o meio ambiente receptor.

4 Relatório de Inserção Regional do Plano Diretor.

O grupo ratificou a ausência de tratamento de esgoto, ressaltando que o alto índice de efluentes residenciais presentes nos rios contribui para a degradação da Baía de Guanabara e dos lençóis freáticos.

Os canais existentes vêm sendo progressivamente assoreados, comprometendo a drenagem. As águas das chuvas ficam represadas e se misturam às águas servidas, causando perigo à saúde da população e o surgimento de vetores e mau cheiro permanente⁵.

Mapa 6: Percentual de domicílios particulares permanentes urbanos com acesso à rede de esgoto nos municípios do Conleste



Fonte: ONU-Habitat/UFF (2010)

Abastecimento de Água

Magé é um município com *potencial hídrico*. Seu abastecimento de água é de responsabilidade da Cedae, com captações no entorno imediato do Parque Nacional da Serra dos Órgãos (Parnaso).

Em 2008, segundo estudos da ONU-Habitat/UFF, somente 16,07% dos domicílios particulares permanentes urbanos tinham acesso a esse serviço, um índice inferior à média do Conleste (45,57%). O grupo confirmou que *não há água encanada na maioria das casas do município*.

Segundo o Balanço 3 Anos PAC, de fevereiro de 2010, o Serviço de Abastecimento de Água (SAA) de Magé está sendo ampliado. Já foram iniciadas as obras de implantação do sistema de abastecimento de água que atenderá às localidades de Mauá, Suruí e Guia de Pacobaíba que abrangem a ampliação do sistema de abastecimento de água da sede do município. O projeto prevê a implantação de estação de tratamento de água com capacidade para 26 milhões de litros/dia e a construção de três novos reservatórios, num investimento de R\$ 50 milhões feito em parceria dos governos federal e do Estado do Rio de Janeiro. A previsão é que as obras terminem em 2011, atendendo completamente ao 4º e ao 5º distritos e parcialmente ao 1º distrito (Centro).



Canteiro de obras de saneamento no Bairro de Maria Conga

Resíduos Sólidos

O relatório do Lima-UFRJ⁵ informa que, em 2005, o índice de coleta de lixo em Magé era de 84,05%. Segundo o grupo local, *existe coleta de lixo nas residências três vezes por semana em algumas áreas do município*. Mas falta um plano que contemple todos os tipos de resíduos, *que deveria ser integrado ao Plano Diretor de Resíduos Sólidos Urbanos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro*.

De acordo com a Secretaria de Estado de Ambiente, Magé produzia 150 t/dia de resíduos sólidos em 2007, descartados em um vazadouro a céu aberto no bairro de Bongaba, localizado próximo à rodovia BR 116. Recentemente o município recebeu do Inea a Licença de Operação e Regularização para este vazadouro para o qual estão previstas obras de remediação, incluindo a implantação de sistema de tratamento de chorume e lodo de fossa, além da construção de unidade para tratamento dos resíduos de serviço de saúde por meio de autoclave.

Além disso, há preocupação com o *constante descarte em áreas inadequadas (ex.: áreas urbanas, terrenos baldios, manguezais e margens de rios)* e a contaminação do lençol freático, do solo e dos rios pelo chorume (*principalmente o Rio Inhomirim*).

⁵ Laboratório Interdisciplinar de Meio Ambiente da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Um grande número de pessoas sobrevive dos lixões e falta criar um centro de captação de lixo reciclável. Apesar da Prefeitura desenvolver um projeto piloto que visa implementar um programa de coleta seletiva no município, os serviços de coleta seletiva e reciclagem ainda são insuficientes. A implementação destas iniciativas em todos os distritos pode ser uma opção de geração de renda para essas as famílias de catadores.

O grupo informou que *existem recursos do PAC para a construção de galpões de coleta seletiva e para a instalação de cooperativas de catadores na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.*

O município não possui programa de coleta de resíduos perigosos.

Aterros – Existem três formas de disposição de resíduos em aterros: os aterros sanitários, que recebem os resíduos de origem urbana (domésticos, comerciais, públicos, hospitalares etc.); os industriais (somente para resíduos considerados perigosos); e os aterros controlados para lixo residencial urbano, onde os resíduos são depositados e recebem uma camada de terra por cima. Na impossibilidade de reciclar o lixo por compostagem acelerada ou a céu aberto, as normas sanitárias e ambientais recomendam a adoção de aterro sanitário e não controlado.

Aterro sanitário em construção em Bongaba – 6º Distrito



PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Gerenciamento correto dos resíduos sólidos

■ Gestão pública

1. Elaborar o Plano Diretor de Resíduos Sólidos, viabilizando uma gestão sustentável com relação a coleta, transporte e destinação.
2. Assegurar o cumprimento do código ambiental do município.
3. Extinguir o lixão de Magé.

■ Infraestrutura

4. Instalar lixeiras nas áreas urbanas e próximas de rios e manguezais, entre outras localidades estratégicas.
5. Criar um centro de tratamento de resíduos.
6. Ampliar os serviços de coleta de lixo para todos os bairros do município.

■ Planejamento

7. Promover a coleta seletiva em escolas, prédios públicos, residências, empresas, entre outros.

■ Comunicação

8. Divulgar informações, por meio de iniciativas do poder público e veículos de comunicação, sobre manuseio e destinação do lixo do município.

■ Elaboração de programas

9. Desenvolver programas de Educação Ambiental, com o objetivo de orientar a população sobre o destino adequado dos resíduos sólidos.

■ Estudos técnicos

10. Realizar estudos técnicos para propor soluções inovadoras para a questão do necrochorume.

■ Fiscalização

11. Fiscalizar e multar as empresas que descartam resíduos sólidos em locais inadequados.

● Dignidade aos catadores de lixo

■ Planejamento

1. Incluir o município no programa de construção de galpões para a instalação de cooperativas.

■ Infraestrutura

2. Criar um centro de referência em captação de lixo reciclável, garantindo a geração de renda para a população menos favorecida.

■ Capacitação

3. Realizar cursos de capacitação para as comunidades de catadores de lixo, fortalecendo a formação de cooperativas locais de reciclagem.

● Estratégias para solucionar o problema do esgoto

■ Gestão pública

1. Elaborar um Plano Municipal de Saneamento Ambiental e negociá-lo no Fórum Regional do Comperj.

■ Elaboração de projetos

2. Elaborar um projeto para captação e tratamento de esgoto através das Estações de Tratamento de Esgoto.

● Garantia do abastecimento de água

■ Planejamento

1. Criar um sistema de captação, tratamento e distribuição de água que atenda à demanda do município.
2. Implementar formas alternativas de captação de água para áreas afastadas do centro urbano (ex.: construção de poços artesianos devidamente licenciados, para atender à população).

■ Comunicação

3. Informar as empresas sediadas no município sobre a importância de utilizar técnicas alternativas para reutilizar a água em seu processo produtivo.

■ Fiscalização

4. Fiscalizar as empresas instaladas no município que ainda não possuam estações de tratamento de água e esgoto.
5. Solicitar maior rigor na fiscalização de ações criminosas que envolvam furto de água na rede de distribuição.

● Soluções alternativas para reduzir a quantidade de resíduos sólidos

■ Estudos técnicos

1. Verificar a existência de empresas privadas de coleta de lixo reciclável no município.

■ Infraestrutura

2. Instalar lixeiras para coleta seletiva (ecopontos) no município.
3. Construir centros de reciclagem no município.

■ Capacitação

4. Realizar oficinas educativas sobre aproveitamento do lixo reciclável para alunos das escolas e cooperativas de catadores, entre outros (móveis com PET, brinquedos com sucata e recolhimento de óleo de cozinha usado, entre outros).

■ Elaboração de programas e projetos

5. Elaborar programas de reciclagem de lixo, com trabalho de coleta e destino final, para geração de emprego e renda para os catadores.
6. Dinamizar os projetos de reciclagem existentes, inclusive os de óleo de cozinha usado.
7. Criar a Cooperativa de Catadores de Lixo, com inclusão social, capacitando os catadores existentes como agentes ambientais.

■ Comunicação

8. Informar a população sobre questões relativas a lixo, coleta seletiva, reciclagem e geração de renda.

Possíveis parceiros

Agentes Ambientais . ANA . Associação Cultural Nascente Pequena (ACNP) . Associações de Moradores . Câmara Municipal . Cedae . CNM . CNRH . Conleste . Cooperativas de catadores de lixo . CREA . Eletrobrás Furnas . Empresas associadas ao Comperj . Empresas de coleta seletiva . Fontes da Serra Saneamento de Guapimirim Ltda. . Funasa . Inea . Ministério das Cidades . Ministério do Meio Ambiente . ONGs . Prefeitura Municipal . Rádio JG FM . SEA . Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável . Sindicatos . TVerde . Universidades.

Possíveis fontes de financiamento

Banco Bradesco . Banco Itaú . BNDES . Concessionária Rio-Teresópolis (CRT) . Eletrobrás Furnas . Empresas associadas ao Comperj . Fontes da Serra Saneamento de Guapimirim Ltda. . Funasa . LDO . LOA . Ministério das Cidades.

MOBILIDADE E TRANSPORTE

Praticamente todos os aspectos da vida moderna estão ligados a sistemas de transporte que permitem o deslocamento de pessoas, matérias-primas e mercadorias. Nosso ambiente, economia e bem-estar social dependem de transportes limpos, eficientes e acessíveis a todos. No entanto, os meios de transporte disponíveis são insustentáveis e ameaçam a qualidade de vida e a saúde da população e do planeta.

Nos últimos 30 anos, os investimentos públicos no Brasil privilegiaram a infraestrutura voltada para a circulação dos automóveis. Além da poluição atmosférica e sonora, este modelo de transportes gera um trânsito caótico e violento, que causa acidentes com milhares de mortes todos os anos.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), o setor de transportes já é responsável por um quarto das emissões de dióxido de carbono em todo o mundo. A tendência é que entre 2005 e 2030 essas emissões aumentem 57%, sendo 80% deste crescimento nos países em desenvolvimento e, em sua grande maioria, provenientes de carros particulares e caminhões.

Sistemas de transportes sustentáveis demandam uma boa distribuição de serviços nos bairros, de forma a reduzir a necessidade de deslocamentos, assim como transporte público de qualidade e ciclovias.

Em 1854, foi inaugurada em Magé a primeira ferrovia da América do Sul, a Estrada de Ferro Mauá, com 14,5 quilômetros de extensão. O município teve ainda o porto mais movimentado do Brasil Colônia (Porto Estrela), pelo qual escoavam para Portugal os tesouros vindos das Minas Gerais.

Hoje, sua infraestrutura urbana é considerada de má qualidade, o transporte público é caro e há um forte jogo de interesses entre as empresas de transporte local e as cooperativas de transporte alternativo.



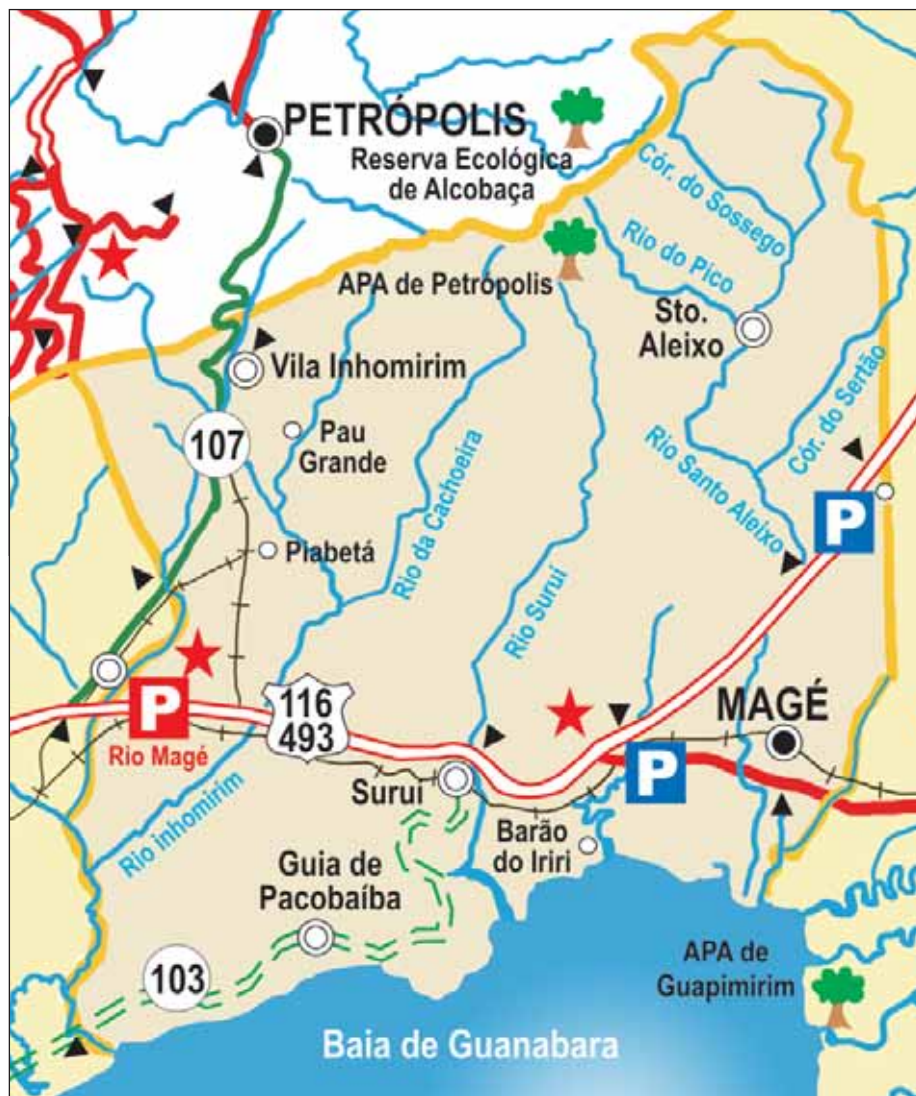
O transporte público não atende às necessidades da população

Magé tem linhas de ônibus municipais e intermunicipais sem periodicidade definida, que não atendem à demanda de passageiros em todo o seu território. São nove linhas municipais e várias linhas regulares diárias, em diferentes horários, com destino ao Rio de Janeiro, Teresópolis, Petrópolis e aos municípios da Baixada Fluminense e da região leste. A circulação de vans foi proibida no município, prejudicando a população que mora em bairros distantes do centro. Há outras ligações intermunicipais para o Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo, Guapimirim e arredores.

A precariedade é a marca do transporte ferroviário no município. Por outro lado, Magé vê potencial no transporte aquaviário na Baía de Guanabara.

O *Plano Diretor de Magé* deverá incluir uma proposta de modelo de desenvolvimento urbano que crie interações eficientes entre o uso do solo, o sistema viário, a infraestrutura logística, o transporte público e os meios não motorizados de transporte. Passeios e ciclovias deverão ser projetados e implantados em todo o território municipal.

Mapa 7: Localização das principais estradas do município de Magé



Fonte: DER-RJ (2006).



Bicicletário no Centro de Magé, perto da Rodoviária

PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Solução para os problemas de transporte no município

■ Infraestrutura

1. Melhorar a malha rodoviária municipal, facilitando o deslocamento de pessoas e a circulação de mercadorias.
2. Dotar de infraestrutura adequada o transporte aquaviário.
3. Criar passeios públicos, ciclovias e ciclofaixas, melhorando a infraestrutura de deslocamento para a população que não utiliza veículos motorizados.
4. Melhorar a infraestrutura do sistema de transporte ferroviário.

■ Gestão pública

5. Elaborar uma política de transportes eficiente, que garanta um serviço de qualidade para toda a população.
6. Promover melhorias nos serviços de transporte (mais ônibus em circulação até mais tarde) por meio de licitações.
7. Legalizar o transporte alternativo.

■ Planejamento

8. Contratar especialistas para desenvolver projetos para a criação de novas vias de integração entre distritos e bairros.
9. Implantar veículos leves sobre trilhos (VLT).
10. Desenvolver estratégias que permitam a revitalização do transporte ferroviário (passageiros e cargas).
11. Implantar o antigo projeto de transporte marítimo, interligando a Praça XV à Praia de Mauá.

■ Fiscalização

12. Fiscalizar os transportes público e alternativo.

● Estratégias de adequação às necessidades do município

■ Articulação

1. Implantar mecanismos de cooperação entre a sociedade civil e o DNIT para adequar as vias de acesso ao município (ex.: Praia de Mauá – 5º distrito e Magé).

● Fortalecimento das ações de educação para o trânsito

■ Gestão pública

1. Implantar políticas de educação para a segurança do trânsito, conforme especificado na Lei Orgânica Municipal, em parceria com o Conselho Estadual de Trânsito e o Detran.
2. Incluir entre as tarefas da equipe da Secretaria Municipal de Educação a educação para o trânsito.

■ Elaboração de programas

3. Desenvolver um plano de ação, com o apoio dos governos estadual e federal, destinado a melhorar as condições de segurança de trânsito.

■ Capacitação

4. Realizar cursos de treinamento para os agentes de trânsito, como especificado no Relatório de Inserção Regional do Plano Diretor.

Possíveis parceiros

. CBTU . Detro . DNIT . Fetranspor . Ministério dos Transportes . ONGs . Secretaria Estadual de Transportes . Secretarias Municipais (Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Transportes, Planejamento, Urbanismo, Obras) .

Possíveis fontes de financiamento

BID . Bird . BNDES . Caixa Econômica Federal . CT – Transporte . Empresas associadas ao Comperj . Faperj . LDO . LOA . Ministério dos Transportes.

SEGURANÇA

Justiça e paz são aspirações humanas legítimas. Sua falta representa uma perda para a qualidade de vida. Segurança é um tema que transcende as ações policiais e judiciais de repressão e contenção da violência armada e prevenção de mortes.

Relaciona-se diretamente com a redução da evasão escolar, distribuição de renda, inclusão social, atenção básica à saúde, reforma urbana e rural, e solução das questões habitacionais. Ao tratar do tema, também é preciso dedicar atenção especial às questões que envolvem violência doméstica, de gênero, racismo e todo tipo de intolerância.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), só a criminalidade violenta custa cerca de R\$ 140 bilhões por ano ao País. Os custos totais da criminalidade são estimados em 10% do PIB brasileiro. Portanto, segurança pública também está relacionada a desenvolvimento econômico.

No Rio de Janeiro, com indicadores de segurança no mesmo patamar dos de países em guerra, o desafio da construção de um Estado seguro e acolhedor para seus cidadãos é a questão de fundo por trás de todos os objetivos. Conquistar a redução e o controle da violência armada implica compromissos e processos de longo prazo, com financiamento continuado e envolvimento de amplos setores da sociedade, aliados a políticas públicas eficazes.

Em Magé, como nos demais municípios do Estado do Rio de Janeiro, a Secretaria de Estado de Segurança (Seseg) é o órgão responsável pela segurança pública. A partir de 1999, para estruturar o setor, foram criadas as Áreas Integradas de Segurança Pública (Aisp), que reúnem um batalhão da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (Pmerj) e uma ou mais Delegacias de Polícia Civil (Pcerj).

Cada Aisp criou um Conselho Comunitário de Segurança para avaliar a área e a qualidade do serviço prestado pela polícia com a gestão participativa da sociedade, contribuindo com a adoção de soluções integradas e o acompanhamento dos resultados das medidas adotadas.

O município é *atendido pelas 65ª e 66ª Delegacias Policiais*, a primeira localizada no Centro e a segunda localizada em Piabetá, e faz parte da Aisp 34. Além disso, possui o seu *Conselho Comunitário de Segurança*.

Até o final de 2010, a Seseg concluirá projeto de pesquisa de análise preliminar do impacto do Comperj na segurança pública, com o objetivo de dimensionar seu sistema e traçar estratégias.



Guarda Municipal de Magé

Magé conta ainda com uma Guarda Municipal com 91 funcionários (sendo 68 guardas municipais) que têm como escopo de atendimento a proteção ao patrimônio urbano, o trânsito, a proteção ambiental e a organização urbana, quando necessária:

Segundo o Instituto de Segurança Pública (ISP), o Estado do Rio de Janeiro fechou o mês de janeiro de 2010 com significativa redução em alguns crimes, quando comparados ao mesmo mês do ano anterior: 17,6% nas incidências de homicídio; 24,4% em roubo de veículo; 15,7% em roubo de rua; 31,5% em roubo em coletivo; 13,4% em roubo de aparelho celular; e 13,9% em roubo a transeunte. Já o crime de latrocínio apresentou aumento de 46,2% (de 13 para 19). Os dados foram desagregados por ocorrências registradas pela Polícia Civil (65ª DP). Em 2009, foram feitos 3.931 registros de ocorrências criminais na delegacia que atende à cidade. Chama a atenção o total de furtos, de lesões corporais e de ameaças físicas.

As últimas estatísticas estão disponíveis no *site*:

<http://www.isp.rj.gov.br/ResumoAisp.asp>

Magé é atendida pelo 34º batalhão da PM



PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● Ações para a melhoria da segurança

■ Gestão pública

1. Revisar os convênios entre os governos municipal e estadual, solicitando maior articulação e choque de gestão nos efetivos das Polícias Militar e Civil.

■ Infraestrutura

2. Aumentar o efetivo do 34º Batalhão de Polícia Militar, visando atender aos municípios de Magé e Guapimirim.
3. Instalar uma Delegacia Legal no Centro de Magé, uma vez que a 65ª Delegacia funciona também como cárcere.

■ Comunicação

4. Divulgar melhor o trabalho do Conselho Comunitário de Segurança.
5. Informar aos cidadãos a importância de registrarem as ocorrências em caso de delitos.

■ Planejamento

6. Realizar concursos públicos, visando ampliar e qualificar os quadros da Guarda Municipal.

■ Elaboração de programa

7. Ampliar o número de programas voltados para a prevenção ao uso de álcool e drogas.

Possíveis parceiros

Câmara Municipal . Confederação Nacional dos Municípios . Conselho Comunitário de Segurança . Empresas associadas ao Comperj . FGV . Guarda Municipal . IBGE . ISP . Ministério da Justiça . MP . OAB . ONGs . Pmerj . Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro . Prefeitura Municipal . Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro . TCE-RJ . Universidades . Veículos de comunicação local.

Possíveis fontes de financiamento

BNDDES . Empresas associadas ao Comperj . LOA . Pronasci

VIVÊNCIA E DESCOBERTA EM GEOGRAFIA 8

SCARBELLI &

⇒ ESCOLA VIVA

USPB Introdução à Política Brasileira FREI BETTO

Geografia
SÉRIE ESCOLA

UDIO DE TELEVISAO

R. J. UNSTEAD

DICAO PEDAGOGICA BRASILEIRA



3

Ordem Social

EDUCAÇÃO

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) – Mede a

qualidade da educação numa escala que vai de zero a dez. É calculado com base na taxa de rendimento escolar (aprovação e evasão), no desempenho dos alunos no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e na Prova Brasil. Quanto maior for a nota da instituição no teste e quanto menos repetências e desistências ela registrar, melhor será sua classificação. A partir deste instrumento, o Ministério da Educação traçou metas de desempenho bianuais para cada escola e cada rede até 2022. Em 2008, todos os 5.563 municípios brasileiros aderiram ao compromisso.



O município conta com uma boa rede de creches

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a educação, em todas as suas formas, molda o mundo de amanhã, instrumentalizando indivíduos com habilidades, perspectivas, conhecimento e valores necessários para se viver e trabalhar.

O capítulo 36 da Agenda 21 Global afirma que a educação e a consciência pública ajudam as sociedades a desenvolver plenamente suas potencialidades e que o ensino, tanto formal quanto informal, é indispensável para modificar a atitude das pessoas, de forma a capacitá-las para avaliar e enfrentar os obstáculos ao desenvolvimento sustentável. Para despertar a consciência ambiental e ética, também são fundamentais valores e atitudes, técnicas e comportamentos que favoreçam a participação pública efetiva nos processos decisórios.

Segundo o Relatório de Acompanhamento de Indicadores do Milênio na Região do Conleste (2009), o acesso ao Ensino Fundamental é praticamente universalizado nas grandes cidades brasileiras, e, em geral, as crianças chegam a ele na idade adequada. Todavia, o índice de reprovação ainda é elevado, o que impede que muitas concluam esse nível de ensino.

Apesar da adoção de políticas para reverter essa situação, continuam altas as taxas de reprovação, demandando ações mais eficazes de correção do fluxo escolar. Entre elas se incluem maior atenção às condições materiais de trabalho na escola, aumento do tempo de permanência dos alunos em suas dependências e investimentos na formação de professores e educadores.

Em Magé, a rede de ensino de Educação Básica é composta por 82 escolas de Pré-Escolar, 109 de Ensino Fundamental e 82 de Ensino Médio⁶. Segundo o Ideb/2009, o município apresenta as notas 3,6 para as séries iniciais e 3,3 para as séries finais da Educação Básica – a média nacional é 4,6⁷.

A Educação Infantil atende a grande parte da demanda municipal, tanto nas creches quanto na pré-escola.

⁶ Fonte: IBGE, 2008.

⁷ Fonte: Ideb, 2009.

Tabela 2: Ideb observado em 2005, 2007, 2009 e metas para a rede municipal

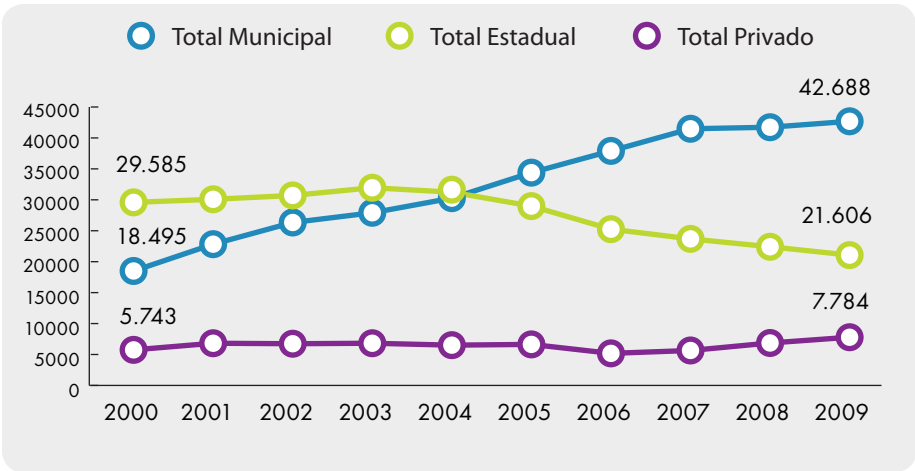
	Ideb Observado			Metas Projetadas							
Município	2005	2007	2009	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais	3,3	3,6	3,6	3,3	3,7	4,1	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5
Anos finais	3,0	3,3	3,5	3,0	3,2	3,4	3,8	4,2	4,5	4,7	5,0

Fonte: Prova Brasil e Censo Escolar (2010).

O Ensino Fundamental em Magé, como em toda a região do Comperj, tem acesso praticamente universalizado, mas persiste a questão da qualidade, ou seja, a permanência na escola com bom resultado.

Segundo dados da pesquisa ONU-Habitat/UFF (2009), o município apresenta elevada taxa de distorção idade/série escolar, o que indica a retenção de alunos em todas as séries do Ensino Fundamental, consequência das reprovações escolares que, provavelmente, irão comprometer a conclusão desse nível de ensino. A taxa de reprovação é maior do que as médias dos municípios do Conleste e do estado, que também são altas.

Gráfico 3: Número de matrículas efetuadas no município



Fonte: Confederação Nacional dos Municípios (2010).

A falta de formação para a inclusão produtiva e a insuficiência de cursos voltados para a educação técnica geram a falta de profissionais qualificados no município.

Os participantes do Fórum da Agenda 21 destacaram os cursos técnicos Agrícola do Colégio Estadual Agrícola Almirante Ernani do Amaral Peixoto, do Cederj (Consórcio de Universidades Estaduais), e do Colégio Estadual de Magé



Criado em 1988, o Colégio Agrícola funciona no mesmo local que o Centro de Ensino Integrado Agroecológico Barão de Langsdorff (CEIA), e tem o apoio do Instituto Kinder do Brasil

(*Técnico em Administração e Contabilidade*), bem como os semipresenciais, como importantes instrumentos de formação e especialização profissional.

O novo cenário do mercado de trabalho na região exige trabalhadores com alto nível de escolaridade e com especialização – e uma das alternativas apontadas pelos participantes do Fórum são os *cursos profissionalizantes do Comperj*.

Segundo os participantes, o município tem condições de *qualificar a população para o mercado de trabalho* por meio das universidades e dos centros de pesquisa (*Unigranrio, Aciam, Rotary Club, ONGs, entre outros*). Apesar disso, *faltam universidades* no município.

Também *faltam professores aptos a desenvolver projetos e acessar os recursos públicos disponíveis para a educação*.

O *baixo nível de conscientização pública* sobre a importância da educação é apontado como um dos principais entraves ao desenvolvimento do município.

O Fórum da Agenda 21 deseja que a população de Magé se conscientize sobre a importância da educação



PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Excelência em educação

■ Gestão pública

1. Atualizar a política pública de educação, visando à excelência do ensino.
2. Revisar e adequar as leis existentes na área da educação (ex.: Conselho Gestor do Fundef e Conselho Municipal de Educação), propiciando mais participação.
3. Promover a Conferência Municipal de Educação.
4. Implantar o Programa de Agenda 21 Escolar.
5. Aplicar de maneira adequada os recursos públicos disponíveis para a educação.
6. Elaborar políticas públicas para que as empresas de grande porte destinem recursos específicos para investimento em instituições educacionais locais.

■ Planejamento

7. Integrar os “educadores populares” ao sistema educacional, para que sua atuação seja permanente.

● Fortalecimento do papel do professor

■ Capacitação

1. Realizar formação contínua para professores de todos os níveis de ensino e educadores populares, qualificando-os para desenvolver projetos de educação inclusiva, cooperativismo, associativismo, empreendedorismo e participação social.

■ Articulação

2. Criar parcerias com empresas para viabilizar a educação inclusiva (cabeleireiro, manicure, entre outros).

● Ações para a qualificação da população no mercado de trabalho

■ Infraestrutura

1. Instalar escolas técnicas.

■ Planejamento

2. Ampliar os cursos promovidos pelas escolas técnicas existentes.
3. Atrair unidades de escolas técnicas para formação continuada em cada um dos distritos do município.

4. Identificar as demandas de capacitação para o emprego de mão de obra local.

■ Articulação

5. Criar parcerias com entidades estaduais e federais para promover formação técnica e profissionalizante no município.
6. Articular com a Secretaria Municipal de Educação e empresas locais a realização de cursos preparatórios para os jovens de Magé, com vistas às vagas oferecidas no Centro de Educação à Distância do Estado do Rio de Janeiro (Cederj).
7. Criar parcerias com Prominp, Firjan, Senac, Senai, Sesi, Senar e Pronaf para promover cursos profissionalizantes, empregando a mão de obra local conforme a demanda.
8. Desenvolver estratégias para incentivar a qualificação da população para o mercado de trabalho, mediante parcerias com a Unigranrio, Aciama, Rotary Club, ONGs, entre outros.

■ Capacitação

9. Estender os cursos profissionalizantes do Comperj a todo o município.

● Valorização do Ensino Superior

■ Planejamento

1. Realizar estudos para identificar as universidades que devem ser atraídas para o município, priorizando cursos universitários nas áreas de história, cultura, turismo (religioso, rural, ecoturismo, hotelaria, gastronomia) e desenvolvimento sustentável, a partir das competências e talentos locais.
2. Criar incubadoras de empresas .

● Estímulo à educação agrícola

■ Articulação

1. Estabelecer parcerias com os órgãos estaduais, federais e empresas para educação agroecológica, visando à manutenção do Colégio Estadual Agrícola e à criação de novos polos.
2. Promover convênios com organizações privadas para que os alunos da Escola Agrícola estagiem nas propriedades existentes no município, promovendo a conscientização do agricultor.

■ Planejamento

3. Utilizar os conhecimentos do Centro de Ensino Integrado Agroecológico Barão de Langsdorff, para desenvolver projetos sustentáveis.

■ Infraestrutura

4. Melhorar a infraestrutura das escolas agrícolas locais.
5. Construir um Polo de Pesquisas Científicas (Ambientais) e Estudos no Colégio Estadual Agrícola, com o fortalecimento do Centro de Ensino Integrado Agroecológico.

Possíveis parceiros

Associações de Moradores . Câmara Municipal . Centro de Ensino Integrado Agroecológico Barão de Langsdorff . Colégio Estadual Agrícola Almirante Ernani do Amaral Peixoto . Comissão Municipal de Trabalho e Renda . Conselho Municipal de Educação . Emater . Embrapa . Empresas associadas ao Comperj . Faetec . Fundação Cecierj . Instituições religiosas . Ministérios (Educação, Ciência e Tecnologia) . ONGs . Secretarias Estaduais (Educação, Assistência Social e Direitos Humanos) . Secretarias Municipais (Educação, Assistência Social) . Senac . Senai . Sesi . Sindicatos . Universidades.

Possíveis fontes de financiamento

Ampla . Banco do Brasil . Banco Real Santander . BVS&A . Caixa Econômica Federal . Capes . Coca-Cola Company . Comissão Europeia . CRT . CT- Infra . Embrapa . Empresas associadas ao Comperj . Essêncis Co-Processamento Ltda. . Fundação Acesita . Fundação Ford . Fundação Itaú Social . Fundação Vale do Rio Doce . Fundo Municipal de Educação . HSBC Banco Múltiplo . Instituto C&A . Instituto Holcin . LDO . LOA . Ministérios (Educação, Trabalho e Emprego, Ciência e Tecnologia) . Oi Futuro . Programa Petrobras Cultural . Protetab . Unesco.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Trata-se de processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltados para a conservação do meio ambiente e dos bens de uso comum, essenciais à qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Seu papel é educar e conscientizar as populações sobre a importância da preservação do meio ambiente, oferecendo-lhes, ao mesmo tempo, opções de subsistência e oportunidades para melhorar sua qualidade de vida, mostrando que as comunidades locais são as principais beneficiárias das atividades de conservação.

No Brasil, para que esses objetivos sejam atingidos, a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795/99 e Decreto 4.281/02) estabelece que os temas ambientais devem estar presentes durante todo o processo de escolarização, até o Ensino Superior, de forma transversal, em todos os níveis e disciplinas.

Para que uma Agenda 21 Local seja bem-sucedida, é necessário um amplo entendimento dos propósitos e do conteúdo da Agenda 21. Assim, a Educação Ambiental tem uma importância central neste processo. É por meio dela que se pode promover a capacidade de compreensão das questões ambientais e do desenvolvimento, que levam à participação no processo e à mudança de valores necessários à construção de um mundo sustentável.

A Prefeitura de Magé não desenvolve projetos mais amplos de Educação Ambiental e não promove a capacitação dos profissionais sobre o tema. Também não forma monitores ambientais (pescadores, sociedade civil, ONGs, professores, entre outros).

O município não conta com espaços reservados para atividades ambientais, dificultando a realização de projetos na área. O grupo afirma que, apesar da existência de uma lei federal que prevê a implantação da Educação Ambiental em todos os níveis escolares, e o município apenas iniciou um projeto voltado à formação de um grupo de jovens, que não foi adiante.

Algumas ONGs e associações de moradores de Magé promovem campanhas de preservação do meio ambiente e Educação Ambiental. Destaca-se, nesse âmbito, a atuação do ICMBio, que promove a Educação Ambiental nas escolas.



Casa feita com cerca de 10 mil garrafas PET faz parte do Projeto Arte Manguê, que promove ações de educação ambiental com crianças de Magé

PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Educação ambiental para todos

■ Planejamento

1. Promover atividades na área de Educação Ambiental, integrando ações municipais e estaduais.
2. Criar hortas nas escolas municipais com a participação dos alunos, incentivando a segurança alimentar e a mudança de hábitos alimentares.
3. Realizar encontros com professores e educadores ambientais, visando o desenvolvimento de projetos de Educação Ambiental.

■ Gestão pública

4. Comprometer as empresas instaladas na região a apoiarem ações de Educação Ambiental.
5. Cobrar da Secretarias Municipal de Educação o ensino da Educação Ambiental nas escolas públicas da região e posteriormente ampliar a iniciativa para toda a rede de ensino.
6. Criar uma rede municipal de Educação Ambiental.

■ Elaboração de projetos

7. Elaborar projetos de Educação Ambiental (palestras e oficinas) permanentemente nas universidades e comunidades populares.

■ Comunicação

8. Elaborar calendário de campanhas de Educação Ambiental, envolvendo todas as escolas do município.
9. Divulgar o trabalho do Colégio Estadual Agrícola de Magé (Escola Técnica Profissional).
10. Elaborar e distribuir cartilhas com informações sobre boas práticas e como solucionar problemas referentes aos direitos do cidadão.
11. Realizar campanhas para aumentar a participação da população nos projetos de preservação ambiental por meio de programas de voluntariado.

12. Conscientizar o educador para a importância do tema e torná-lo um multiplicador.

● Melhoria da infraestrutura para os agentes multiplicadores

■ Capacitação

1. Formar uma brigada de agentes ambientais (jovens, pescadores, professores, entre outros) para atuarem em atividades de mobilização popular e fiscalização, em parceria com os técnicos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

■ Comunicação

2. Desenvolver ações que promovam o aumento da conscientização sobre a preservação ambiental (agroecológica, inclusive) no município.

Possíveis parceiros

Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Magé . Câmara dos Diretores Lojistas de Magé . Centro de Ensino Integrado Agroecológico Barão de Langsdorff . Colégio Estadual Agrícola Almirante Ernani do Amaral Peixoto . Empresas associadas ao Comperj . Escolas . Fundação O Boticário de Proteção à Natureza . Fundação SOS Mata Atlântica . Ibama . ICMBio . MMA . ONGs . Prefeitura Municipal . Secretarias Estaduais (Educação, Ambiente) . Secretarias Municipais (Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Turismo e Meio Ambiente) . Universidades.

Possíveis fontes de financiamento

Ampla . BVS&A . Empresas associadas ao Comperj . Finep . FNMA . Funbio . Ministérios (Educação, Meio Ambiente) . Programa Petrobras Ambiental.

CULTURA

Segundo a Unesco, a diversidade cultural, produto de milhares de anos de história e fruto da contribuição coletiva de todos os povos, é o principal patrimônio da humanidade. As civilizações e suas culturas também resultam da localização geográfica e das condições de vida que cada uma oferece, o que se traduz na riqueza e diversidade de formas de viver e sobreviver da espécie humana.

A cultura representa as formas de organização de um povo, seus costumes e tradições, que são transmitidos de geração a geração, como uma memória coletiva, formando sua identidade e, muitas vezes, mantendo-a intacta, apesar das mudanças pelas quais o mundo passa.

A identidade cultural é uma das mais importantes riquezas de um povo, pois representa um conjunto vivo de relações sociais e patrimônios simbólicos, historicamente compartilhados, que estabelece a comunhão de determinados valores entre os membros de uma sociedade. Trata-se de um conceito de tamanha complexidade, que pode ser manifestado de várias formas e envolver situações que vão desde a fala até a participação em certos eventos.

A diversidade cultural é um dos pilares da identidade brasileira e fator de sustentabilidade do desenvolvimento do País. O maior desafio nesta área é enfrentar a pressão que o desenvolvimento exerce sobre as estruturas tradicionais – sejam físicas, como sítios arqueológicos ou patrimônios históricos, sejam imateriais, como conhecimentos e práticas das populações.

Segundo os participantes da Agenda 21 Local, o município de Magé não tem uma política cultural, o que revela a falta de valorização da história e cultura locais. Este aspecto é ratificado pela falta de valorização do patrimônio cultural edificado no município, que contempla ruínas históricas, engenhos, fazendas, cemitérios e sítios arqueológicos.

A não preservação da identidade histórica do município, segundo os participantes, inclui a *destruição dos sambaquis⁸ na antiga área de fazenda das Sendas*. Isto confirma a *falta de interesse e valorização do potencial histórico e turístico de Magé*, inclusive *para geração de trabalho e renda*.

No patrimônio histórico do município destacam-se o Porto da Estrela, pelo qual eram escoados para Portugal os tesouros que vinham de Minas Gerais; a Estrada de Mauá a Fragoso (linha de ferro e estação da Guia de Pacobaíba, a primeira do Brasil); trecho da calçada de pedra ou Caminho de Inhomirim (Caminhos de Minas); Igreja de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba; Igreja de São Nicolau; Capela de Nossa Senhora dos Remédios; Capela de São Fran-

⁸ Vestígios de grupos antigos que viviam do extrativismo marítimo ou comunidades ligadas à pesca etc.

Desigualdades no acesso à produção cultural

Entretenimento – Apenas 13% dos brasileiros vão ao cinema alguma vez no ano; 92% nunca frequentaram museus; 93,4% jamais visitaram uma exposição de arte; 78% nunca assistiram a um espetáculo de dança, embora 28,8% saiam para dançar. Mais de 90% dos municípios não possuem salas de cinema, teatro, museus e espaços culturais multíusos.

Livros e bibliotecas – O brasileiro lê, em média, 1,8 livro per capita/ano (contra 2,4 na Colômbia e 7 na França, por exemplo); 73% dos livros estão concentrados nas mãos de apenas 16% da população. O preço médio do livro de leitura corrente é de R\$ 25,00, elevadíssimo quando comparado com a renda do brasileiro nas classes C/D/E. Dos cerca de 600 municípios brasileiros que nunca receberam uma biblioteca, 405 ficam no Nordeste, e apenas dois no Sudeste.

Acesso à internet – 82% dos brasileiros não possuem computador em casa; destes, 70% não têm acesso à internet (nem no trabalho, nem na escola).

Profissionais da cultura – 56,7% da população ocupada na área de cultura não têm carteira assinada ou trabalham por conta própria.

(Fonte: <http://www.unesco.org/pt/brasil/cultura/access-to-culture/#c37219>).

cisco de Croará; Capela de Nossa Senhora da Conceição; Capela de Santa Ana; trecho da Serra do Mar/Mata Atlântica; paiol de pólvora da Fábrica Estrela; Fazenda Vila Real, entre outros, que fazem parte da história oficial do Brasil.

O Grêmio Musical Mageense é uma Instituição Cultural sem fins lucrativos, fundada há 53 anos. Desenvolve trabalho com jovens e adolescentes da comunidade, formando grupos que se apresentam em todo o Estado, divulgando a Cultura e promovendo a inclusão social destes jovens, tendo recebido o Prêmio Baixada 2010, na Categoria Música.

Existem também riquezas da cultura afro-brasileira que a história oficial não revela: Maria Conga, guerreira negra e carismática, líder dos Quilombos de Magé, instalou-se na área atualmente conhecida como Morro de Maria Conga. Outro local importante é o Morro do Bonfim, rota de fuga dos negros em direção ao Quilombo de Maria Conga. E Piedade, tradicional bairro negro de Magé, onde os escravos montavam sua estratégia de resistência. Neste bairro encontram-se a Praça do Leilão, antigo porto de desembarque escravo, e uma capela inteiramente construída por negros, além de um túnel escavado por eles que dá acesso ao Quilombo de Maria Conga.

Os principais eventos culturais e religiosos de Magé são a Festa de Santo Aleixo (17 de julho); Festa de Nossa Senhora da Piedade (14 de setembro) e festa de aniversário do município (2 de outubro)⁹.

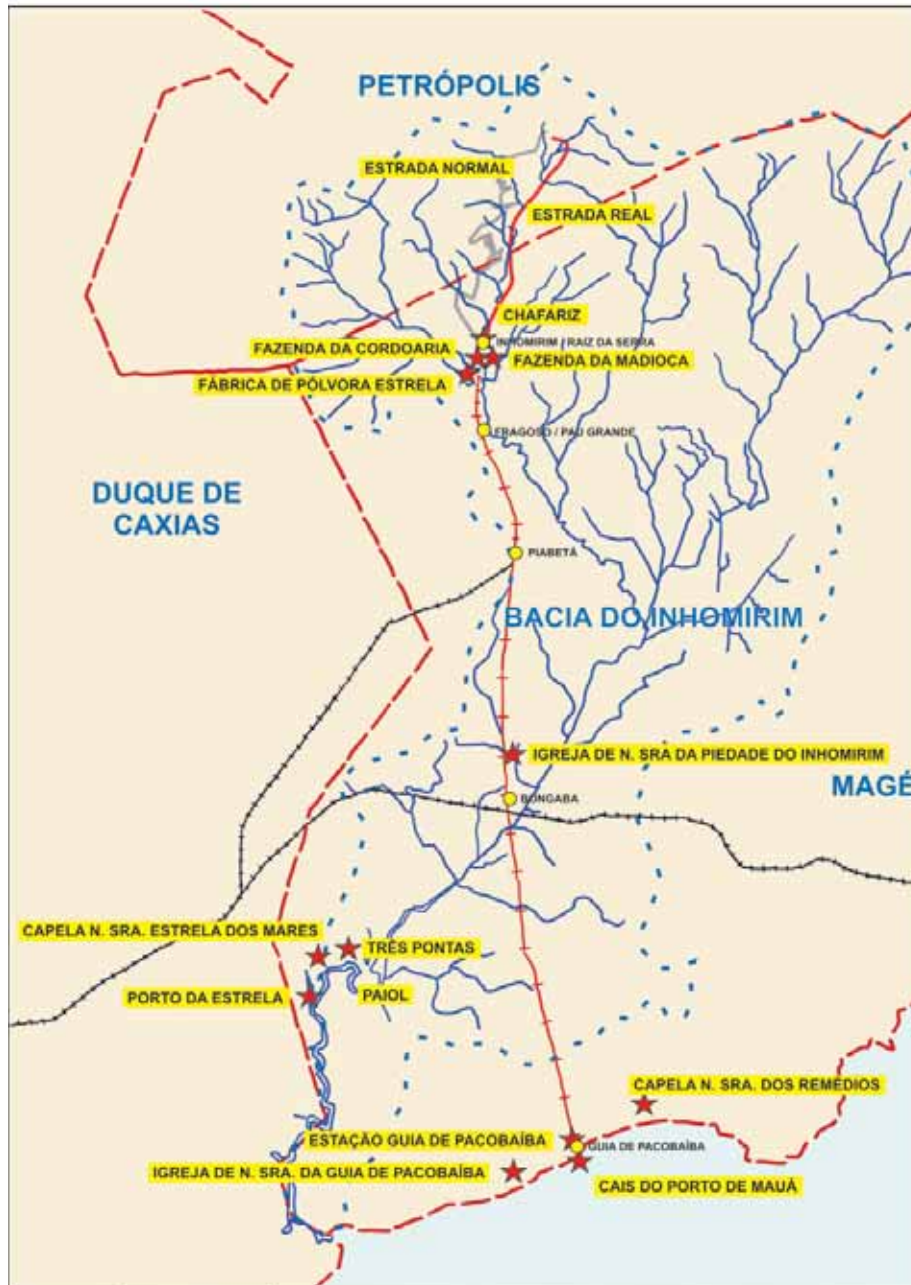
Em Magé, há carência de equipamentos culturais, pois o município não possui teatro, cinema ou biblioteca.



Igreja Matriz de Magé – Nossa Senhora da Piedade

⁹ Em 2 de outubro se comemora a colonização, e em 9 de junho, a emancipação do município.

Mapa 8: Patrimônio histórico situado na
bacia do Rio Inhomirim e adjacências



Fonte: Isabel Cristina dos Reis Lima e Silva e Raul Cahet Lisboa - Concurso de monografia CBTU 2005 – A Cidade nos Trilhos – Estrada de Ferro Mauá – O Trem do Desenvolvimento Urbano de Magé

PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Cultura fortalecida

■ Gestão pública

1. Elaborar políticas públicas para a promoção da cultura no município.
2. Implantar um Conselho de Cultura no município.
3. Promover a Conferência Municipal de Cultura.
4. Implantar na grade escolar a Lei 10.639/11.735, de valorização da cultura afro e indígena.
5. Elaborar a Agenda 21 da Cultura.

■ Planejamento

6. Elaborar projeto de urbanização que tenha como eixo os monumentos e a história de Magé.
7. Promover o intercâmbio cultural com Fundações, Institutos e Universidades, visando aprofundar os conhecimentos relacionados ao tema.
8. Criar calendário de eventos culturais.

■ Elaboração de programas

9. Elaborar programas culturais para jovens e adultos, com recursos dos setores público e privado.
10. Elaborar projetos que estimulem a valorização do patrimônio cultural local (funcionamento da Estrada de Ferro Príncipe Grão Pará, reestruturação da Fazenda da Mandioca, entre outros).

■ Infraestrutura

11. Construir bibliotecas públicas em todos os distritos.
12. Construir centros culturais, dotados de salas de cinema e de teatro.

■ Comunicação

13. Valorizar a história e a cultura locais e cada um dos patrimônios da região, por meio da divulgação periódica de material audiovisual.
14. Produzir dados sobre a história e a cultura locais em linguagem acessível e disponibilizá-los para escolas e a sociedade.

● Resgate da memória histórica do município

■ Planejamento

1. Criar uma comissão de instituições públicas e privadas interessadas em financiar projetos voltados ao resgate da memória do município.
2. Identificar instituições e especialistas (historiadores, pesquisadores e cientistas sociais) para levantar informações sobre a história do município.
3. Pesquisar estudos, livros, objetos e documentos sobre a história e a cultura locais.
4. Reunir pesquisas acadêmicas (teses e monografias) realizadas pelas universidades em Magé.
5. Reunir informações sobre a história do município e a formação da cultura local.
6. Implantar circuitos históricos turísticos, incluindo a Estrada de Ferro, o Caminho do Ouro, a Estrada Real, igrejas e outros.
7. Buscar recursos para a execução do projeto.

■ Comunicação

8. Assegurar a publicação dos resultados da pesquisa.
9. Informar a sociedade, através dos meios de comunicação, sobre a preservação dos monumentos e patrimônios tombados.

■ Capacitação

10. Promover eventos de capacitação técnica sobre a história do município para geração de renda direta e indireta.
11. Incluir a educação patrimonial na grade escolar e capacitar os professores.

■ Infraestrutura

12. Criar o Centro Cultural de Magé, com todo o acervo histórico e biblioteca municipal.
13. Garantir a construção e implantação da Casa de Memória e de um museu a céu aberto para valorizar o município.

● Preservação do patrimônio histórico

■ Elaboração de programas

1. Desenvolver estratégias e ações que promovam a preservação e a valorização dos patrimônios culturais edificados.
2. Criar um sítio arqueológico, visando à preservação dos sambaquis na antiga área da Fazenda das Sendas.
3. Promover a valorização do patrimônio cultural edificado (ruínas históricas, engenhos, fazendas, cemitérios e sítios arqueológicos).

■ Articulação

4. Estabelecer parcerias com museus e faculdades de História, Belas Artes, Engenharia e Arquitetura, para a reforma dos imóveis tombados pelo Patrimônio Histórico.

Possíveis parceiros

Empresas associadas ao Comperj . Inepac . Iphan . Ministérios (Educação, Turismo, Cultura) . ONGs . Riotur . Secretaria Estadual de Cultura . Secretarias Municipais (Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Turismo e Meio Ambiente) . Turisrio . Universidades . Voluntários.

Possíveis fontes de financiamento

Basf . Empresas Associadas ao Comperj . Fundação Ford . Instituto Itaú Cultural . Iphan . Minc . Programa Petrobras Cultura

SAÚDE

A Agenda 21 brasileira afirma em seu objetivo 7 – “Promover a saúde e evitar a doença, democratizando o SUS” – que a origem ambiental de diversas doenças é bem conhecida e que o ambiente natural e as condições de trabalho, moradia, higiene e salubridade, tanto quanto a alimentação e a segurança, afetam a saúde, podendo prejudicá-la ou, ao contrário, prolongar a vida.

Segundo a Agenda 21 Global, o desenvolvimento sustentável depende de uma população saudável. No entanto, os processos de produção e de desenvolvimento econômico e social interferem nos ecossistemas e podem colaborar para a existência de condições ou situações de risco que influenciam negativamente o padrão e os níveis de saúde das pessoas.

As principais questões ambientais que afetam a saúde humana envolvem a poluição decorrente da falta de saneamento, a contaminação do meio ambiente por poluentes químicos, a poluição atmosférica e os desastres ambientais.

Atualmente, além de se reconhecer a interdependência entre saúde, desenvolvimento econômico, qualidade de vida e condições ambientais, aumenta a consciência de que a capacidade humana de interferência no equilíbrio ambiental acarreta responsabilidades da sociedade sobre seu destino e o da vida no planeta.

Magé conta com 116 estabelecimentos de saúde¹⁰, mas *apenas o Hospital Municipal de Magé está em pleno funcionamento. A população precisa recorrer a municípios vizinhos para conseguir atendimento médico de emergência – o que leva, no mínimo, de 40 a 50 minutos de viagem.*

A deficiência histórica das políticas públicas voltadas para a área de saúde e a falta de responsabilidade do atual governo mostram o descaso com a saúde pública na cidade.

Entretanto, no município *existe uma cartilha sobre os direitos dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS)* que visa informar sobre as formas de atendimento existentes.

Os programas de planejamento familiar e a quantidade de assistentes sociais são insuficientes para atender às necessidades da população. Os postos de Saúde da Família funcionam de forma precária, mesmo possuindo estrutura para o desenvolvimento da medicina preventiva e controle de moléstias comuns nas áreas rurais e na periferia. Isto acontece devido à má distribuição de profissionais, que deve ser feita por afinidade e qualificação na área de atuação. Dados levantados pela Coordenação do Gabinete do Ministério da

10 Fonte: Ministério da Saúde, Datasus, 2009.

Saúde até fevereiro de 2010 indicam que Magé alcançou 70,16% de cobertura do PSF, considerando que cada unidade atende a 3 mil pessoas.

O município conta com *uma farmácia popular com preços razoáveis. A compra de medicamentos é facilitada*, fato relevante para a população de baixo poder aquisitivo.

Há preocupação com o *descontrole de pragas e vetores causado pelo lixo e esgoto*. E, apesar da *existência de um órgão de combate às doenças endêmicas no município*, segundo a comunidade, o sistema é *precário*, levando a um aumento na ocorrência de casos.

A *prefeitura dispõe de verba federal para combater a dengue* porque o município registrou o maior crescimento dos casos dessa doença em toda a Baixada Fluminense entre 2006 e 2007, figurando na lista dos municípios com maiores índices de dengue da Região Metropolitana¹¹. Ratificando esse fato, os participantes do Fórum informaram que *muitas pessoas morreram de dengue no município*.



Posto de Saúde Familiar em Piabetá

¹¹ Fonte: RJTV, 2008: disponível em: <http://rjtv.globo.com/Jornalismo/RJTV/0,MUL251233-9097,00-dengue+assusta+moradores+de+Inhomirim+em+Mage.html>

PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Programa de saúde modelo

■ Gestão pública

1. Discutir a proposta de Plano Municipal de Saúde para Magé.
2. Dar apoio as iniciativas do Conselho Municipal de Saúde.
3. Implementar o Grupo Gestor Municipal, para trabalhar as DST/Aids nas escolas.
4. Cobrar da Secretaria Municipal de Saúde, melhorias no Hospital Municipal de Magé, visando atender adequadamente a população.
5. Discutir com o Secretário Municipal de Saúde o respectivo orçamento municipal, visando à melhoria da infraestrutura hospitalar.

■ Planejamento

6. Realizar levantamento (Secretaria Municipal de Saúde) sobre os programas federais de saúde para atrair aqueles que interessam ao município (ex.: anemia falciforme).
7. Promover os tratamentos alternativos no município.
8. Implementar tratamento psicológico gratuito na rede municipal de saúde.
9. Pesquisar as fontes de recursos para a saúde.

■ Infraestrutura

10. Ampliar a área de atendimento dos programas de planejamento familiar.
11. Adquirir equipamentos médico-hospitais modernos.
12. Melhorar a infraestrutura dos postos de saúde.
13. Melhorar os serviços nos postos de saúde e hospitais.

■ Comunicação

14. Divulgar, de forma continuada, informações sobre combate à dengue, a doenças endêmicas, às DST/Aids, entre outras.

● Saúde para todos

■ Comunicação

1. Aumentar a distribuição das cartilhas referentes aos direitos dos usuários do Sistema Único de Saúde.

■ Gestão pública

2. Aumentar a participação dos profissionais de saúde nas comunidades, através das ações promovidas pelos programas Médico de Família e Planejamento Familiar.

■ Planejamento

3. Melhorar a assistência social em saúde às famílias mais necessitadas.

■ Infraestrutura

4. Aumentar a equipe de assistentes sociais.
5. Criar farmácias populares nas comunidades mais distantes.

■ Articulação

6. Articular com as faculdades de Farmácia, Medicina, Fisioterapia, Fonoaudiologia e Enfermagem a elaboração de projetos nas comunidades mais populares.

● Qualificação do profissional da saúde

■ Gestão pública

1. Contratar profissionais capacitados via concursos públicos.

■ Capacitação

2. Qualificar profissionais da saúde em atendimento aos contaminados com produtos agrotóxicos.
3. Qualificar o atendimento ao público no sistema hospitalar, tornando-o mais humano/gentil/respeitoso.
4. Qualificar, continuamente, os profissionais da área de saúde.

● Ações de combate às doenças endêmicas

■ Gestão pública

1. Aumentar o controle sobre pragas e vetores originados pelo lixo e esgoto.
2. Fortalecer a atuação da Funasa nas atividades de combate às doenças endêmicas no município.

■ Fiscalização

3. Assegurar que os recursos federais para o combate à dengue sejam aplicados de maneira adequada.

■ Planejamento

4. Promover a notificação dos casos de dengue.

Possíveis parceiros

Comissão de Saúde da Câmara Municipal . Conselho Estadual de Saúde . Conselho Municipal de Saúde . Cren . CRM . Empresas associadas ao Comperj . Fiocruz . Funasa . Mistérios (Saúde, Cidades) . ONGs . Secretaria Estadual de Saúde e Defesa Civil . Secretaria Municipal de Saúde . SUS . Universidades . Veículos de comunicação local.

Possíveis fontes de financiamento

Banco Mundial . CT-Saúde . Empresas associadas ao Comperj . Faperj . Finep . Funasa . Ministério da Saúde . Pibic.

GRUPOS PRINCIPAIS

A Agenda 21 Global define como grupos principais as mulheres, crianças e jovens, povos indígenas, ONGs, autoridades locais, trabalhadores e seus sindicatos, comerciantes e industriários, a comunidade científica e tecnológica, agricultores e empresários. É desses grupos que o documento cobra comprometimento e participação para a implementação dos objetivos, políticas e mecanismos de ação previstos em seu texto.

Sendo um processo democrático e promotor da cidadania, a construção da Agenda 21 Local não pode deixar de considerar as necessidades e interesses de outros grupos, como afrodescendentes, ciganos, idosos, pessoas com deficiência, homossexuais, travestis e outras minorias.

A Agenda 21 brasileira vai além e destaca como uma de suas prioridades a necessidade de diminuir as desigualdades sociais no País para garantir as condições mínimas de cidadania a todos os brasileiros, enfatizando a importância de proteger os segmentos mais vulneráveis da população: mulheres, negros e jovens.

É na Seção III, dedicada ao fortalecimento do papel dos grupos principais, que a Agenda 21 Global propõe o desenvolvimento de processos de consulta às populações locais para alcançar consenso sobre uma “Agenda 21 Local” para a comunidade. No Capítulo 28, recomenda que os países estimulem todas as suas autoridades locais a ouvirem cidadãos e organizações cívicas, comunitárias, empresariais e industriais locais para obter as informações necessárias para formular as melhores estratégias, aumentando a consciência em relação ao desenvolvimento sustentável. Para a legitimidade e sucesso deste processo, é fundamental a inclusão de representantes de todos os grupos sociais.



ONGs de Magé participam do Fórum da Agenda 21

Segundo o grupo, em Magé são muitos os *projetos existentes* para atendimento aos Grupos Principais (*Pró-Jovem – EJA – Casa da Família, Ginástica da Terceira Idade, Napes, Fundação Leão XIII, o projeto Primeiro Emprego, entre outros*).

Os participantes do Fórum reconhecem o trabalho desenvolvido pelas *entidades e organizações civis* e destacam que *os Conselhos poderiam funcionar melhor se houvesse um elo mais forte entre governo e sociedade*. Acrescentam que *falta integração dos moradores com a política, e que a maioria da população desconhece o papel das entidades não governamentais*.

No município, as leis do Estatuto da Criança e do Adolescente não vêm sendo respeitadas e faltam políticas públicas voltadas para a geração de emprego para os jovens

Segundo os participantes, *os programas de planejamento familiar e gravidez precoce são insuficientes e há muitos casos de gravidez na adolescência*. No

entanto, segundo o Ministério da Saúde, o número de partos de adolescentes caiu 34,6% entre 2000 e 2009 no País, e 36,30% na Região Sudeste. A Secretaria de Saúde do município confirma esta tendência também em Magé, embora o número de adolescentes grávidas seja expressivo.

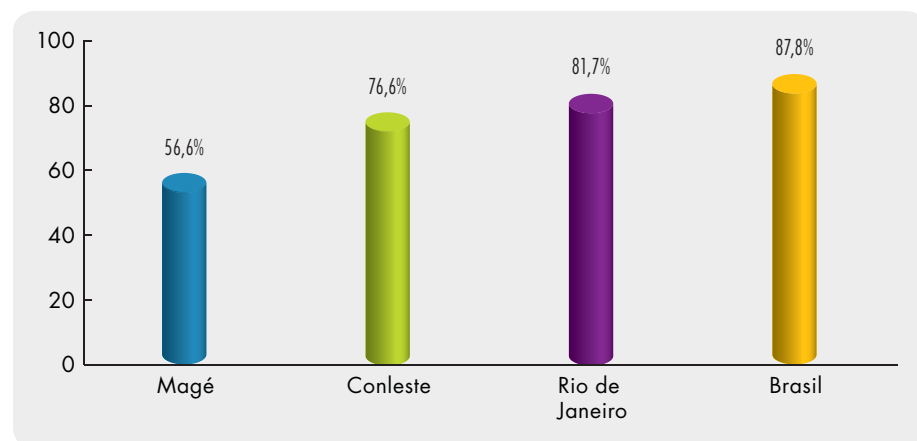
A estrutura para atendimento de pessoas com necessidades especiais é precária.

Em Magé não existem políticas de gênero. Os projetos existentes não contemplam a participação das mulheres, que não são consultadas e nem incentivadas a discutir as questões do município. Esse problema é agravado pelo fato de nem todos os bairros terem creches, o que impede muitas mulheres de ingressar no mercado de trabalho e participar de outras atividades.

No entanto, Magé elegeu uma mulher para a prefeitura em 2008 e tem mulheres à frente de duas Secretarias Municipais. No mercado de trabalho, o município também tem bons resultados. Segundo dados da pesquisa ONU-Habitat/UFF, em 2007, o percentual de mulheres com emprego formal no município era de 45,1%, maior que o observado no Conleste (38,6%), no Estado do Rio de Janeiro (40,4%) e no Brasil (40,8%). Dos municípios que fazem parte do Conleste, naquele ano, Magé ocupava a primeira posição em termos de participação feminina.

Quanto às diferenças de remuneração entre os admitidos femininos e masculinos no município, o salário pago às mulheres em 2009 correspondia a 56,6% do salário pago aos homens – um percentual inferior ao observado no Conleste (76,6%), no Estado do Rio de Janeiro (81,7%) e no Brasil (87,8%).

Gráfico 4: Diferencial de remuneração feminina (em %) no município de Magé, comparado aos do Conleste, Estado do Rio de Janeiro e Brasil



Fonte: UFF/ONU-Habitat/UFF Habitat (2009).

Os participantes citaram alguns projetos sociais, como o Programa de Atendimento Integral à Família (Paif), um convênio do município com o governo estadual, que atende a 200 famílias com renda de até um quarto do salário mínimo, com cursos de capacitação profissional e geração de renda, e promove eventos para a venda dos produtos confeccionados pelos alunos.

Há também o Casa da Família, fruto de convênio do município com o governo federal, que desenvolve atividades similares às do Paif, mas com atendimento descentralizado por distrito. E o PAB, que faz atendimento emergencial de alimentos (cestas básicas).

As questões sobre o meio ambiente são importantes em Magé. Este aspecto é ratificado pela *existência de interesse de pequenos grupos (igrejas e escolas, entre outros) na discussão e participação nas decisões sobre meio ambiente e desenvolvimento social. Se houvesse maior investimento nas Organizações Não Governamentais (ONGs) e também na divulgação de seus trabalhos, o desenvolvimento do município se daria de forma muito mais rápida.*

Os participantes do Fórum destacaram que *não há estímulo para a participação dos jovens em decisões sobre Educação Ambiental e desenvolvimento sustentável*, assim como as *informações sobre os temas ambientais não são disponibilizadas* pelo município.

Não há projetos que incentivem o primeiro emprego a jovens, deficientes e mulheres e, faltam assistência e oportunidades de ocupação para idosos no município.

Falta apoio às entidades não governamentais para a criação de parcerias em projetos de desenvolvimento socioambiental, e muitos deles ficam comprometidos, como os projetos de Educação Ambiental formal nas escolas.

Um dos poucos projetos realizados no município são as cozinhas comunitárias, desenvolvidas pelo Instituto *Holcim*, com o apoio da Firjan, que procuram garantir a segurança alimentar de parte da população e incentivar o desenvolvimento sustentável local.

Os participantes do Fórum da Agenda 21 ressaltaram o *desinteresse do governo em desenvolver políticas de fortalecimento das organizações e sindicatos*, e que falta de *fiscalização das entidades existentes*. Também *não há política voltada para a geração de trabalho e renda, nem apoio ao surgimento e fortalecimento dos sindicatos*. Como *faltam lideranças sindicais*, os grupos ficam *sem maior representatividade* de suas necessidades perante os governantes.

Parte das comunidades tradicionais de Magé, como a *quilombola e caiçara, trabalha com agricultura e pesca artesanal*. Há uma *Associação dos Caiçaras*, que visa à valorização e à qualidade de vida dessa população. *A cultura indígena e os monumentos históricos indígenas não recebem a devida atenção e não têm seu valor reconhecido perante a sociedade.*

Os participantes do Fórum reclamam a *valorização da história local*, o que poderia ocorrer por meio da *inserção das comunidades quilombolas (Maria Conga e Feital) na vida cultural do município*.

Pescador confeccionando esteiras para construção de currais para peixes, prática de origem indígena ainda muito usada no município



PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Fortalecimento dos grupos principais

■ Gestão pública

1. Criar um Programa de Fortalecimento dos Conselhos Municipais, estabelecendo um canal de comunicação entre governo e os representantes dos grupos principais.
2. Integrar as ações das Secretarias de Saúde e de Educação, nos âmbitos municipal e estadual.
3. Garantir a continuidade dos projetos existentes (Pró-Jovem e Urbano, EJA, Casa da Família, Ginástica da Terceira Idade, Napes, Fundação Leão XIII, entre outros).

■ Capacitação

4. Promover a capacitação de mulheres, crianças, idosos, portadores de necessidades especiais e outros, incentivando sua participação nos processos de desenvolvimento de políticas públicas.

■ Planejamento

5. Realizar um diagnóstico rápido participativo, para conhecer as demandas dos grupos principais.
6. Inserir os representantes dos grupos principais nos processos de tomada de decisões do município.
7. Assegurar a alfabetização de jovens e adultos.

■ Elaboração de programas e projetos

8. Elaborar projetos que incentivem o primeiro emprego aos grupos principais (em parceria do poder público com ONGs e iniciativa privada).
9. Desenvolver projetos voltados aos grupos principais no setor de responsabilidade social das empresas.

■ Comunicação

10. Divulgar informações sobre ética e cidadania para todos os grupos principais.
11. Promover a realização de palestras educativas para funcionários e comunidades que recebem canteiros de obras.

● Proteção para crianças e adolescentes

■ Fiscalização

1. Fiscalizar o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente.

■ Capacitação

2. Qualificar permanentemente os Conselheiros da Infância e Adolescência.

■ Planejamento

3. Ampliar as atividades do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, visando retirar as crianças do lixão.

■ Comunicação

4. Divulgar o atendimento do Conselho Tutelar à sociedade.

■ Infraestrutura

5. Melhorar a infraestrutura do Juizado de Menores e do Conselho Tutelar.
6. Construir abrigos para crianças e adolescentes (só existe um no município).

● Combate à gravidez na adolescência

■ Gestão pública

1. Ampliar a distribuição de preservativos e de outros tipos de anticoncepcionais.
2. Ampliar a realização de projetos de assistência à família e de orientação sexual para adolescentes.

■ Capacitação

3. Promover a formação de professores e agentes de saúde em educação sexual.

■ Planejamento

4. Conhecer o projeto de educação sexual desenvolvido pela Escola Agrícola 3 Picos/Ibelga, com vistas a implantar a experiência em Magé.
5. Promover a educação sexual para adolescentes e jovens, enfatizando aspectos afetivos e emocionais, através de parcerias da prefeitura com ONGs, associação de moradores, escolas, igrejas, entre outros.

■ Elaboração de programas e projetos

6. Desenvolver programas de planejamento familiar e prevenção da gravidez precoce para atender a todos os distritos de forma continuada.

■ Comunicação

7. Realizar ciclos de palestras de educação sexual nas escolas públicas e privadas.

● Estratégias de ação para os jovens

■ Gestão pública

1. Cobrar dos Secretários Municipais a elaboração de políticas públicas que possibilitem a melhoria da qualidade de vida dos jovens (educação, saúde, esporte, cultura, entre outros).

■ Articulação

2. Promover a integração entre os jovens de vários bairros através da criação de Associação de Jovens.

■ Elaboração de projetos e programas

3. Criar programas de incentivo a jovens estudantes nas empresas locais, para visita de áreas verdes, históricas e culturais do município.
4. Criar programa para os jovens dentro da política pública de geração de emprego.
5. Criar programas de capacitação dos jovens, tendo por modelo o Programa Jovem Aprendiz.

■ Capacitação

6. Qualificar a mão de obra jovem para entrar no mercado de trabalho (primeiro emprego, inclusive).

■ Planejamento

7. Atrair as empresas (indústria, comércio e prestação de serviços) para investirem, de forma integrada, na formação técnica dos jovens de Magé.

■ Comunicação

8. Divulgar informações sobre como o jovem pode participar de programas e projetos na sociedade, e da tomada de decisão nos vários setores (Educação Ambiental e desenvolvimento sustentável, inclusive).

● Estratégias de ação para as mulheres

■ Gestão pública

1. Elaborar políticas públicas voltadas ao atendimento da mulher.
2. Criar uma Secretaria Municipal voltada aos direitos da mulher.
3. Implantar no município a lei que concede título de terra às mulheres.

■ Infraestrutura

4. Criar uma Delegacia de Mulheres.
5. Construir abrigos especializados no atendimento à mulher vítima de violência.

■ Elaboração de programas e projetos

6. Criar programas de incentivo à educação e inclusão das mulheres na sociedade.
7. Criar programas socioeconômicos voltados ao empoderamento das mulheres.
8. Criar programas nas empresas que estimulem a qualificação da mão de obra feminina, mediante acordos com os empregadores.
9. Elaborar projetos direcionados à participação da mulher no mercado de trabalho e na preservação do meio ambiente.

■ Planejamento

10. Promover a participação do público feminino nas instâncias de tomada de decisão.
11. Promover ações afirmativas, com a reserva de 30% das vagas em empresas para mulheres chefes de família.
12. Ampliar a participação das mulheres em concursos públicos para as principais instituições de meio ambiente.
13. Organizar cooperativas de mulheres para prestação de serviços.
14. Promover a organização das artesãs em espaços públicos e feiras.
15. Cadastrar as mulheres que trabalham fora de casa, disponibilizando vagas nas creches para seus filhos.

■ Capacitação

15. Promover a qualificação profissional de acordo com o mercado empregador.
16. Realizar projetos de capacitação e inclusão das mulheres no mercado de trabalho.

● Ações estratégicas para pessoas com deficiência

■ Gestão pública

1. Criar o programa municipal de fornecimento de equipamentos e acessórios a portadores de necessidades especiais.
2. Assegurar que as vagas para recebimento de ajuda de custo (federal) por pessoas com deficiência sejam utilizadas apenas por aqueles que não trabalhem.

■ Fiscalização

3. Fiscalizar o cumprimento da lei que garante reservas de vagas em empresas para pessoas com deficiência.

■ Infraestrutura

4. Construir e instalar vias de acesso, rampas e ônibus especiais para garantir o ir e vir de portadores de deficiência.

● Fortalecimento de ONGs

■ Gestão pública

1. Criar um fórum municipal de ONGs.

■ Planejamento

2. Criar mutirões para a legalização das ONGs e Terceiro Setor em geral.
3. Criar uma comissão que cadastre as ONGs existentes de acordo com suas competências, identificando as demandas para essas organizações e articulando-as com as demais ONGs atuantes na região.
4. Assegurar maior transparência na prestação de contas das ONGs no município.
5. Inibir a presença de ONGs que não estejam comprometidas com a sociedade (ONGs criadas para administrar recursos públicos).
6. Convidar ONGs a desenvolverem trabalhos nas comunidades carentes.
7. Criar comissão de emprego no Fórum da Agenda 21 Local para gerar empregos a partir das ONGs.
8. Criar linhas de crédito para o financiamento de projetos desenvolvidos pelas ONGs locais.
9. Sugerir aos vereadores e técnicos das secretarias municipais o conhecimento da legislação voltada para as ONGs, criando instrumentos de monitoramento, coordenação e implementação de ONGs no município.

■ Articulação

10. Estimular as ONGs a realizar projetos sociais direcionados à promoção e criação de cozinhas comunitárias e indústrias de beneficiamento.

■ Capacitação

11. Capacitar as ONGs locais em políticas públicas, gestão socioambiental e cultural, Agenda 21, pesquisas tecnológicas, captação de recursos, formação e elaboração de projetos que atendam a realidades distintas.

■ Comunicação

12. Elaborar informativos com as ONGs existentes no município, sua atuação e resultados.
13. Informar à sociedade os serviços prestados pelas ONGs, divulgando as atividades em jornal comunitário, rádio e outros meios de comunicação.

● Fortalecimento da organização profissional dos trabalhadores

■ Fiscalização

1. Aumentar a fiscalização dos sindicatos, observando se defendem os interesses dos trabalhadores.
2. Criar ouvidorias (bem equipadas e com serviço de qualidade) para o atendimento dos trabalhadores.

■ Planejamento

3. Promover a participação dos sindicatos nas tomadas de decisões municipais.
4. Criar um fórum de sindicatos.

■ Elaboração de projetos

5. Desenvolver projetos de conscientização político-social para os trabalhadores da região (por intermédio das instituições do Terceiro Setor).

● Preservação dos povos tradicionais

■ Elaboração de programa

1. Criar programa específico de atendimento às populações tradicionais.

■ Estudo técnico

2. Mapear a localização dos povos tradicionais.

■ Infraestrutura

3. Criar um centro municipal de pesquisas e conservação da cultura dos povos tradicionais.
4. Conservar monumentos e imóveis tombados pelo Patrimônio Histórico.

■ Planejamento

5. Promover o resgate da informação sobre a cultura, conhecimentos tradicionais e monumentos históricos indígenas.
6. Desenvolver ações estratégicas para a valorização dos povos tradicionais.

■ Comunicação

7. Promover circulação de informações sobre a história e cultura dos povos tradicionais.
8. Realizar eventos (nas escolas, principalmente) que divulguem a cultura dos povos tradicionais para os moradores do município.

● Valorização das populações caiçaras

■ Estudo técnico

1. Realizar o levantamento das populações caiçaras.

■ Planejamento

2. Promover o resgate de informações sobre a cultura e os conhecimentos tradicionais dos catadores e pescadores.
3. Fortalecer a Associação dos Caiçaras, localizada em Suruí.
4. Pesquisar editais para o financiamento de projetos de fortalecimento da produção de pesca e pesca artesanal existente.

■ Infraestrutura

5. Melhorar a infraestrutura das populações caiçaras (barcos, redes de pesca, entre outros), possibilitando o aumento da renda dessas comunidades.

● Valorização dos grupos étnicos

■ Estudo técnico

1. Realizar levantamento das populações quilombolas.

■ Gestão pública

2. Criar e implantar a Secretaria Municipal do Direito do Negro.
3. Implantar o Conselho Municipal do Direito do Negro.
4. Criar incentivos para fortalecer a produção agrícola existente na comunidade quilombola.

■ Infraestrutura

5. Criar centro de referência para a cultura afro-brasileira.

■ Estudo técnico

6. Realizar levantamento das populações quilombolas.

■ Planejamento

7. Promover reunião para resgatar informações sobre a cultura e conhecimentos tradicionais dos negros.
8. Promover a inserção das comunidades quilombolas Maria Conga e Feital na vida cultural do município.

Possíveis parceiros

66ª Delegacia de Polícia . Alerj . Apae . Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Magé . Associação Mageense de Pessoas Portadoras de Deficiência (Amadef) . Associação Pestalozzi . Câmara dos Diretores Lojistas de Magé . Câmara Municipal . Colônia de Pesca Z-9 . Conselho Estadual dos Direitos da Mulher . Conselhos Municipais (Saúde, Educação, Infância e Adolescência, Assistência Social) . Conselho Tutelar . Emater . Empresas associadas ao Comperj . Escolas . Federação Nacional das Associações Juvenis . Funperj . Juizado da Infância e da Juventude . Ministérios (Educação, Saúde, Trabalho e Emprego) . MP . OAB . ONGs . Prefeitura Municipal . Rits . Secretarias Estaduais (Assistência Social e Direitos Humanos, Saúde e Defesa Civil) . Secretarias Municipais (Saúde, Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Desenvolvimento e Assistência Social, Turismo e Meio Ambiente) . Sindicatos . Universidades . Voluntários.

Possíveis fontes de financiamento

Banco JP Morgan . Basf . BVS&A . Comissão Europeia . CRT . Embaixada da Alemanha . Embaixada do Reino Unido . Empresas Associadas ao Comperj . FAT . Finep . Fundação Abrinq . Fundação Educar Depaschoal de Benemerência e Preservação da Cultura e do Meio Ambiente . Fundação Itaú Social . Fundação Telefônica . General Motors Corporate Giving Program . HSBC Banco Múltiplo . Instituto Holcim . Instituto Itaú Cultural . Instituto Itaú Social . Instituto Ronald McDonald de Apoio à Criança . LDO . LOA . Ministérios (Cultura, Educação, Saúde, Trabalho e Emprego) . Oi Futuro . Programa Petrobras Cultural . Shell Brasil . Unicef

PADRÕES DE CONSUMO

Consumo responsável – Significa adquirir produtos eticamente corretos, ou seja, cuja elaboração não envolva a exploração de seres humanos e animais e não provoque danos ao meio ambiente.

A pobreza e a degradação ambiental estão estreitamente relacionadas. Enquanto a primeira tem como resultado determinados tipos de pressão ambiental, segundo a Agenda 21, as principais causas da deterioração ininterrupta do meio ambiente mundial são os padrões insustentáveis de consumo e produção, especialmente nos países industrializados. Motivo de séria preocupação, tais padrões de consumo e produção provocam o agravamento da pobreza e dos desequilíbrios.

É muito comum confundir “consumir” com “fazer compras”. Consumir é um ato muito mais presente em nossas vidas. Todos os dias consumimos água, alimentos, combustíveis etc. Como cada um desses elementos se origina do planeta e nele permanece depois de usado, o consumo interage diretamente com a sustentabilidade e pode ser um poderoso instrumento para alcançá-la.

Tomar consciência dos hábitos de consumo, pensar sobre todos os materiais presentes em cada objeto, sua origem e destinação final requer uma revisão de hábitos, costumes e valores. A fim de atingir a escala necessária para fazer a diferença, todas as esferas sociais precisam estar envolvidas nesta transformação: governos, empresas, ONGs e cidadãos. As mudanças necessárias são profundas, mas o movimento do consumo consciente afirma que o poder de promovê-las está ao alcance de cada um, em sua própria vida, em seus atos cotidianos.

Em Magé, falta informação sobre meio ambiente, desenvolvimento sustentável e novos padrões de consumo para toda a sociedade.

Existem dois projetos de energia alternativa (solar e biodigestor), porém a população desconhece o uso desses tipos de energia.

Magé conta com um posto de atendimento do Procon, que funciona junto com a Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Geração de Renda. Também conta com Juizados Especiais Cíveis Estadual e Federal, que podem ser acionados para questões que envolvem problemas com os consumidores.

PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● Direitos do consumidor

■ Infraestrutura

1. Criar postos de atendimento do Procon em alguns distritos do município, de acordo com a demanda (sugestão: Piabetá e Magé).

■ Comunicação

2. Divulgar a cartilha do Procon para toda a população.
3. Divulgar a existência e o endereço do posto de atendimento do Procon em Piabetá e a existência dos Juizados Especiais Cíveis, Estadual (Fóruns de Magé e Piabetá) e Federal (Justiça Federal) para toda a sociedade.

● Mudança dos padrões de consumo

■ Planejamento

1. Captar recursos para realizar campanhas de incentivo ao consumo sustentável (energias alternativas).

■ Comunicação

2. Incentivar a população a utilizar produtos ecologicamente corretos (ex.: sacolas biodegradáveis – com palha de buriti).

3. Promover seminários que discutam soluções alternativas e sustentáveis de padrões de consumo.

4. Promover programa de debates sobre consumo consciente em escolas, igrejas, associações de moradores e empresas.

5. Elaborar e divulgar amplamente cartilhas sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável, com perguntas e respostas para as dúvidas mais comuns.

6. Utilizar os mecanismos de comunicação locais para mobilizar a população sobre a importância do consumo sustentável.

Possíveis parceiros

Associações de Moradores . Cooperativas . CRT . Escolas . Idec . Inea . Instituto Holcin . Ministérios (Justiça, Meio Ambiente) . MP . OAB . ONGs . Plastmassa Indústria e Comércio Ltda. . Procon . SEA . Secretarias Municipais (Turismo e Meio Ambiente, Comunicação) . Sindicatos . Veículos de comunicação local.

Possíveis fontes de financiamento

BID . Bird . BNDES . CT-Energ . Eletrobras . Empresas associadas ao Comperj . Finep . LDO . LOA . Ministério da Justiça.

ESPORTE E LAZER

O conceito de qualidade de vida, embora subjetivo, independentemente da nação, cultura ou época, relaciona-se a bem-estar psicológico, boas condições físicas, integração social e funcionalidade.

O esporte e o lazer são fatores de desenvolvimento local pelos benefícios que proporcionam à saúde física e mental dos seres humanos e pela oportunidade que oferecem de desenvolvimento individual e convivência social. São atividades reconhecidas pelas Nações Unidas como direitos humanos e, portanto, devem ser promovidas em todo o mundo.

Atividades esportivas são uma ferramenta de baixo custo e alto impacto nos esforços de desenvolvimento, educação e combate à violência em várias sociedades, e o lazer é fundamental para a qualidade de vida dos indivíduos.

Ambos têm o poder de atrair e mobilizar a juventude, promovendo a inclusão e a cidadania, valores como respeito ao outro e à natureza, aceitação de regras, trabalho de equipe e boa convivência social. Além disso, atividades de esporte e lazer geram empregos e renda.

Em Magé, o futebol sempre foi incentivado, mas o município carece de política para os demais esportes. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer incentiva a prática de atividades esportivas na região. Além disso, o município conta com diversas agremiações esportivas, tais como:

- Andorinhas Futebol Clube;
- Bonfim Futebol Clube (projetos para crianças e jovens);
- Clube de Futebol Rio de Janeiro (Federação Carioca de Futebol);
- Esporte Clube Pau Grande;
- Santo Antonio Futebol Clube;
- Suruiense Futebol Clube (projetos para crianças e adolescentes).

Magé vem investindo em ginásios poliesportivos e planeja construir pelo menos um por distrito. Dois ginásios foram concluídos em 2010, e outros quatro ficarão prontos até 2012.



Quadra Poliesportiva municipal

PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Ações para o esporte e lazer

■ Infraestrutura

1. Construir ginásios poliesportivos, áreas de lazer e cultura com atividades para crianças, jovens, adultos, pessoas com deficiência e terceira idade nas comunidades populares e distritos.

■ Planejamento

2. Ampliar as opções para que o jovem possa praticar outros esportes (handebol, vôlei e basquete).
3. Criar um calendário de esportes.

■ Capacitação

4. Capacitar os professores para atuação em projetos esportivos em ginásios e afins.

Possíveis parceiros

Associações de Moradores . Câmara Municipal . CBB . CBF . CBV . COB . Empresas associadas ao Comperj . Escolas . Ministérios (Cidades, Esportes) . ONGs . Prefeitura Municipal . Secretaria Estadual de Esportes . Secretarias Municipais (Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Comunicação, Planejamento) . Sociedade Pestalozzi de Magé . Universidades.

Possíveis fontes de financiamento

AT&T Foundation . Basf . Comissão Europeia . Empresas associadas ao Comperj . Fundação Ford . Instituto Credicard . Instituto Itaú Cultural . Johnson & Johnson Corporate Giving Program . Ministério do Esporte . Oi Futuro . Shell Brasil.

MAIO *Amor* Mês

MÊS DE SUPER OFERTAS





4

Ordem Econômica

GERAÇÃO DE TRABALHO, RENDA E INCLUSÃO SOCIAL

Princípios dos Empreendimentos Sustentáveis

- Substituem itens produzidos nacional ou internacionalmente por produtos criados local e regionalmente;
- Assumem responsabilidade por seus efeitos no mundo natural;
- Não exigem fontes exóticas de capital para se desenvolver e crescer;
- Empenham-se em processos de produção humanos, dignos e intrinsecamente satisfatórios;
- Criam objetos duráveis e de utilidade em longo prazo, cujo uso ou disposição final não prejudicarão as futuras gerações;
- Transformam seus consumidores em clientes por meio da educação.

(Paul Hawken)

Royalties – Uma das compensações financeiras relacionadas às atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural que as companhias petrolíferas pagam aos estados e municípios produtores. A legislação prevê regras diferentes para a distribuição dos *royalties* em função da localização do campo produtor, se em terra ou no mar.

As mudanças climáticas e seus impactos, e a degradação do meio ambiente em geral, têm implicações significativas para o desenvolvimento econômico e social, para os padrões de produção e de consumo e, portanto, para a criação de empregos e geração de renda.

Ao contrário do que muitos afirmam, a transição para a sustentabilidade pode aumentar a oferta de emprego e a geração de renda. A relação direta entre o mundo do trabalho e o meio ambiente constitui a essência dos chamados empregos verdes – trabalhos e atividades que contribuem para a preservação ou restauração da qualidade ambiental, com remuneração adequada, condições de trabalho seguras e respeito aos direitos dos trabalhadores.

Os empregos verdes podem ser o caminho para enfrentar tanto a degradação ambiental, reduzindo os impactos da atividade econômica, quanto o desafio social representado por 1,3 bilhão de pessoas no mundo em situação de pobreza. Eles podem beneficiar trabalhadores com diferentes níveis de qualificação e são encontrados em uma ampla gama de setores da economia, tais como os de fornecimento de energia, reciclagem, agrícola, construção civil e transportes.

Levantamento da Organização Internacional do Trabalho (OIT) aponta que, em 2008, o Brasil tinha aproximadamente 2,6 milhões de empregos verdes – o que representava 6,73% do total de postos formais de trabalho – e que a oferta desse tipo de emprego no País vem crescendo a uma taxa anual de cerca de 2%.

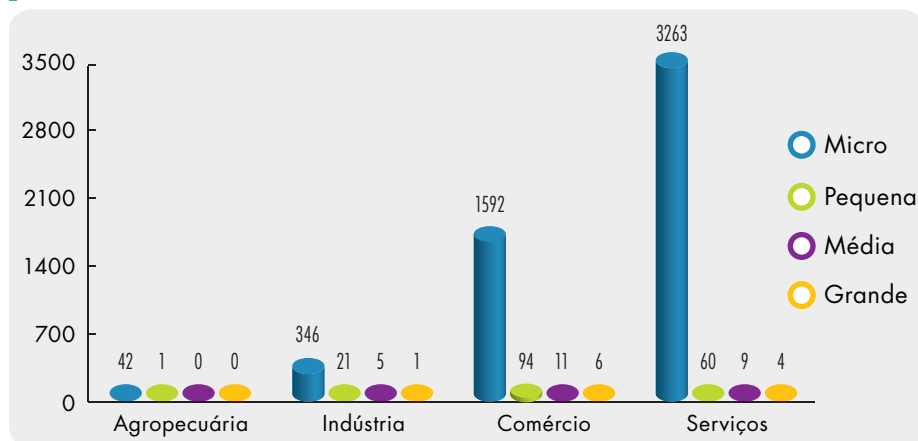
A **economia de Magé**, no período de 2002-2007, correspondia a 0,82% do PIB da Região Metropolitana. O município faz parte da Região de Influência Direta do Comperj, e respondeu, no mesmo período, por 17,78% do PIB da região¹².

Magé é um dos 87 municípios do Estado do Rio de Janeiro que recebem *royalties* pela exploração e produção de petróleo, o que justifica sua alta participação no PIB regional. Em 2009 o repasse desses recursos ao município somou cerca de R\$ 26,42 milhões.

O perfil do setor produtivo do município encontra-se no Gráfico 5. Em todos os setores da economia, o porte predominante de estabelecimento é a microempresa.

¹² IBGE, em parceria com órgãos estaduais de estatística (Fundação Cide), Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

Gráfico 5: Número de estabelecimentos por setor conforme tamanho

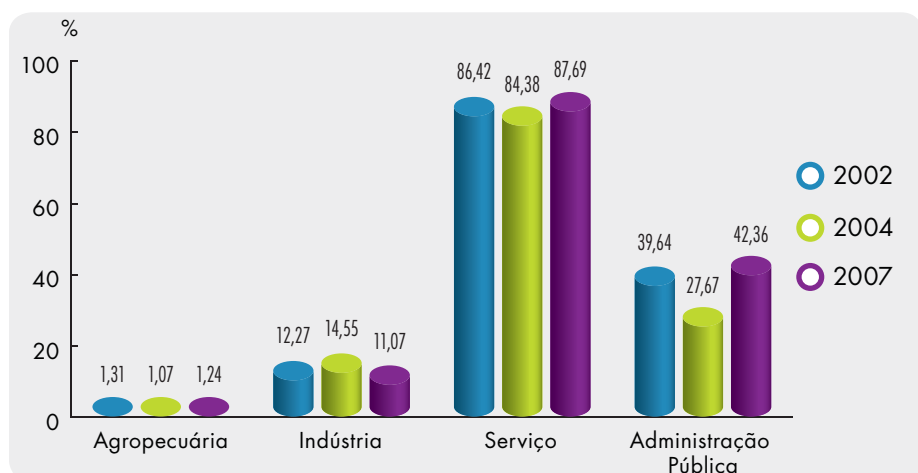


Fonte: Sebrae, base de dados Rais (2007)

Entre 2002 e 2007, mais de 80% da renda foram gerados no setor de serviços (Gráfico 6). Este percentual subiu em 2007 para 87,69%, ano em que a indústria teve sua participação reduzida de 14,55% (2004) para 11,07. Cabe ressaltar a participação da administração pública no setor de serviços, que chegou a 42,36% em 2007. O oposto ocorreu com a agricultura, cuja participação relativa se manteve pequena: na faixa de 1% do PIB.

Os participantes do grupo manifestaram preocupação com o desemprego, a pobreza e a desigualdade social no município. Segundo dados da Fundação Cide, no período 2002-2007, a taxa de crescimento do PIB *per capita* de Magé foi de 38,94%, contra 57,07% alcançado pela Região Metropolitana. No município, em 2002, o PIB *per capita* era R\$ 4.645,00 e em 2007 chegou a R\$ 6.455,00. Esses dados sugerem que a economia do município estava em franco processo de crescimento.

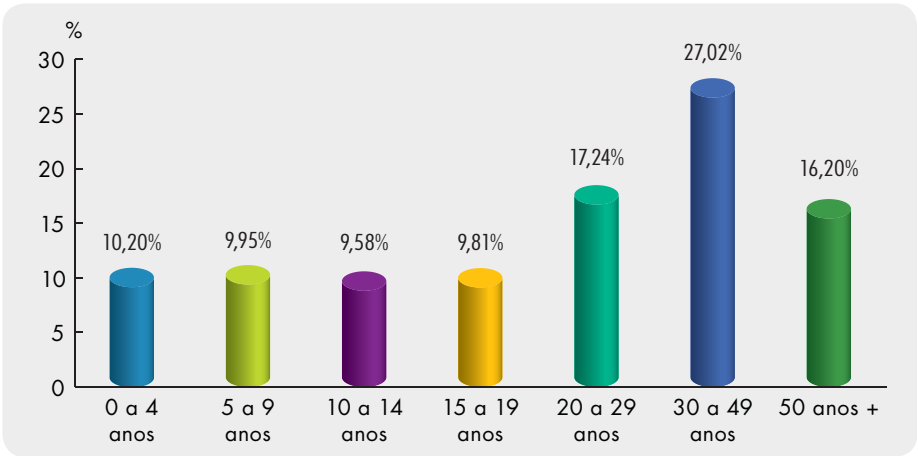
Gráfico 6: Participação relativa dos setores no PIB do município em 2002, 2004 e 2007



Fonte: IBGE (2008)

A população total em 2007 era de cerca de 232 mil habitantes, sendo que 94,2% residiam na área urbana e 5,8%, na área rural¹³. A maior parcela dessa população (Gráfico 7) tem mais de 15 anos.

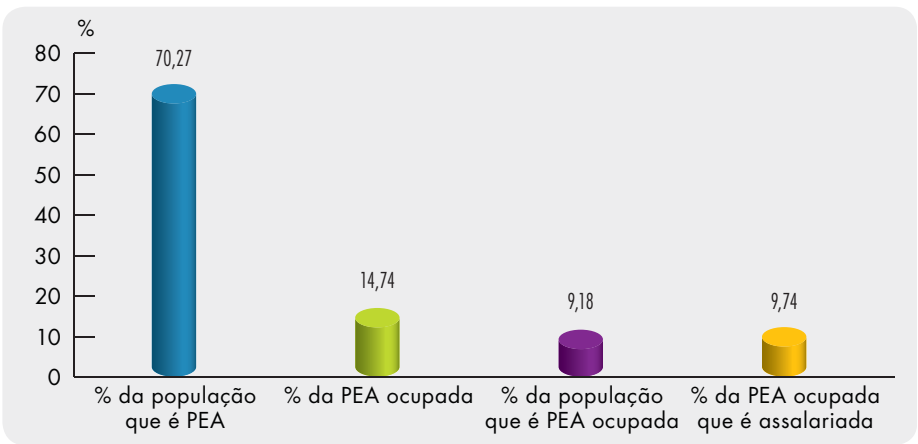
Gráfico 7: Distribuição da população entre as faixas etárias



Fonte: Sebrae, Rais/Estab (2007)

Em 2007, a população economicamente ativa (PEA) do município correspondia a 70,27% da sua população. Além disso, apenas 14,74% da PEA estavam ocupados em 2007 – quase 10% eram assalariados (Gráfico 8).

Gráfico 8: Descrição da População Economicamente Ativa em 2007

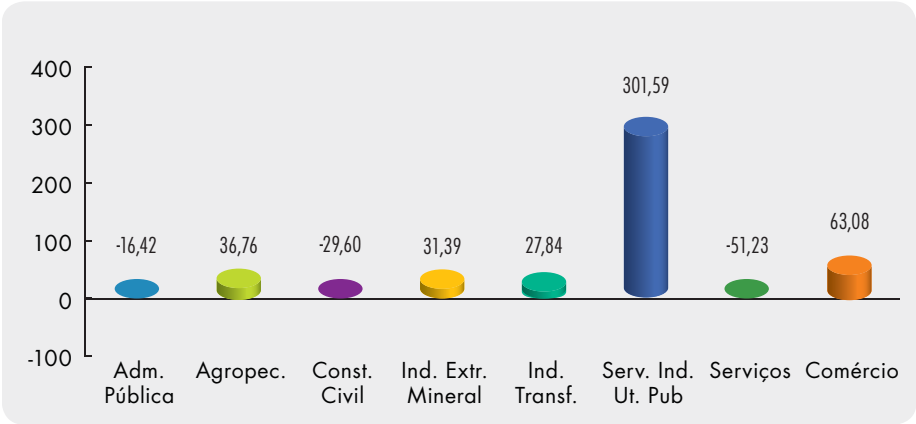


Fonte: IBGE, Estatísticas do Cadastro Central de Empresas (2008)

13 IBGE e Sebrae, base de dados Rais/2007.

Os dados sobre comportamento do emprego com carteira assinada (Gráfico 9) indicam melhoras de 2001 a 2008, principalmente no setor de serviços de utilidade pública, que cresceu mais de 300%, e no comércio, que registrou crescimento de 63%. As exceções são a administração pública, a construção civil e os serviços, que tiveram desempenho negativo.

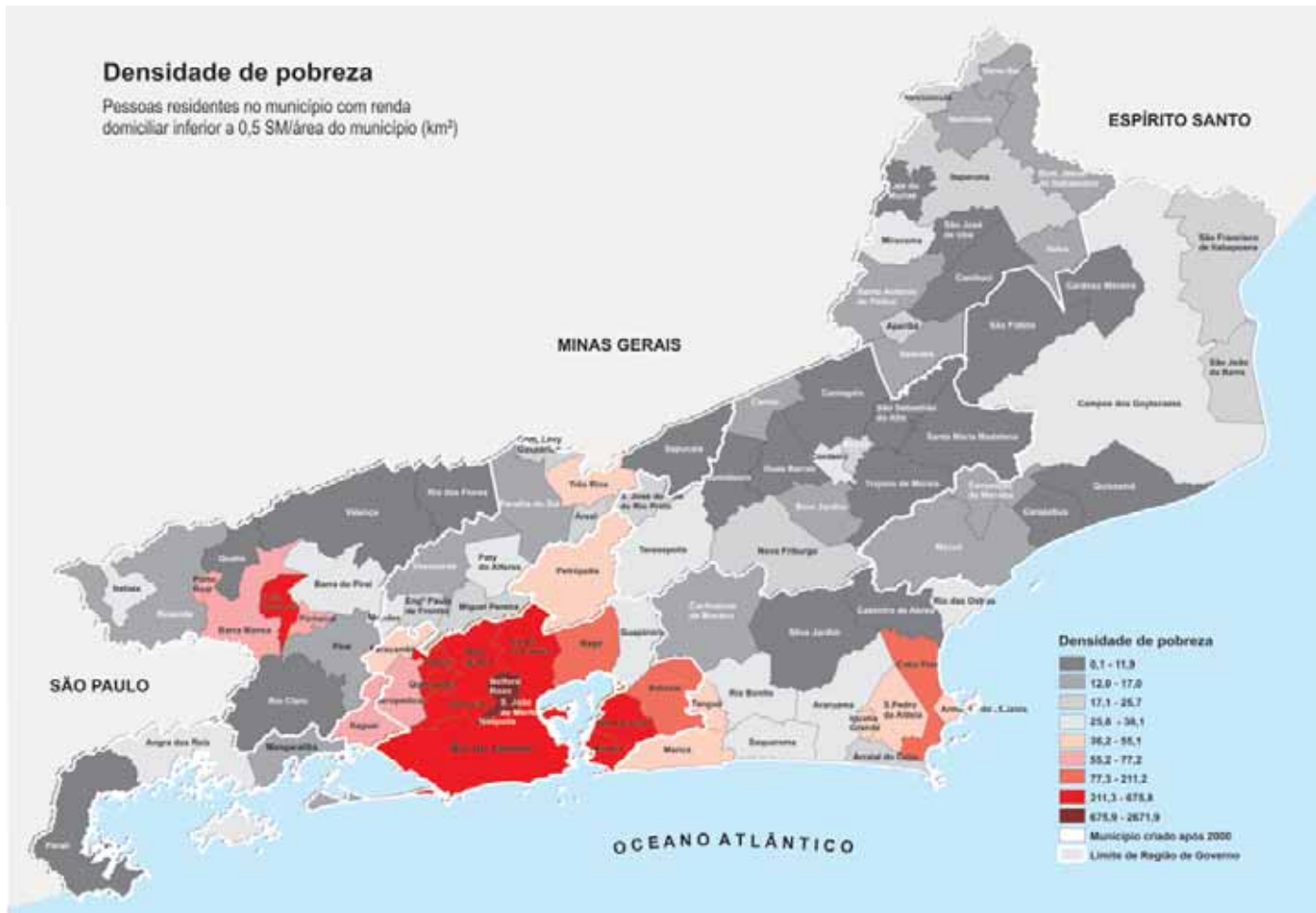
Gráfico 9: Taxa de variação de emprego com carteira assinada por setor de atividade de 2001 a 2008



Fonte: IBGE (2007)

No mapa da densidade da pobreza no estado, em 2008 Magé apresentou um índice na faixa de 77,3% a 211,2%, que indica o número de pessoas residentes no município com renda domiciliar inferior a 0,5 SM/km². Embora a concentração da pobreza seja baixa, devido à grande extensão territorial do município, a taxa de pobreza é alta. Considerando o número de pessoas residentes com renda domiciliar inferior a 0,5 SM/total de habitantes, em Magé esta taxa fica na faixa de 26,95% a 31,32%.

Mapa 9: Densidade de pobreza no Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Estratégias de ação para a conservação da biodiversidade no Estado do Rio de Janeiro (2009), in Anuário Estatístico do Rio de Janeiro, Fundação Ceperj (<http://www.ceperj.rj.gov.br/>).

Os participantes informaram que Magé tem *alto índice de desemprego* e que a prioridade para o desenvolvimento econômico é a atração de empresas. Segundo eles, para alcançar esse objetivo, o município vem atuando em duas frentes:

Implantação da Casa do Empreendedor, em parceria com o Sebrae, com estrutura adequada para a abertura de empresa em 24 horas e a concessão de alvará em 48 horas;

Aprovação da Lei de Incentivo Fiscal, com isenção de tributos municipais e outras facilidades.

Na percepção do grupo, o alto índice de desemprego observado no município pode estar associado à *falta de incentivos para que empresas se instalem na região*. Para eles, *pouco se sabe sobre as políticas públicas relacionadas à instalação de empresas no município*.

PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● Aumento dos postos de trabalho

■ Gestão pública

1. Criar incentivos fiscais para a abertura de novos empreendimentos e atrair indústrias com responsabilidade socio-ambiental.
2. Reduzir a burocracia municipal para a abertura de novas empresas.
3. Cobrar da Prefeitura Municipal, Secretarias Municipais e Câmara Municipal a elaboração de políticas públicas para a geração de emprego.

■ Capacitação

4. Promover o desenvolvimento de ações de qualificação da mão de obra local, principalmente entre as mulheres e os jovens, para gerar aumento da renda familiar (Sistema S e outras instituições de ensino e ONGs).
5. Realizar cursos de capacitação para que pessoas interessadas tenham acesso ao mercado de trabalho.

Possíveis parceiros

Ampla . Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Magé . Câmara dos Diretores Lojistas de Magé . Conselho Municipal de Emprego . Empresas Associadas ao Comperj . Firjan . Instituto Holcim . MTE . ONGs . Plastmassa Indústria e Comércio Ltda. . Sebrae . Secretaria de Estado do Trabalho e Renda . Secretarias Municipais (Planejamento, Fazenda) . Senac . Senai . Sesc . Sest/Senat.

Possíveis fontes de financiamento

Banco do Brasil . BNDES . Caixa Econômica Federal . Empresas Associadas ao Comperj . FAT . Finep . Planfor . Proger.

AGRICULTURA

Sistema agroflorestal – Forma de uso da terra na qual se combinam espécies arbóreas lenhosas (frutíferas e/ou madeiras) com cultivos agrícolas e/ou animais, de forma simultânea ou em sequência temporal, e que interagem econômica e ecologicamente. Tem como objetivo otimizar a produção com o uso mais eficiente dos recursos (solo, água, luz etc.), a diversificação da produção e a interação positiva entre os componentes. Sistemas agroflorestais fazem parte das diretrizes centrais de desenvolvimento rural sustentável e podem ser implantados em áreas alteradas por atividades agrícolas malsucedidas, contribuindo para reduzir o desmatamento de novas áreas de floresta

(Fonte: Embrapa).

A Agenda 21, em seu Capítulo 32, afirma que a agricultura ocupa um terço da superfície da Terra e constitui a atividade central de grande parte da população mundial. Segundo o documento, as atividades rurais ocorrem em contato estreito com a natureza – a que agregam valor com a produção de recursos renováveis –, ao mesmo tempo em que a tornam vulnerável à exploração excessiva e ao manejo inadequado.

A agricultura é sustentável quando é ecologicamente equilibrada, economicamente viável, socialmente justa, culturalmente apropriada e orientada por um enfoque holístico. Este modelo de agricultura respeita a diversidade e a independência, utiliza os conhecimentos da ciência moderna para se desenvolver e não marginaliza o conhecimento tradicional acumulado ao longo dos séculos por grandes contingentes de pequenos agricultores em todo o mundo.

Um modelo sustentável de agricultura produz alimentos saudáveis para os consumidores e os animais, não prejudica o meio ambiente, é justo com seus trabalhadores, respeita os animais, provê sustento digno aos agricultores e apoia e melhora as comunidades rurais. Além disso, deve manter nossa capacidade futura de produzir alimentos, distribuindo-os com justiça, mantendo a qualidade do meio ambiente e preservando a diversidade cultural e biológica das variedades tradicionais de plantas cultiváveis.

Magé é um município com vocação agrícola, apresentando o *solo fértil e água abundante*. Apesar disso, os dados indicam que a agricultura não é o forte da economia municipal.

Os participantes do Fórum queixam-se da *inoperância da Secretaria Municipal de Agricultura e do Sindicato Rural*, cujas ações têm sido marcadas pela *descontinuidade das políticas agropecuárias*, resultando numa prática *deficiente*. Informaram ainda a *extinção do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS)* e a *falta de regulamentação para o distrito agrícola*.

Citaram a *existência da Emater*, mas fizeram ressalvas à sua situação: *apesar de constituída, não exerce seu papel*, provocando a *descontinuidade dos programas de assistência técnica desenvolvidos junto aos agricultores do município*. Para o grupo, isso demonstra que *as instituições capacitadoras estão desprestigiadas em Magé* e que *falta interesse do poder público em promover intercâmbios com instituições de pesquisa que desenvolvam tecnologias ambientalmente saudáveis*.

Segundo os participantes do Fórum, o Colégio Estadual Agrícola Almirante do Amaral Peixoto faz *parcerias com instituições de pesquisa para o fomento*

à atividade agroambiental, como, por exemplo, com a UFF, que realiza cursos de capacitação para os alunos dos Ensinos Fundamental e Médio.

Além disso, o município conta com o *Centro de Ensino Integrado Agroecológico Barão de Langsdorff*, que procura agregar valor à produção local.

A pecuária tem apresentado bom desempenho com o aumento da produção leiteira.

As associações de classe não funcionam satisfatoriamente e falta articulação entre elas, a despeito da existência de cooperativas agrícolas, da recém-criada Feira da Agricultura Familiar e das associações de produtores rurais.

Esses fatores resultam na falta de qualificação e profissionalização do agricultor familiar, que ainda enfrenta deficiências de infraestrutura e logística. Segundo os participantes, *faltam segurança, assistência médica e outros serviços essenciais à área rural.*

Há também dificuldades para o escoamento da produção agrícola, devido à precariedade das estradas e pontes.

O grupo também informou que *falta um hortomercado em Magé – a produção sai do município e retorna mais cara. Segundo os integrantes, e falta uma rede inteligente de escoamento dessa produção*, o que contribui para o aumento dos atravessadores.

O setor agrícola conta com linhas de crédito federais, mas o acesso aos financiamentos é difícil devido ao grande índice de inadimplência e às exigências de documentação

Eles consideram que a falta de apoio e de articulação tem dificultado os avanços da produção de hortifrutigranjeiros, agroflorestais e agroindustriais, que é uma das potencialidades de Magé. Há preocupação também com a falta de infraestrutura e incentivo ao desenvolvimento rural e agropecuário sustentável do pequeno produtor e com a pouca divulgação de técnicas sustentáveis, como as de implementação dos sistemas agroflorestais.

A despeito de haver terra para plantio com possibilidade de produção e aquisição de alimentos orgânicos, o grupo informou que o produtor desconhece a obrigatoriedade de devolução de embalagens de agrotóxicos para a atividade rural, que são usados indiscriminadamente no município.

A cana-de-açúcar e a batata-doce são alguns dos principais produtos agrícolas das lavouras de Magé em 2008, com uma produção de 4.500 e 4.200 toneladas, respectivamente. As áreas plantadas chegaram a 80 hectares, no caso da cana-de-açúcar, com rendimento médio de 56 mil kg/ha; e a 294 hectares, de batata-doce, com 190 mil kg/ha. O município cultiva ainda mandioca (3 mil t), banana em cacho (9.368 t), banana (70 t) e batata-inglesa (120 t).



O CEIA desenvolve pesquisas voltadas para a agroecologia

Agroecologia – Abordagem da agricultura que se baseia nas dinâmicas da natureza e propõe mudanças profundas nos sistemas e nas formas de produção. Sua filosofia é produzir de acordo com as leis e processos que regem os ecossistemas. Reúne conceitos das ciências naturais e das ciências sociais em práticas dedicadas ao estudo das relações produtivas entre o homem e a natureza, visando sempre à sustentabilidade ecológica, econômica, social, cultural, política e à ética. A agroecologia trata também da biodiversidade, da agricultura orgânica, da agrofloresta, da permacultura e da agroenergia, entre outros temas.

Segundo o IBGE (2010), a criação de aves é o principal destaque na pecuária de Magé, seguida de bovinos, codornas e vacas ordenhadas. O município também tem criação de caprinos, suínos, equinos e coelhos, entre outros, além de produzir leite e ovos de galinha.

Pesca

A pesca de caranguejo é uma atividade tradicional em Magé e conta com três entidades de classe: *a Colônia de Pesca, a Cooperativa de Pescadores e a Associação dos Caranguejeiros*. Entretanto, para o grupo, existe *dificuldade de mobilização e engajamento dos pescadores devido a um histórico desfavorável*.

Na percepção dos participantes, essa atividade enfrenta dois tipos de problemas: *falta de políticas públicas para a pesca e para os catadores, e poluição da Baía de Guanabara*. O primeiro resulta na *falta de qualificação profissional de pescadores e catadores de caranguejo*; o segundo *provoca a diminuição do número de caranguejos nos manguezais*. Além disso, o *desemprego crescente aumenta o número de pessoas que passam a se dedicar a essa atividade como forma de geração de renda*.

O grupo informou que *falta fiscalização na Colônia de Pescadores Z-9* e mencionou que no município há *produtores de carne de rã, que também respondem pelo abate e distribuição*.

A pesca é uma atividade tradicional no município



PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Desenvolvimento da agricultura orgânica

■ Articulação

1. Buscar parcerias para implementar a agricultura orgânica no município.

■ Capacitação

2. Promover a capacitação em agricultura orgânica e gestão de produção e negócios.

■ Comunicação

3. Promover a divulgação dos benefícios dos alimentos orgânicos por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde e meios de comunicação.

■ Planejamento

4. Implementar no município o Projeto Pais, para incentivar a agricultura orgânica.
5. Criar cooperativas de agricultura orgânica.

■ Gestão pública

6. Promover incentivos fiscais e financiamentos aos agricultores.
7. Priorizar a produção orgânica para merenda escolar e hospitais municipais.

● Gestão agroambiental como vocação

■ Gestão pública

1. Formular políticas agroambientais para o município.
2. Criar instrumentos que possibilitem ao governo e ao setor privado buscar financiamento e novas tecnologias para ações ambientalmente sustentáveis.

■ Elaboração de projetos

3. Elaborar projetos sociais e agroecológicos que beneficiem as comunidades carentes.

■ Comunicação

4. Divulgar o Plano Diretor elaborado.

● Controle do uso de agrotóxicos

■ Comunicação

1. Realizar campanhas de divulgação dos malefícios causados pelo uso de agrotóxicos nas lavouras (publicações, palestras ilustradas, *folders*, peças de teatro e outros).

■ Capacitação

2. Capacitar os produtores agrícolas para manipular com segurança os produtos que venham a ser utilizados nas lavouras.
3. Capacitar os profissionais de saúde, especialmente nos postos de saúde, para melhorar o atendimento aos agricultores contaminados por produtos tóxicos.
4. Capacitar os agricultores para utilizar adubos resultantes de compostagem.

■ Fiscalização

5. Aumentar a fiscalização do uso de agrotóxicos e a aplicação da lei agroambiental.

● Recolhimento de embalagens de agrotóxicos

■ Comunicação

1. Divulgar para os agricultores os estabelecimentos comerciais que fazem o recolhimento de embalagens de agrotóxicos.

■ Gestão pública

2. Cumprir a legislação relacionada ao recolhimento de embalagens tóxicas e sua destinação final.

■ Capacitação

3. Capacitar os agricultores para o manuseio das embalagens usadas.
4. Capacitar e estimular a população a denunciar acidentes ambientais através de Disque-Denúncia e da mídia em geral.

● Plano de estímulo à agricultura local sustentável

■ Planejamento

1. Buscar investimentos e recursos para desenvolver ações que estimulem a vocação agrícola local e a prática de atividades sustentáveis.

2. Estimular a fixação do agricultor em sua região, por meio da valorização de seu trabalho e estabelecimento de incentivos fiscais por parte do poder público (inclusive para a atividade da agroindústria).
3. Promover apoio técnico aos agricultores pela Secretaria de Desenvolvimento da Agricultura, Emater, universidades, escolas técnicas e Ceia.
4. Desenvolver estratégias para reestruturar a Emater no município e fortalecer sua atuação, levantando e resolvendo os problemas que impedem seu bom funcionamento.
5. Formalizar as cooperativas para comercialização da produção local.
6. Estimular a integração das cooperativas, associações e sindicatos rurais entre si com o poder público local.
7. Estimular a organização de cooperativas.
8. Ativar o centro de exposição agrícola.

■ Comunicação

9. Divulgar os programas de crédito rural para os agricultores (projetos de apicultura, fruticultura, pecuária, piscicultura, entre outros).

■ Infraestrutura

10. Criar um centro de qualificação de produtos agroecológicos artesanais.
11. Construir um mercado para a venda da produção dos agricultores (já existe uma lei).
12. Promover a melhoria de vias para acesso e escoamento da produção.

■ Gestão pública

13. Legalizar as terras dos agricultores para viabilizar o crédito rural.
14. Efetivar o distrito agrícola de Rio do Ouro de Magé, criando incentivos específicos para a atividade-fim e barrando a especulação imobiliária.
15. Reativar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMRS).
16. Elaborar políticas de ocupação de áreas agrícolas ociosas, com projetos sustentáveis (sistema agroflorestal).

■ Articulação

17. Articular parcerias com organismos nacionais e internacionais para o fomento à atividade agroambiental.

● Apoio à comunidade pesqueira

■ Gestão pública

1. Desenvolver ações que colaborem com a despoluição da Baía de Guanabara.

■ Capacitação

2. Capacitar os pescadores e catadores de caranguejo a encontrar fontes de renda alternativas no período de defeso.

■ Planejamento

3. Cadastrar as comunidades caranguejeiras, visando ao recebimento de benefício financeiro na época de defeso.
4. Fortalecer as cooperativas de pescadores e catadores de caranguejo.

● Incentivo da produção leiteira

■ Planejamento

1. Formalizar as cooperativas para comercialização da produção local.

● Cooperativa de Pescadores do Canal de Magé – CoopCanal

■ Articulação

1. Buscar parcerias para a construção da sede da CoopCanal.

■ Planejamento

2. Implantar o projeto de criação de pescado em cativeiro (camarão e tilápia) e de tanque para soltura de alevinos, visando ao repovoamento com espécies nativas dos rios da região.

■ Fiscalização

3. Aumentar a fiscalização na Colônia de Pescadores Z-9.

● Incentivo à produção de rãs

■ Articulação

1. Buscar parcerias para implementar a produção e comercialização de rãs.

■ Capacitação

2. Promover capacitação de criadores de rãs em gestão de produção e negócios.

■ Comunicação

3. Promover a divulgação dos benefícios deste tipo de alimento.

■ Gestão pública

4. Prover incentivos fiscais e financiamentos aos criadores de rãs.

Possíveis parceiros

Centro de Ensino Integrado Agroecológico Barão de Langsdorff . Colégio Estadual Agrícola Almirante Ernani do Amaral Peixoto . Colônia de Pescadores Z-9 . Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável . Cooperativa dos Pequenos Produtores Rurais e Agricultores Familiares do Município de Magé (Coopage) . Emater . Embrapa . Empresas associadas ao Comperj . Ibama . Incra . Inea . Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro . Ministérios (Pesca e Aqüicultura, Meio Ambiente, Desenvolvimento Agrário, Agricultura Pecuária e Abastecimento) . ONGs . Rede Brasileira Agroflorestal . SEA . Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento . Secretarias Municipais (Turismo e Meio Ambiente, Saúde, Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Desenvolvimento Econômico e Agricultura) . Senar . Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Magé . Universidades.

Possíveis fontes de financiamento

Banco do Brasil . Caixa Econômica Federal . CNPq . Embrapa . Empresas associadas ao Comperj . Faperj . Finep . FNE Verde . Funbio . Pibic . Planfor . Prodeta . Proger.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO



O comércio é uma das principais atividades econômicas de Magé

Em seu Capítulo 30, a Agenda 21 reconhece que a prosperidade constante, objetivo fundamental do processo de desenvolvimento, resulta principalmente das atividades do comércio e da indústria. Mas alerta que o setor econômico deve reconhecer a gestão do meio ambiente como uma de suas mais altas prioridades. Não é possível ter uma economia ou uma sociedade saudável num mundo com tanta pobreza e degradação ambiental. O desenvolvimento econômico não pode parar, mas precisa mudar de rumo para se tornar menos destrutivo.

As políticas e operações empresariais podem desempenhar um papel importante na redução do impacto sobre o uso dos recursos e o meio ambiente por meio de processos de produção mais eficientes, estratégias preventivas, tecnologias e procedimentos mais limpos de produção ao longo do ciclo de vida de um produto. É necessário estimular a inventividade, a competitividade e as iniciativas voluntárias para estimular opções mais variadas e efetivas.

A competitividade também exige das indústrias e do comércio a adequação a esta tendência, o que está propiciando o surgimento de produtos e serviços ambientais que visam à diminuição dos danos ao meio ambiente.

A contribuição deste setor para o desenvolvimento sustentável pode aumentar à medida que os preços de bens e serviços reflitam cada vez mais os custos ambientais de seus insumos, produção, uso, reciclagem e eliminação, segundo as condições de cada local.

Magé tem potencial para expandir o comércio e a indústria e possui um *Plano Diretor* que prevê a criação de um distrito industrial. O município também conta com a presença de uma representação da Firjan e de organizações do setor empresarial apoiadas por organizações de classe, como a Associação Comercial e Industrial e Agropecuária de Magé (Aciama), OAB, Rotary Club, Associação de Usuários da BR-116, entre outros, com potencial para atrair recursos, capacitações e novos postos de trabalho. Essas organizações podem favorecer uma *maior participação do empresariado local nas tomadas de decisões que culminem na geração de emprego e renda.*

Considerando a instalação do Comperj na região, o grupo lembrou que Magé dispõe de *áreas propícias para a instalação de empresas de grande porte que possam gerar empregos*, assim como *mão de obra disponível*, localização privilegiada e acesso marítimo.

Entretanto, o grupo lembrou que, apesar da *integração entre as entidades representativas do setor produtivo local*, não há, de maneira geral, *apoio à indústria nem ao comércio* para a promoção de atividades voltadas ao desenvolvimento sustentável.

Tabela 3: Projeções para a relação entre o valor adicionado/ PIB a partir da instalação do Complexo Petroquímico

Valor Adicionado/PIB (2015)		
Município	Cenário conservador	Cenário otimista
Magé	1,39%	2,79%
Rio de Janeiro	0,02%	0,05%

Fonte: Fundação Getulio Vargas (2008).

Magé abriga uma indústria de extração mineral



PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Fortalecimento da indústria e comércio locais

■ Gestão pública

1. Cobrar do Executivo Municipal a reimplantação de uma secretaria específica para a Indústria e o Comércio.

■ Planejamento

2. Promover maior participação do empresariado local nas tomadas de decisões nas políticas de geração de renda (Executivo e Legislativo).
3. Fomentar a abertura de novos empreendimentos no município.

■ Fiscalização

4. Fiscalizar e monitorar as atividades das indústrias e dos pontos comerciais instalados na região.

● Articulação e gestão integrada entre entidades locais e o poder público

■ Infraestrutura

1. Instalar o espaço físico da representação da Firjan no município.
2. Reinstalar a Delegacia do Trabalho, com infraestrutura necessária.

■ Planejamento

3. Promover a criação de sindicatos patronais e de empregados.
4. Criar cooperativas ligadas a artesanato e panificação, fortalecendo sua comercialização.

■ Articulação

5. Fortalecer a articulação entre Aciama, OAB, Rotary Club, Maçonaria, Creci, Firjan, CDL Magé, Associação de Usuários da BR-116 e o poder público local.

■ Capacitação

6. Apoiar a capacitação em gestão e formalização das cooperativas existentes no município.

● Criação do polo industrial

■ Estudo técnico

1. Mapear as áreas viáveis e disponíveis para a construção de novas indústrias.

■ Gestão pública

2. Promover audiências públicas para aprovação das áreas destinadas ao polo industrial.
3. Elaborar legislação para a implantação do polo industrial.
4. Fomentar a abertura de novos empreendimentos no polo com incentivos fiscais, responsabilidade socioambiental, observação da legislação vigente e cotas de empregabilidade da mão de obra local.

■ Infraestrutura

5. Criar infraestrutura para a implantação do polo pelo poder público local.

■ Capacitação

6. Promover ações que articulem a qualificação da mão de obra local destinada ao polo (Sistema S, outras instituições de ensino e ONGs).

● Promoção de geração de renda local pelo Comperj

■ Planejamento

1. Identificar os tipos de empresas e de mão de obra que serão demandados pelo Comperj.
2. Verificar se as empresas que se instalarão a partir do Comperj terão o compromisso de qualificar e contratar mão de obra local.

■ Comunicação

3. Divulgar as capacitações do Prominp pelo Fórum da Agenda 21 Local aos sindicatos, escolas, associações, rádios comunitárias, jornais e ONGs locais, a fim de ocupar as vagas dos cursos.

■ Articulação

4. Buscar parceiros locais para criar e gerenciar uma central de profissionais cadastrados, para absorver a mão de obra local.
5. Buscar parceiros locais para viabilizar a contratação da mão de obra local pelas empresas associadas ao Comperj.

■ Gestão pública

6. Criar mecanismos de monitoramento das empresas em relação a responsabilidade socioambiental, observação da legislação vigente e quotas de empregabilidade da mão de obra local.

● Empresas com responsabilidade socioambiental

■ Articulação

1. Em trabalho conjunto com o Fórum da Agenda 21 Local, Condema, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, OAB e Ministério Público, sensibilizar as empresas poluidoras a minimizar os impactos que causam ao meio ambiente no município e a criar projetos e ações de Educação Ambiental.
2. Estimular as empresas a se enquadrar nos critérios estabelecidos, desenvolvendo projetos e ações de Educação Ambiental.

■ Planejamento

3. Criar uma certificação para as empresas instaladas, com critérios socioambientais claros e amplamente divulgados.

Possíveis parceiros

Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Magé . Câmara dos Diretores Lojistas de Magé . Câmara Municipal . Conselhos Municipais (Emprego, Meio Ambiente) . Empresas associadas ao Comperj . FGV . Firjan . IBGE . Inea . MP . OAB . ONGs . Petrobras . Prefeitura Municipal . Sebrae . Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços . Secretarias Municipais (Turismo e Meio Ambiente, Planejamento, Fazenda, Desenvolvimento Econômico e Agricultura) . Senac . Senai . Sesc . TCE-RJ . Universidades.

Possíveis fontes de financiamento

Banco do Brasil . BNDES . Caixa Econômica Federal . Empresas associadas ao Comperj . FAT . Finep . Fundo Municipal do Meio Ambiente . Petrobras . Planfor . Proger.

TURISMO

O turismo está entre as atividades econômicas que mais dependem da conservação e valorização do meio ambiente natural e construído, especialmente para os destinos cujo destaque são os atrativos relacionados à cultura e às belezas naturais. É considerado sustentável quando consegue alcançar os resultados econômicos desejados respeitando o meio ambiente e o desenvolvimento das comunidades locais.

Os turistas, cada vez mais, favorecem empreendimentos que minimizam a poluição, o desperdício, o uso de energia, de água e de produtos químicos tóxicos. Visitantes satisfeitos, que levam consigo novos conhecimentos e recomendam aos amigos que tenham a mesma experiência, são a garantia de sucesso de um destino turístico.

Um ambiente saudável e preservado, no qual há respeito pela diversidade humana, natural e cultural é o ideal para a prática sustentável do turismo. Se essas condições não são asseguradas, o destino começa a declinar e deixa de gerar os benefícios a que se propõe.

O desenvolvimento do turismo sustentável deve respeitar a legislação vigente, garantir os direitos das populações locais, conservar o ambiente natural e sua biodiversidade, considerar o patrimônio cultural e os valores locais, e estimular o desenvolvimento social e econômico dos destinos turísticos.

Negócios turísticos sustentáveis empregam e capacitam a população local, compram produtos da região e usam serviços também locais. Cooperam com a manutenção de habitats naturais, sítios históricos e lugares que se destacam pela beleza da paisagem.



Um dos atrativos de Magé são suas piscinas naturais

Magé tem grande potencial para o turismo (rural, ecológico, cultural, religioso, de aventura e de patrimônio), devido ao seu acervo histórico e ambiental e a seus recursos naturais (cachoeiras, matas e manguezais). Além disso, na percepção do grupo, o município oferece condições para a realização de inúmeros projetos ecoturísticos e de turismo de aventura. Entretanto, não existem atividades de geração de emprego-voltadas para promover a indústria de turismo na região.

PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● Desenvolvimento do turismo municipal

■ Gestão pública

1. Criar estímulos fiscais para a instalação de hotéis, pousadas, restaurantes, *campings* e similares para o turismo de aventura, incentivando a ampliação da infraestrutura de turismo.
2. Criar Unidades de Conservação de Uso Sustentável, voltadas ao desenvolvimento do turismo ecológico e de aventura.
3. Criar incentivos fiscais para atrair empreendimentos nas áreas de turismo ecológico, religioso e de aventura, hote-laria, gastronomia e transportes integrados aos distritos.

■ Planejamento

4. Criar roteiros turísticos e divulgá-los mediante convênios com agências de turismo.
5. Criar roteiros turísticos religiosos, incluindo as áreas de Morro do Bonfim, Barão de Iriri, Suruí, Bongaba e Mauá, com espaços específicos para rituais afro-brasileiros.
6. Elaborar um calendário das festividades de cada distrito, respeitando suas potencialidades e festas religiosas (Festa do Leite, Festa da Mandioca, Festa de São Pedro-Mauá e Nossa Senhora da Piedade, Santana e outras).

■ Infraestrutura

7. Criar uma infraestrutura de atendimento aos turistas em cada distrito, com quiosques de informações turísticas e placas informativas.

■ Capacitação

8. Realizar cursos profissionalizantes nas áreas de ecoturismo, turismo religioso e de aventura.
9. Promover a formação de guias turísticos junto à Embratur para trabalhar em restaurantes caseiros e hospedagens do tipo “Cama e Café”, e divulgar os serviços oferecidos.

■ Articulação

10. Buscar parcerias para implementar o projeto de turismo municipal (agências financiadoras, universidades, empresas, poder público local e comunidades).

Possíveis parceiros

Conselho Gestor da APA de Guapimirim e da Estação Ecológica da Guanabara . Conselho Gestor do Parque Nacional da Serra dos Órgãos . CRT . Embratur . Ibama . ICMBio . Inea . Ministérios (Turismo, Meio Ambiente) . ONGs . Prodetur . SEA . Sebrae . Secretarias Municipais (Turismo e Meio Ambiente, Educação, Cultura, Esporte e Lazer) . Turisrio . Veículos de comunicação local.

Possíveis fontes de financiamento

Banco do Brasil . BNDES . Caixa Econômica Federal . Embratur . Finep . Ministério do Turismo . Planfor . Proger.

GERAÇÃO DE RESÍDUOS

As atividades industriais, agroindustriais, hospitalares, de transportes, serviços de saúde, comerciais e domiciliares produzem grandes volumes de resíduos sólidos sob a forma de plásticos, metais, papéis, vidros, pneus, entulhos, lixo eletrônico, substâncias químicas e alimentos. Para piorar este quadro, a maioria dos municípios não conta com mecanismos de gerenciamento integrado desses resíduos.

Substâncias químicas perigosas de origem orgânica, como os organoclorados, ou inorgânica, como metais pesados (chumbo e mercúrio, entre outros), provocam doenças e não se degradam na natureza. Pilhas, baterias de telefones celulares, lâmpadas de mercúrio e outros resíduos perigosos têm em sua composição metais pesados, altamente tóxicos, não biodegradáveis e que se tornam solúveis, penetrando no solo e contaminando as águas.

Já os resíduos infectantes gerados pelos serviços de saúde constituem risco pelo potencial de transmissão de doenças infectocontagiosas, uma vez que nem sempre são coletados, tratados, eliminados ou dispostos corretamente. É urgente a diminuição, o gerenciamento, a reciclagem e a reutilização dos resíduos gerados ao longo de todas as fases do processo econômico, considerando que muitos deles podem ser reaproveitados, beneficiando a todos.

Em Magé, falta informação sobre a geração e destinação correta de resíduos, para que as comunidades possam cobrar ações do poder público. Na avaliação do grupo, a falta de conhecimento impede a sociedade civil organizada de acompanhar a gestão e propor medidas compensatórias para empresas de coprocessamento de substâncias tóxicas.

Classes dos resíduos

1 – Perigosos – Apresentam riscos à saúde pública e ao meio ambiente, exigindo tratamento e disposição especiais;

2 – Não inertes – Não apresentam periculosidade. (ex.: lixo doméstico);

3 – Inertes – Não contaminam a água, não se degradam ou não se decompõem quando dispostos no solo (se degradam muito lentamente). Muitos deles são recicláveis (ex.: entulhos de demolição, pedras e areias retirados de escavações).

Tabela 4: Relação entre origem e classes de resíduos e responsáveis por seu descarte

Origem	Possíveis Classes	Responsável
Domiciliar	2	Prefeitura
Comercial	2, 3	Prefeitura
Industrial	1, 2, 3	Gerador do resíduo
Público	2, 3	Prefeitura
Serviços de saúde	1, 2, 3	Gerador do resíduo
Portos, aeroportos e terminais ferroviários	1, 2, 3	Gerador do resíduo
Agrícola	1, 2, 3	Gerador do resíduo
Entulho	3	Gerador do resíduo

Fonte: http://ambientes.ambientebrasil.com.br/residuos/residuos/classes_dos_residuos.html

Do mesmo modo, a *falta de informação sobre os resíduos radioativos impede a participação da população na tomada de decisões sobre o assunto*. O grupo também se queixa da *falta de integração das ações municipais com o Conselho Nacional de Energia Nuclear (Cnen), órgão responsável por regular o manuseio deste tipo de material*.

Falta um plano de controle das autoridades e organizações para o manejo seguro dos resíduos perigosos e radioativos, bem como para as substâncias químicas tóxicas. Não existe plano contingencial no caso de possíveis acidentes. Não há controle sobre o transporte interestadual dos resíduos perigosos e nem sobre o trânsito desses resíduos no município.

Da mesma forma, *não há controle do descarte dos resíduos perigosos e faltam monitoramento e fiscalização do cumprimento da legislação vigente na área*. Os participantes do Fórum manifestaram preocupação com o *surgimento de doenças pelo desconhecimento das pessoas em relação ao contato ou manuseio destes resíduos*.

Os participantes também se preocupam com a *existência de empresas de coprocessamento de dejetos tóxicos*. Segundo eles, *os resíduos recicláveis são manipulados em duas empresas de tratamento de resíduos tóxicos que recebem os dejetos de fora do município. Ali são reprocessados e enviados para reutilização como combustível em fábricas de cimento*.

PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Solução para os problemas de resíduos tóxicos e perigosos

■ Planejamento

1. Implantar um sistema de coleta de resíduos hospitalares, conforme as normas e Resolução do Conama.

■ Fiscalização

2. Fiscalizar o serviço de recolhimento e destinação de resíduos tóxicos e perigosos (principalmente pilhas, baterias e lâmpadas fluorescentes), punindo eventuais infratores.

● Plano de emergência para resíduos industriais

■ Gestão pública

1. Elaborar um Plano Diretor para resíduos de origem industrial.
2. Criar um plano emergencial de procedimentos para o caso de acidentes com substâncias tóxicas.

● Mecanismos de denúncia popular de acidentes ambientais

■ Fiscalização

1. Cobrar a efetiva fiscalização do armazenamento e descarte de resíduos perigosos por parte de empresas e indústrias.

■ Comunicação

2. Criar material impresso ilustrado para promover a conscientização sobre acidentes ambientais, com distribuição ampla a toda a sociedade (especialmente em escolas e associações de moradores).

● Gestão de resíduos tóxicos

■ Planejamento

1. Promover o acompanhamento, pela sociedade civil, da gestão de resíduos tóxicos das empresas de coprocessamento.

■ Gestão pública

2. Regular o manuseio, descarte e transporte de substâncias tóxicas na área urbana do município.

● Gestão de resíduos radioativos

■ Comunicação

1. Instalar coletores de material radioativo em pontos estratégicos do município e divulgar seu uso.
2. Obter da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen) informações sobre a gestão desses resíduos.

■ Estudo técnico

3. Realizar estudos no entorno das indústrias para verificar a utilização e o descarte de resíduos radioativos.

■ Fiscalização

4. Promover mecanismos que permitam fiscalizar o manejo de resíduos radioativos.

Possíveis parceiros

2º Grupamento de Socorro Florestal e Meio Ambiente . Ampla . Cnen . Conselho Municipal de Meio Ambiente . Convém Mineração Ltda. . CRT . Defesa Civil . Essêncis Co-Processamento Ltda. . Ibama . Inea . Instituto Holcim . MMA . MP . OAB . ONGs . Plastmassa Indústria e Comércio Ltda. . SEA . Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente .Universidades.

Possíveis fontes de financiamento

Banco do Brasil . Banco Real Santander . CRT . CT – Energ . Empresas associadas ao Comperj . Finep . Fundo Municipal de Meio Ambiente . LDO . LOA . Ministérios (Ciência e Tecnologia, Saúde).ação Internacional do Brasil . Coppe – UFRJ . Fecam . FNMA.



PALACIO ANCHIETA





5

Meios
de Implementação

CIÊNCIA E TECNOLOGIA



Projeto de uso da energia solar no Ceia-Ceagrim

Segundo a Agenda 21, o desafio relacionado a este tema é utilizar o conhecimento científico e tecnológico em busca de soluções inovadoras em prol do desenvolvimento sustentável. E um dos papéis da ciência é oferecer informações que permitam desenvolver políticas adequadas à gestão cautelosa do meio ambiente e ao desenvolvimento da humanidade.

A ciência e a tecnologia devem colaborar para a adoção de técnicas de manejo e uso adequado dos recursos ambientais, melhorando a qualidade de vida das populações e permitindo sua participação na elaboração de estratégias de desenvolvimento local.

A fim de alcançar esses objetivos são necessárias ações para melhorar, atualizar e ampliar, ao longo do tempo e de forma permanente, as bases de dados científicos existentes. Isto exige o fortalecimento das instituições de pesquisas, o estímulo aos cientistas e a ampliação das fontes de financiamento, além de uma aproximação das instituições científicas e tecnológicas e dos cientistas com a população.

Segundo a Unesco, o Brasil aplica aproximadamente 1,4% do PIB em ciência e tecnologia, sendo que 1,02% do PIB são investimentos diretos em pesquisa e desenvolvimento. Mas observa que o País enfrenta o desafio de fazer com que os investimentos cheguem de forma mais homogênea à população e possam efetivamente melhorar sua qualidade de vida.

Os participantes de Magé se mostraram preocupados com a ausência de centros de tecnologia voltados às questões ambientais e para dar suporte à qualificação da mão de obra para as indústrias e o comércio.

O município não dispõe de centro de pesquisas ou mecanismos tecnológicos voltados ao desenvolvimento sustentável. E a falta de definição de tecnologias compatíveis com as necessidades locais prejudica a implantação de políticas efetivamente sustentáveis.

Um ponto positivo é o interesse das instituições (ONGs, organizações da sociedade civil, universidades, sindicatos, cooperativas locais, entre outras) em discutir as inovações tecnológicas destinadas ao desenvolvimento sustentável.

Um dos potenciais para o desenvolvimento de pesquisas na área agroecológica é a existência da Escola Agrícola e da Emater. Mas falta interesse de algumas esferas do Poder Executivo municipal e da iniciativa privada na implementação de programas e projetos tecnológicos locais, bem como de empresas instaladas no município em desenvolver tecnologias ambientalmente saudáveis.

O grupo se referiu também à capacidade técnica disponível em Magé – *peças capacitadas que podem incentivar projetos agroecológicos* –, e a *pesquisadores autônomos e cidadãos interessados em trabalhar nesta área, que podem ser identificados e convidados* pelos membros do Fórum a colaborar.

Uma das dificuldades locais é inexistência de *parcerias público-privadas que deem suporte a iniciativas ligadas ao desenvolvimento tecnológico*. Porém, o grupo acredita que há *possibilidade de buscar fontes adicionais de financiamento para desenvolver tecnologias ambientalmente saudáveis (ex.: FNMA, Fundação Boticário, PDA Mata Atlântica, entre outras)*.

A *ausência de informação* sobre as oportunidades tecnológicas em desenvolvimento e a consequente *falta de participação da comunidade* vão de encontro a uma vantagem do município, que é a *proximidade dos grandes centros urbanos*, o que permitiria maior integração e troca de conhecimentos e experiências.

Outros aspectos apontados são a *falta de acesso da população às informações sobre biotecnologia e a descontinuidade dos projetos de pesquisa devido à má administração por parte do poder público*.

Na opinião do grupo, a adoção de tecnologias para promover a sustentabilidade do município pode se basear na análise da *logística de custos*, ou seja, na avaliação estratégica dos custos envolvidos em todas as cadeias produtivas para atender às demandas de mais eficiência e eficácia de custos e serviços.

Biotecnologia – Aplicação tecnológica que usa organismos vivos ou seus derivados para fabricar ou modificar produtos ou processos. Especialmente utilizada na agricultura, nas ciências dos alimentos e na medicina.

Parte da energia consumida no Ceia-Ceagrim vem de 148 painéis solares fixos e oito móveis



PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Fomento a projetos de pesquisa

■ Articulação

1. Envolver o setor privado na defesa de projetos de interesse das comunidades.
2. Promover parceria e intercâmbio entre instituições de ensino e pesquisa e entidades locais.
3. Promover a integração entre empresas locais e centros de tecnologia das universidades.
4. Articular com ONGs, Oscips, universidades, sindicatos e cooperativas, entre outros, a execução de projetos pesquisa voltados para o desenvolvimento sustentável no município.
5. Ampliar o acesso às tecnologias ambientalmente saudáveis, em parceria com universidades e centros de tecnologia.

■ Comunicação

6. Divulgar nas empresas e na sociedade programas de financiamento para desenvolver tecnologias ambientalmente saudáveis.

● Cooperação e intercâmbio científico regional

■ Planejamento

1. Identificar no município pesquisadores com perfil para atuar na agricultura, indústria, comércio e serviços.

■ Capacitação

2. Promover a capacitação dos técnicos locais.

■ Comunicação

3. Divulgar eventuais programas de cooperação tecnológica no município (regional, nacional, internacional).

● Ações de capacitação e divulgação

■ Capacitação

1. Inserir cursos de inovação tecnológica nas escolas profissionalizantes existentes, a partir da identificação da vocação local.
2. Capacitar os alunos das escolas municipais para participar dos projetos realizados por instituições de ensino e pesquisa.

■ Comunicação

3. Convidar as universidades a apresentar palestras no município, divulgando os resultados de suas pesquisas.
4. Divulgar a atuação das instituições científicas do município.

● Estratégias para a administração pública na área de ciência e tecnologia

■ Articulação

1. Estabelecer maior integração entre o Ministério Público e a população, para evitar a descontinuidade dos projetos de pesquisa em virtude de má administração pública.

■ Comunicação

2. Promover audiências públicas para apresentação de projetos científico-tecnológicos a serem implantados.

● Estímulo a pesquisas voltadas ao desenvolvimento sustentável

■ Gestão pública

1. Buscar o apoio da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia para elaborar políticas públicas associadas ao fomento de pesquisas científicas e o desenvolvimento sustentável.

■ Articulação

2. Estabelecer parcerias com universidades e instituições de pesquisa, buscando o apoio técnico e o desenvolvimento de projetos de pesquisa nas áreas agrícolas, de meio ambiente e de saúde, principalmente.

■ Elaboração de projetos e programas

3. Promover, por intermédio de instituições de pesquisa, a elaboração de projetos direcionados ao desenvolvimento sustentável na região.
4. Investir em programas de fomento à pesquisa científica, identificando os principais recursos naturais disponíveis e o desenvolvimento de tecnologias para aproveitá-los.

■ Infraestrutura

5. Criar um Centro de Pesquisas, Ensino, Treinamento e Extensão para as atividades socioambientais no Colégio Estadual Agrícola, a fim de fortalecer o Centro de Ensino Integrado Agroecológico existente.

6. Estruturar, implementar e expandir as ações preconizadas pelo Centro de Ensino Integrado Agroecológico Barão de Langsdorff (Ceia), com revisão do projeto inicial.

■ Planejamento

7. Identificar os profissionais pós-graduados de Magé.
8. Aderir aos programas de implementação de universidades e centros tecnológicos de ensino e pesquisa provenientes dos governos federal (PAC) e estadual e de instituições privadas.

● Manejo ambientalmente saudável da biotecnologia

■ Planejamento

1. Desenvolver estratégias para solucionar questões que envolvam manejo de biotecnologia.
2. Implantar um Centro de Atividades Biotecnológicas, mediante parcerias com universidades e centros de tecnologia.

■ Comunicação

3. Buscar informações atualizadas sobre o manejo ambientalmente saudável de biotecnologia.
4. Promover palestras na comunidade, por meio de instituições de pesquisa.

■ Capacitação

5. Capacitar em biotecnologia o quadro técnico das Secretarias Municipais de Meio Ambiente, de Saúde e de Agricultura, para uso futuro.
6. Capacitar técnicos para a realização de pesquisas e a utilização de animais e vegetais modificados geneticamente.

■ Estudos técnicos

7. Levantar as informações técnicas disponíveis no município sobre biotecnologia e elaborar um plano estratégico para lidar com tais questões.

Possíveis parceiros

Câmara Municipal . Cefet . Emater . Embrapa . Empresas associadas ao Comperj . Fiocruz . Ibama . MCT . MP . OAB . ONGs . Pesagro . Prefeitura Municipal . Sebrae . Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia . Senac . Senai . Senar . Universidades . Veículos de comunicação local.

Possíveis fontes de financiamento

ABC . BNDES . CNPq . Comissão Europeia . Embrapa . Empresas associadas ao Comperj . Faperj . Fecam . Finep . Fundo Municipal de Meio Ambiente . Instituto Interamericano de Ciências Agrárias . Ministérios (Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente, Desenvolvimento Agrário, Educação, Cultura) . Pibic . Pronaf.

RECURSOS FINANCEIROS

ICMS-Verde – A legislação tradicional do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) prevê que 25% dos recursos arrecadados pelo governo estadual do Rio de Janeiro sejam repassados às prefeituras, segundo critérios como número de habitantes e área territorial. Com a aprovação da Lei do ICMS-Verde, o componente ecológico foi incorporado a essa distribuição, tornando-se um dos seis índices estabelecidos para o cálculo do imposto. Dependendo do tipo de política que adotar em favor do meio ambiente, o município terá direito a maior repasse do imposto. O índice de repasse do ICMS-Verde é composto da seguinte forma: 45% para áreas conservadas (Unidades de Conservação, reservas particulares e áreas de proteção permanentes); 30% para qualidade da água; e 25% para a administração dos resíduos sólidos. As prefeituras que criarem suas próprias Unidades de Conservação terão direito a 20% dos 45% destinados à manutenção de áreas protegidas. Os índices para a premiação dos municípios são elaborados pela Fundação Cide.

(Fonte: Centro de Informações de Dados do Rio de Janeiro)

O cumprimento dos objetivos da Agenda 21 Global exige um fluxo substancial de recursos financeiros, sobretudo para os países em desenvolvimento, que ainda necessitam resolver questões estruturais para que sejam construídas as bases de um desenvolvimento sustentável.

No plano local, o fortalecimento da capacidade das instituições para a implementação da Agenda 21 também exige financiamento, e um dos principais desafios enfrentados nesse processo é a identificação de mecanismos para obter recursos financeiros que viabilizem a execução dos Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável.

A busca de financiamento deve não só considerar os recursos conhecidos como também buscar novas fontes, ampliando e diversificando as alternativas existentes para os diferentes processos e localidades. Essa tarefa demanda competências e capacidade técnica para quantificar de forma adequada as necessidades, planejar e desenvolver projetos que permitam a captação, além de monitorar e controlar a aplicação dos recursos e o andamento das ações contempladas.

Nesse sentido, destaca-se a importância de processos de capacitação e formação de quadros locais que possam desenvolver de forma adequada os projetos e atuar de forma transparente na utilização dos recursos disponibilizados. Já para o monitoramento e controle, é importante implementar mecanismos eficientes e criar estratégias que promovam a transparência na prestação de contas à sociedade.

A participação da sociedade deve permear todo o processo, desde a escolha da destinação dos recursos obtidos, visando à eficácia de sua aplicação, até seu acompanhamento ao longo da utilização.

Magé não tem recursos *para projetos científicos voltados ao desenvolvimento sustentável* – e este é um dos entraves locais indicados pelo grupo, que aponta *os recursos naturais do município e sua biodiversidade* como uma potencialidade para *atrair empresas e investimentos internacionais*. O grupo ressaltou que *faltam incentivos para que empresas estrangeiras invistam no município*.

Segundo os participantes do Fórum, *a sociedade civil não está organizada para acompanhar a gestão dos recursos*, apesar de haver interesse neste sentido. O município não dispõe de mecanismos de aferição que possibilitem avaliar os resultados das políticas públicas.

Uma fonte potencial de recursos para as ações de sustentabilidade no município é o ICMS Ecológico, cujo repasse a Magé, em 2010, foi de R\$ 1.506.177,00, assim distribuídos: Unidades de Conservação (R\$ 881.403,00), UCs Municipais (R\$ 621.867,00) e Mananciais de Abastecimento (R\$ 2.907,00).

Segundo dados da Fundação Cide, o Índice de Qualidade do Município (IQM 2005), que mede as condições para atrair investimentos e multiplicar os benefícios do crescimento econômico, era, em Magé, de 0,2577, correspondendo ao 42º lugar na classificação dos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro.

No âmbito municipal, as receitas totais somaram R\$ 225,69 milhões em 2008, enquanto as despesas totais foram de R\$ 168,25 milhões, constituindo um aumento de 139% na receita entre 2003 e 2008, e um aumento de 95% em despesas no mesmo período. A Tabela 5 traz alguns dos indicadores do TCE de 2008 em Magé.

Tabela 5: Descrição dos índices econômicos

Índice	Nomenclatura	Fórmula	Valor	Descrição	Série Histórica
1	Indicador de equilíbrio orçamentário	Receita realizada/despesa executada	1,1989	Há R\$ 119,89 para cada R\$ 100,00 executados. Superávit execução.	
2	Indicador do comprometimento da receita corrente com a máquina administrativa	despesas de custeio/receitas correntes	0,74	De toda a receita corrente, 74% estão comprometidos com o custeio do funcionamento da máquina administrativa.	Idem para os demais
3	Autonomia financeira	Receita tributária própria/despesas de custeio	0,129	Apenas 12,9% de toda a receita do município provém do próprio.	Idem para os demais
4	Esforço tributário próprio	Transferências correntes e de capital/receita realizada	0,182	Do total de receitas do município, 18,2% vêm de transferências.	Idem para os demais
5	Carga tributária <i>per capita</i>	Receita tributária própria + cobrança dívida ativa/população	100,73	Ao longo de 2008, cada habitante contribuiu, em média, com R\$ 100,73 para o fisco municipal.	Idem para os demais
6	Investimentos <i>per capita</i>	Investimentos/população do município	97,23	Cada habitante recebeu da administração pública R\$ 97,23 em forma de investimentos.	Idem para os demais
7	Grau de investimento	Investimentos/Receita total	10,38%	Os investimentos públicos representam 10,38% da receita total do município.	Idem para os demais
8	Liquidez corrente	Ativo financeiro/passivo financeiro	2,32	Para cada parte devida, existem 2,32 vezes mais receita para pagar.	Idem para os demais

Fonte: TCE, *Estudo Socioeconômico do Município de Magé (2009)*

Gráfico 10: Indicador de equilíbrio orçamentário

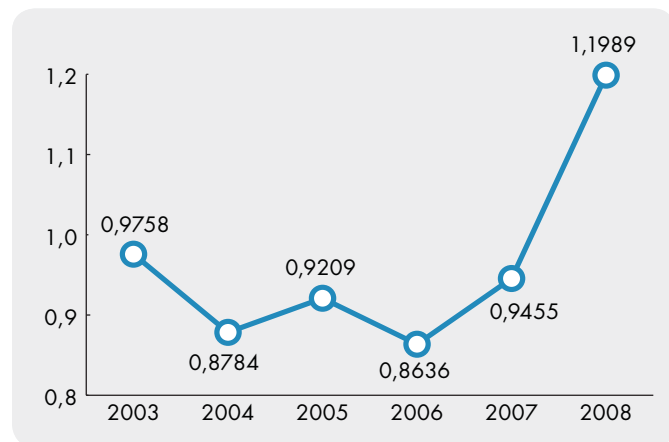


Gráfico 13: Esforço tributário próprio

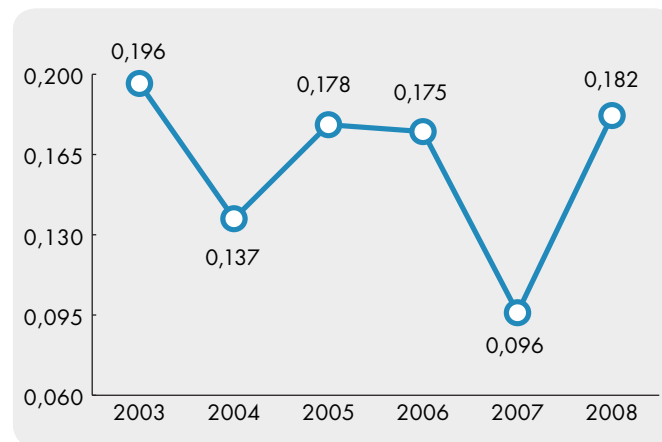


Gráfico 11: Despesas de custeio

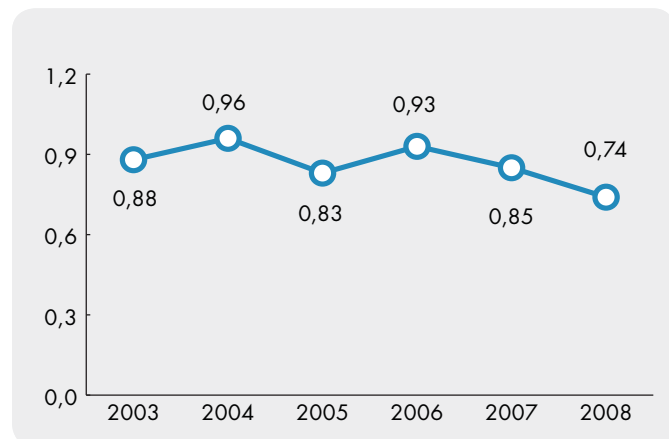


Gráfico 14: Carga tributária *per capita*

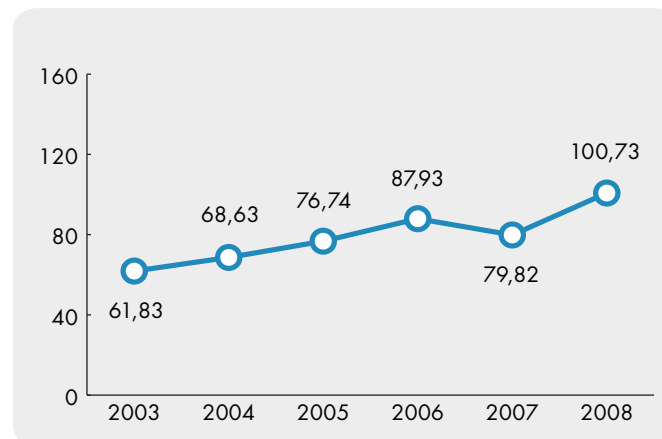


Gráfico 12: Autonomia financeira

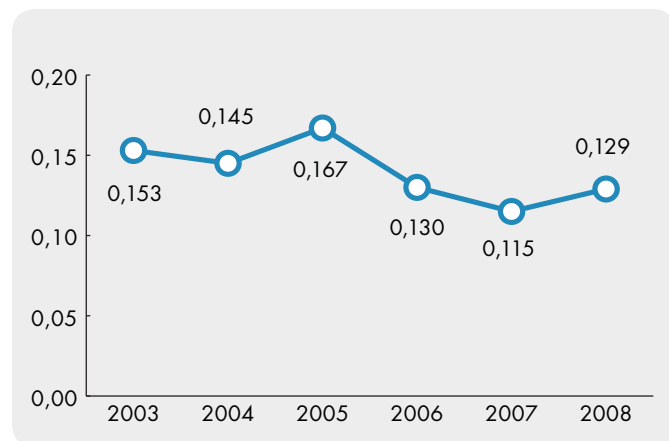


Gráfico 15: Investimentos *per capita*

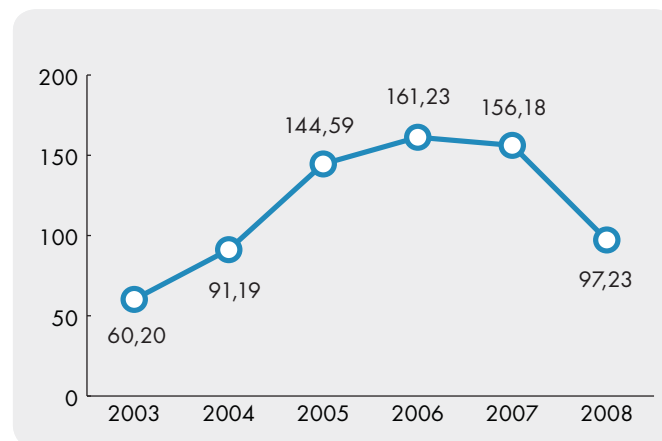


Gráfico 16: Grau de investimento

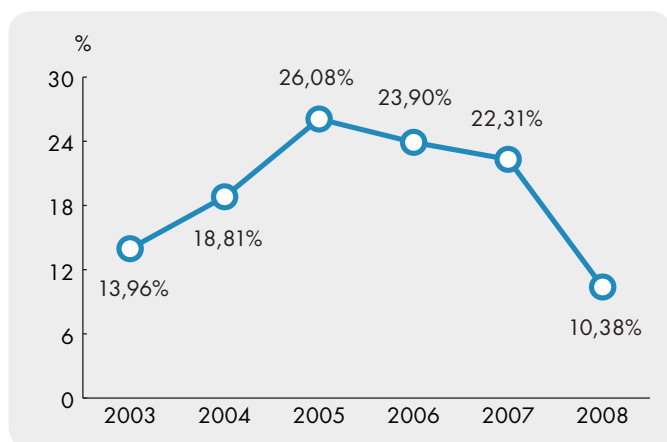
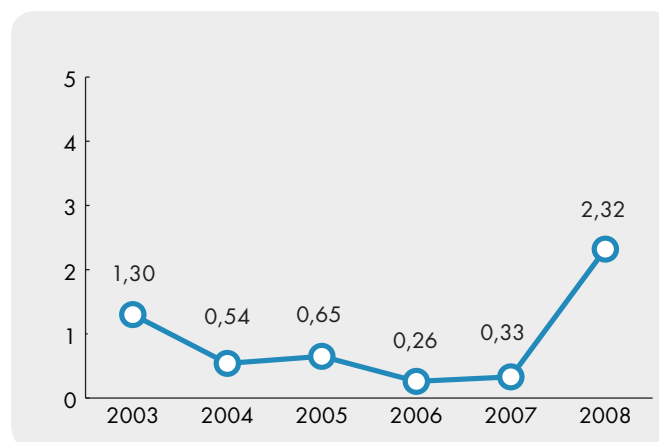


Gráfico 17: Liquidez corrente



PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● Viabilização de recursos financeiros para o município

■ Gestão pública

1. Assegurar os recursos anuais por meio da criação do Fundo Municipal de Meio Ambiente para programas de desenvolvimento sustentável com recursos de dotação orçamentária municipal (2%).
2. Aproveitar financiamentos provenientes de instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, interessadas em ações agroecológicas.
3. Reativar os diversos Conselhos Municipais, promovendo o envolvimento da sociedade na cobrança de maior transparência dos atos públicos.
4. Elaborar um projeto de lei que garanta repasse de recursos financeiros da iniciativa privada e pública, passíveis de fiscalização pelos Conselhos.
5. Viabilizar a aplicação de incentivos fiscais para empresas estrangeiras investirem em Magé.

■ Comunicação

6. Divulgar, nos *sites* da prefeitura e do Fórum da Agenda 21 Local, as potencialidades do município, para atrair o investimento de empresas nacionais e internacionais.
7. Divulgar a aplicação dos recursos financeiros.

■ Capacitação

8. Qualificar os gestores públicos do município, habilitando-os a promover uma administração moderna, que possibilite captar recursos.

■ Elaboração de projetos

9. Elaborar projetos socioambientais que utilizem recursos de empresas nacionais e internacionais estabelecidas ou não no município.

■ Fiscalização

10. Promover maior fiscalização da entrada e distribuição dos recursos financeiros.

Possíveis parceiros

Câmara Municipal . MMA . Secretaria Estadual de Fazenda . Secretarias Municipais (Turismo e Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico e Agricultura, Administração, Fazenda).

Possíveis fontes de financiamento

ABC . FNMA . Funbio . Fundo Municipal de Meio Ambiente . LDO . LOA.

MOBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO

A participação, essencial em um processo de Agenda 21 Local, tem a função de aproximar o cidadão da gestão e das políticas públicas. Dessa maneira, ele conquista espaço, garante a elaboração de um planejamento que reflita as necessidades locais e acompanha sua implantação.

A mobilização social é parte importante do processo de fomento à participação. Ela acontece quando um grupo de indivíduos se reúne e decide agir para um bem comum. Fazer parte de um processo de mobilização é uma escolha que depende das pessoas se verem ou não como responsáveis e capazes de transformar sua realidade.

O desenvolvimento local depende do acesso a informações organizadas e disponibilizadas com transparência a todos os interessados. Para que possam participar efetivamente dos processos decisórios e influenciar as políticas locais, os cidadãos devem estar bem informados sobre os problemas, oportunidades e potenciais da região.

Embora haja uma quantidade considerável de dados produzidos, é preciso sistematizá-los e atualizá-los para que se transformem em informação útil para as populações e que sua divulgação seja ampla e democrática entre os diferentes segmentos sociais.

O desafio é promover formas de organizar, disponibilizar e divulgar as informações de modo integrado, coerente e acessível a todos, para que elas se tornem ferramentas eficazes de participação social.

Em Magé, a população pouco conhece *sobre seus direitos e deveres, porque não há divulgação destas informações por parte dos órgãos competentes, entre eles a Secretaria Municipal de Comunicação. Em consequência, a sociedade praticamente não participa dos processos decisórios.*

O grupo do Fórum Local afirmou, porém, que *há alguns Conselhos Municipais e ouvidorias públicas na cidade funcionando de forma precária, o que também afasta a população das discussões de interesse do município. Mas foram destacadas como potencialidades a organização da sociedade civil para reivindicar o acesso às informações necessárias nas tomadas de decisões e a existência de pessoas influentes nas comunidades, que poderiam ajudar na divulgação dessas informações à população.*

PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● Mobilização da sociedade para a tomada de decisões

■ Planejamento

1. Promover maior participação da população na tomada de decisões junto com as autoridades (por ouvidorias, em audiências públicas, em Conselhos, em assembleias públicas, entre outros).
2. Conscientizar a população sobre a responsabilidade na hora de votar.
3. Promover formação cidadã sobre o papel dos órgãos paritários (Conselhos, Fóruns, entre outros) na construção de políticas públicas.
4. Buscar apoio para o financiamento de projetos voltados para a mobilização da sociedade civil nas tomadas de decisões.
5. Cobrar maior transparência nas ações dos órgãos públicos do município.

■ Elaboração de projetos

6. Elaborar projetos de cidadania (educação política) e responsabilidade socioambiental em escolas e associações, para que a população saiba encaminhar suas reivindicações aos governantes.

■ Comunicação

7. Divulgar para a população, através dos diversos tipos de mídia, as decisões tomadas pelas autoridades do município.

Possíveis parceiros

ONGs . Prefeitura Municipal . Secretaria Municipal de Comunicação . Veículos de comunicação local.

Possíveis fontes de financiamento

Finep . LDO . LOA.

GESTÃO AMBIENTAL

Nos últimos anos, os municípios brasileiros vêm assumindo um papel cada vez mais efetivo na gestão das políticas públicas, dentre elas a política ambiental. Desde 1981, a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6.938/81) define o papel do poder local dentro do Sistema Nacional do Meio Ambiente. A Constituição Federal de 1988, por sua vez, transformou o município em ente autônomo da federação e lhe facultou o poder de legislar suplementarmente sobre a política ambiental, em especial sobre questões de interesse local.

Gestão é o ato de administrar, ou seja, usar um conjunto de princípios, normas e funções para obter os resultados desejados. A gestão ambiental de um território deve cuidar para que este não se deteriore, conservando as características que se deseja e aprimorando aquelas que necessitam de melhoria. Para isto, é preciso conscientizar e capacitar administradores e funcionários para que possam desempenhar seu papel, suas responsabilidades e atribuições.

Uma gestão participativa, como pede a Agenda 21, entende que poder local não é apenas a Prefeitura, mas o conjunto de poderes instituídos, a sociedade civil organizada, outras esferas sociais, o poder público estadual e federal e as relações que estabelecem entre si. Uma boa gestão ambiental depende do bom funcionamento deste conjunto e tem como atribuições cuidar das áreas importantes para o equilíbrio ambiental e a qualidade de vida dos cidadãos.

Em Magé, não há uma política econômica favorável ao desenvolvimento sustentável, seja na esfera pública ou na esfera privada. Na opinião dos participantes do Fórum, falta qualificação ao corpo técnico da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. O município conta com o Conselho de Meio Ambiente (Comdema), mas sua atuação não é efetiva, o que leva à falta de transparência das ações do poder público em relação às questões ambientais.

Na opinião dos participantes, *a inoperância dos Conselhos Municipais* está relacionada à falta *de eventos públicos que proporcionem a participação popular na escolha de seus representantes*. Eles destacaram a *existência de programas de Educação Ambiental nas escolas*, mas informam que *são pre-cários e precisam de melhorias*.

A *Secretaria Municipal de Meio Ambiente* foi considerada *ineficiente para solucionar os problemas ambientais*, pois *a população não é atendida de imediato e nem adequadamente* quando ocorre algum acidente.

Na avaliação do grupo, *o ambiente municipal é pouco favorável ao exercício da liberdade*, e isto se reflete na *falta de transparência do poder público em relação às questões ambientais e no desinteresse em incentivar as práticas*

A gestão envolve:

- Escolha inteligente dos serviços públicos oferecidos à comunidade;
- Edição de leis e normas claras, simples e abrangentes de defesa ambiental local;
- Aplicação das leis, penalizando quem causa algum tipo de dano ambiental;
- Formação de consciência ambiental;
- Geração de informações que deem suporte às decisões;
- Democratização das instituições, para que permitam e estimulem a participação de cidadãos e cidadãs;
- Planejamento do desenvolvimento sustentável local;
- Implementação das políticas necessárias para realizá-lo.

Fonte: Programa Nacional de Capacitação – volume 1 – MMA.

ecológicas através da capacitação dos profissionais que trabalham nas Secretarias Municipais.

O problema se estende à Agenda 21 Local como uma ferramenta de gestão ambiental, na avaliação do grupo, que destaca a *ausência de políticas públicas para sua implementação, a dificuldade do poder público na captação de recursos para seu desenvolvimento e a falta de informações sobre a realização de eventos (seminários, congressos, conferências, entre outros) que discutam as propostas do documento.*

Além disso, os participantes apontaram a *ausência de mecanismos de cooperação destinados ao fortalecimento institucional no município.*

Como pontos positivos, destacaram o *Fundo Municipal de Meio Ambiente, proveniente da arrecadação de multas, que pode fortalecer a Agenda 21 Local e o desenvolvimento de projetos socioambientais, e as iniciativas isoladas de pessoas da área de educação interessadas em promover a Agenda 21 Escolar.*

O grupo também abordou aspectos relacionados à produção do conhecimento e à adoção de tecnologias inovadoras como essenciais à promoção da sustentabilidade ambiental.

Apesar da *existência de informações relevantes sobre o município*, o grupo entende que *falta um sistema de coleta e armazenamento de dados que integre as diferentes Secretarias Municipais, além dos órgãos estaduais e federais, e um local específico para seu armazenamento.*

Os participantes do Fórum são céticos quanto à *formação de parcerias com instituições internacionais, intermediadas pelo setor empresarial*, em função do *desconhecimento dos mecanismos jurídicos e de seus desdobramentos na realidade local. Também não há informações acessíveis sobre como acessar os agentes nacionais e internacionais de cooperação para o fortalecimento de projetos ambientais.*

Uma das possibilidades é o *apoio de ONGs para intermediar contatos com as instituições internacionais*, segundo o grupo, que ressalta ainda o *interesse da população pelo assunto*. No entanto, considera necessária a *capacitação adequada das pessoas para ajudar a promover o intercâmbio com essas instituições.*

PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Reestruturação do Conselho Municipal de Meio Ambiente

■ Planejamento

1. Convidar entidades ambientalistas, associações de moradores, instituições de pesquisa, grupos de produtores e demais movimentos sociais para participar das reuniões do Conselho Municipal de Meio Ambiente.
2. Fomentar o processo participativo e democrático nas decisões do Conselho Municipal de Meio Ambiente.
3. Convidar a população para participar dos debates sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável.
4. Assegurar a continuidade das reuniões do Conselho Municipal de Meio Ambiente.
5. Definir o regimento interno do Conselho Municipal de Meio Ambiente.
6. Prover recursos físicos para o funcionamento do Conselho Municipal de Meio Ambiente.

■ Infraestrutura

7. Implantar um posto de atendimento itinerante do Conselho Municipal de Meio Ambiente.

Capacitação

8. Capacitar os membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente para o desempenho de suas funções.

Comunicação

9. Divulgar o Plano Diretor para todo o município.

■ Fiscalização

10. Fiscalizar a implementação do Plano Diretor e do Código Ambiental pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente.

● Fortalecimento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente

■ Infraestrutura

1. Reestruturar a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, com recursos, equipamentos e corpo técnico qualificado, por meio da realização de concursos públicos.

■ Capacitação

2. Realizar cursos de capacitação, qualificação e profissionalização para os funcionários públicos.

■ Fiscalização

3. Criar uma rede de ONGs ambientais para a fiscalização do trabalho da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

● Responsabilidade socioambiental das empresas que atuam no município

■ Planejamento

1. Premiar as empresas que desenvolverem boas práticas socioambientais.
2. Criar Câmara Técnica no Conselho Municipal de Meio Ambiente para:
 - conhecer melhor os projetos socioambientais existentes nas empresas nacionais, multinacionais e estrangeiras;
 - analisar cada projeto, levantar as necessidades do território envolvido e adequar os projetos à realidade local;
 - tornar públicas todas as informações levantadas.

● Comunicação relativa a questões ambientais

■ Comunicação

1. Realizar seminários e Fóruns voltados a questões agrárias e socioambientais.

■ Capacitação

2. Capacitar pessoas para atuar na divulgação de informações relacionadas a questões relacionadas a preservação ambiental.

● Ações para o licenciamento ambiental

■ Gestão pública

1. Promover maior rigor na liberação de licenças ambientais pelos órgãos ambientais competentes.
2. Implementar programas de proteção e preservação do meio ambiente como medidas compensatórias do licenciamento ambiental.
3. Cobrar das empresas instaladas na região o financiamento de atividades para a formação e capacitação de fiscais ambientais e comunitários.

● Fiscalização do poder público – controle social

■ Articulação

1. Realizar parceria com o Ministério Público para o controle e fiscalização dos órgãos públicos.

● Fortalecimento da Agenda 21 Local

■ Gestão pública

1. Priorizar a votação de lei municipal para a formação da Agenda 21 Local.
2. Elaborar lei que garanta dotação de 1% do Fundo Municipal de Meio Ambiente para o Fórum da Agenda 21.
3. Assegurar o percentual no orçamento anual do município para implantação da Agenda 21.

■ Articulação

4. Ampliar a capacidade de integração dos atores locais através da participação das reuniões do Fórum da Agenda 21 Local.

■ Planejamento

5. Manter a parceria estabelecida entre a prefeitura e o Fórum da Agenda 21 Local, que tem assento no Comdema, buscando fortalecer a gestão participativa no município.
6. Levar em consideração o plano de ação desenvolvido pela Agenda 21 Local no planejamento de políticas públicas.
7. Defender a implementação de projetos socioambientais e agrários no município, por meio dos representantes dos diferentes setores do Fórum da Agenda 21 Local.

■ Comunicação

8. Levar ao conhecimento do poder público o Regimento Interno do Fórum da Agenda 21 Local.
9. Divulgar, através de diferentes mídias, a Agenda 21 Local.
10. Ampliar a divulgação das atividades realizadas e dos resultados de suas reuniões para a população.
11. Divulgar o tema Agenda 21 nas escolas e na comunidade.

■ Infraestrutura

12. Fundar a Casa da Agenda 21 e construir programas permanentes de informação para todos os públicos, em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente.

■ Capacitação

13. Promover a participação de novos atores na Agenda 21 e garantir sua capacitação, para transformá-los em agentes multiplicadores em suas comunidades.
14. Realizar cursos para os atores do Fórum da Agenda 21, visando divulgar os instrumentos do Plano Diretor.

■ Fiscalização

15. Fiscalizar os recursos a serem aplicados na implementação da Agenda 21.

● Incentivo à cooperação internacional

■ Gestão pública

1. Elaborar políticas socioambientais, cumprindo as normas e acordos estabelecidos.
2. Buscar iniciativas de cooperação internacional por intermédio das autoridades locais.

■ Planejamento

3. Buscar informações sobre organismos internacionais e projetos que podem ser implantados no município.
4. Promover o desenvolvimento de projetos nas comunidades por intermédio de instituições de amparo internacional.
5. Identificar os profissionais locais a serem capacitados.
6. Solicitar apoio técnico para a implementação de arranjos internacionais (bilaterais e multilaterais) no município.

■ Capacitação

7. Realizar atividades regionais de capacitação, com apoio financeiro aos participantes.
8. Promover a capacitação de advogados interessados em trabalhar com mecanismos jurídicos internacionais e seus desdobramentos na realidade local.

■ Comunicação

9. Produzir uma cartilha que divulgue oportunidades de desenvolvimento sustentável para o município por meio da transferência de tecnologia e de conhecimentos técnico-científicos.
10. Reunir informações sobre direito internacional e divulgá-las à população.
11. Divulgar para a comunidade os projetos em andamento nos países em desenvolvimento.

■ Articulação

12. Criar mecanismos para incentivar parcerias nacionais e internacionais relacionadas ao município e meios de divulgá-las.
13. Fortalecer as ações das ONGs, visando estabelecer um canal de comunicação com as instituições financiadoras estrangeiras (busca de apoio técnico e financeiro, entre outros).
14. Buscar parcerias com instituições que recebam recursos internacionais.

● Sistema de informações como ferramenta para o desenvolvimento do município

■ Planejamento

1. Criar um banco de dados com informações confiáveis sobre o município e meios de acesso à população.

■ Capacitação

2. Capacitar pessoal para manusear o banco de dados citado.

■ Comunicação

3. Criar uma rede de informações entre as instituições públicas e/ou privadas que atuam no município.
4. Promover a participação popular na divulgação de informações relevantes para a tomada de decisões.

● Atualização da demarcação do território de Magé

■ Gestão pública

1. Reincorporar as áreas indevidamente apropriadas por outros municípios.
2. Monitorar as fronteiras do município.

Possíveis parceiros

ABC . Câmara Municipal . Centro de Ensino Integrado Agroecológico Barão de Langsdorff . Colégio Estadual Agrícola Almirante Ernani do Amaral Peixoto . Conselho Municipal de Meio Ambiente . CRT . Emater . Embrapa . Empresas associadas ao Comperj . Essêncis Co-Processamento Ltda. . FGV . Ibama . Icmbio . Inea . Instituto Holcim . Ministérios (Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Relações Exteriores) .

MP . OAB . ONGs . Pesagro . Plastimassa Indústria e Comércio Ltda. . Prefeitura Municipal . Rebal . SEA . Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento . Secretarias Municipais (Desenvolvimento Econômico e Agricultura, Comunicação, Turismo e Meio Ambiente, Planejamento, Fazenda) . Universidades . Veículos de comunicação local.

Possíveis fontes de financiamento

ABC . Banco do Brasil . BNDES . BVS&A . Caixa Econômica Federal . CRT . Embrapa . Empresas associadas ao Comperj . Essêncis Co-Processamento Ltda. . Fecam . Finep . FNMA . Funbio . Fundo Municipal de Meio Ambiente . Instituto Holcim . Plastimassa Indústria e Comércio Ltda.

AÇÕES DA PETROBRAS NA REGIÃO

Com base na avaliação de todas as questões levantadas e discutidas com os representantes da Agenda 21 dos municípios localizados na área de influência do Comperj, a Petrobras desenvolveu diversos planos e programas para a região, tanto de medidas compensatórias quanto de responsabilidade ambiental e social, para minimizar eventuais impactos causados pelo empreendimento.

Programas ambientais

■ Monitoramento dos corpos hídricos superficiais e sedimentos

Acompanhar a evolução da qualidade das águas dos rios Macacu e Caceribú, verificando alterações nas características e na qualidade das águas. Essa iniciativa dará origem a um banco de dados que orientará o monitoramento da água em fases futuras do empreendimento, assegurando que não haja degradação de corpos hídricos pelas atividades do Complexo.

■ Monitoramento das águas subterrâneas

Monitorar as variações e interferências na quantidade e qualidade das águas subterrâneas durante a realização das obras de infraestrutura de urbanização do Comperj.

■ Monitoramento dos efluentes líquidos

Monitorar os efluentes líquidos gerados pelas obras na fase de infraestrutura de urbanização e verificar se o tratamento de efluentes é realizado de forma adequada, não só em consonância com as leis pertinentes, mas também em relação aos parâmetros básicos necessários para sua reutilização.

■ Monitoramento de emissões atmosféricas e da qualidade do ar

Monitorar o teor de gases e particulados a serem gerados durante a fase de infraestrutura de urbanização e dar continuidade ao programa de monitoramento da qualidade do ar, iniciado na fase de licenciamento prévio.

■ Monitoramento de manguezais da APA de Guapimirim e Esec da Guanabara

Diagnosticar e monitorar as principais características nas áreas de florestas de mangue da APA de Guapimirim e da Estação Ecológica da Guanabara.

■ Monitoramento da biota aquática

Caracterizar e monitorar possíveis alterações do ecossistema aquático, tanto fluvial quanto marinho, a partir de informações sobre seres vivos e condições do ambiente na fase de terraplanagem do Comperj.

■ Monitoramento da biota terrestre

Realizar o levantamento e monitoramento da composição da fauna terrestre da área de influência direta do Comperj.

■ Revegetação e apoio ao desenvolvimento, divulgação e implantação de práticas agroflorestais sustentáveis

Promover atividades de reflorestamento que contribuam para a recuperação e manutenção da biodiversidade dos ecossistemas das bacias hidrográficas dos rios Macacu e Caceribú.

■ Fortalecimento das atividades de licenciamento e fiscalização ambiental de Itaboraí

Prover subsídios para que a Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente de Itaboraí possa cumprir as condições para celebração de convênio com o governo do Estado do Rio de Janeiro que visa à descentralização do licenciamento ambiental.

■ Apoio ao Parque Municipal Paleontológico de São José de Itaboraí

Apoiar a implantação de infraestrutura do Parque Paleontológico de São José de Itaboraí, contribuindo para que ele se torne referência enquanto espaço de pesquisa, educação patrimonial-ambiental e entretenimento para a comunidade do entorno.

Projetos sociais

■ Educação Ambiental

O objetivo do programa de Educação Ambiental é desenvolver ações nas áreas de influência direta e indireta do empreendimento, visando capacitar diversos setores da sociedade para uma atuação efetiva na melhoria da qualidade ambiental e de vida na região.

■ Comunicação social

O programa de Comunicação Social do Comperj visa difundir e monitorar continuamente as informações sobre a implantação do empreendimento, informando riscos, situações específicas e evitando criar expectativas irreais entre os diversos públicos de interesse envolvidos.

■ Centro de Integração do Comperj

O local foi planejado para permitir a qualificação de mão de obra e o desenvolvimento das vocações locais nos municípios de influência do empreendimento. O objetivo é promover o desenvolvimento socioeconômico por meio da

capacitação de micro e pequenas empresas da região, de forma a diminuir o impacto gerado pela mobilização e desmobilização de mão de obra em virtude das fases de construção e montagem do Comperj.

■ Centro de Informações do Comperj

O Centro de Informações do Comperj tem por missão coletar, sistematizar e disponibilizar dados e informações socioeconômicos e ambientais georreferenciados sobre os municípios membros do Conleste.

■ Apoio e cooperação às políticas públicas para adequação dos serviços públicos locais

O objetivo deste plano é apoiar as administrações públicas municipais e incentivar a articulação dos diversos agentes públicos e privados atuantes na região, de modo a adequar a estrutura dos serviços públicos regionais às demandas oriundas da implantação do Comperj.

■ Capacitação de fornecedores e serviços locais para gestão de resíduos sólidos e insumos para obras

O objetivo deste plano é capacitar e apoiar os municípios da região do Comperj para disposição final de resíduos sólidos, assim como qualificar os fornecedores locais para suprimento de areia, em virtude das obras de urbanização.

■ Monitoramento da evolução demográfica e das demandas por serviços públicos

O objetivo do plano é acompanhar impactos socioeconômicos e ambientais provocados pelo aumento da população e da demanda dos serviços públicos, disponibilizando informações que permitam o planejamento de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida.

■ Valorização da cultura local

O objetivo geral deste programa é apoiar iniciativas para a valorização do patrimônio cultural material e imaterial dos municípios na região do Comperj, em alinhamento à Política de Responsabilidade Social da Petrobras.

■ Acompanhamento epidemiológico

Acompanhamento analítico da evolução de enfermidades e agravos na área de abrangência do Comperj – com foco nos municípios de Itaboraí, Guapimirim, Cachoeiras de Macacu, São Gonçalo e Guaxindiba –, contribuindo para quantificar e informar possíveis mudanças no comportamento epidemiológico no decorrer do processo de implantação do Complexo.

■ Atitude sustentável

O projeto, desenvolvido no parque ambiental Praia das Pedrinhas, em São Gonçalo, visa oferecer atividades esportivas e culturais, em sua maioria a

crianças e adolescentes. O projeto traz ainda benefícios ao meio ambiente, já que a água que abastece o lago artificial (piscinão) é captada por uma balsa localizada na Baía de Guanabara e tratada com fins de purificação, tornando-se própria para o banho.

■ Mova-Brasil

O objetivo do projeto é promover a dignidade humana por meio da alfabetização de jovens e adultos, utilizando a metodologia criada por Paulo Freire.

■ Convivência Positiva

Visa fortalecer a autoestima e os vínculos familiares e comunitários de crianças e adolescentes com HIV e AIDS, por meio de atividades socioeducativas.

■ Reciclando Vidas

Contribui para a inclusão social e o desenvolvimento humano e econômico da comunidade de catadores de resíduos de Itaoca.

■ Agricultura Familiar Periurbana

O objetivo do projeto é ampliar as oportunidades de ocupação socioeconômica e de geração de renda para os agricultores familiares periurbanos de Nova Iguaçu, Queimados, Magé e Rio de Janeiro.

■ Matrizes que Fazem

Tem como objetivo a qualificação profissional de jovens de São Gonçalo, por meio de oficinas de corte e costura, cerâmica, artesanato, entre outras.

■ Projeto PAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável)

Visa promover a empregabilidade e o aumento de renda de agricultores familiares, por meio da inserção de técnicas de produção agrícola, dispensando o uso de adubos químicos e agrotóxicos.

■ Projeto CataSonhos

O projeto tem como principal objetivo fortalecer a rede de catadores da região e suas atividades de coleta e comercialização de material reciclável e de óleo vegetal usado.

GLOSSÁRIO / SIGLAS

Abav – Associação Brasileira de Agências de Viagens	CIID – Centro Internacional de Investigações para o Desenvolvimento
Abes – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental	CIIE – Centro de Integração Empresa Escola
Abrae – Associação Brasileira de Assistência ao Excepcional	CNEN – Comissão Nacional de Energia Nuclear
Abratur – Associação Brasileira de Turismo Rural	CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres	Coapi-Rio – Cooperativa de Apicultores do RJ
Apae – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais	COB – Comitê Olímpico Brasileiro
Apherj – Associação dos Produtores Hortifrutigranjeiros do Estado do Rio de Janeiro	Codin – Coordenadoria da Defesa dos Interesses Difusos e Coletivos
Asdi – Agência de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento	Commads – Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Bird – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento	Conade – Conselho Nacional das Pessoas com Deficiência
BNDES – Banco de Desenvolvimento Econômico Social	Conama – Conselho Nacional do Meio Ambiente
BVS&A – Bolsa de Valores Sociais e Ambientais	Coppe – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia
Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	COREN – Conselho Regional de Enfermagem
CBB – Confederação Brasileira de Basquete	Crea – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
Cbratur – Congresso Brasileiro da Atividade Turística	CRM – Conselho Regional de Medicina
CBV – Confederação Brasileira de Voleibol	CRT – Concessionária Rio-Teresópolis
CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas	CT-Energ – Fundo Setorial de Energia
Cedae – Companhia Estadual de Água e Esgoto	CT-Hidro – Fundo Setorial de Recursos Hídricos
Cefet – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca	CT-Infra – Fundo Setorial de Infraestrutura
Cenpes – Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello	CT-Transporte – Fundo Setorial de Transportes Terrestres
	DER – Departamento de Estradas de Rodagem

Detran – Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro	FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Detro – Departamento de Transportes Rodoviários	FNMA – Fundo Nacional de Meio Ambiente
Dieese – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos	Frida – Fundo Regional para a Inovação Digital na América Latina e Caribe
Dnit – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes	Funama – Fundação Nacional do Meio Ambiente
DNOS – Departamento Nacional de Obras de Saneamento	Funbio – Fundo Brasileiro para Biodiversidade
Emater – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural	Fundescab – Fundo de Desenvolvimento
Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil
Faetec – Fundação de Apoio à Escola Técnica do Rio de Janeiro	Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Faperj – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro	IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador	ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Febracoop – Federação das Cooperativas de Trabalho do Rio de Janeiro	Idec – Instituto de Defesa do Consumidor
Fecam – Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano	Ieca – Instituto de Estudos Científicos Ambientais
Fenape – Federação Nacional de Apoio aos Pequenos Empreendimentos	Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Fetranspor – Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro	Inea – Instituto Estadual do Ambiente
FGV – Fundação Getulio Vargas	Inepac – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
Finep – Financiadora de Estudos e Projetos	Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Fiocruz – Fundação Oswaldo Cruz	ISP – Instituto de Segurança Pública
Fiperj – Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro	Iterj – Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro
Firjan – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro	MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
	MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
	MEC – Ministério da Educação e Cultura
	OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
	Pais – Produção Agroecológica Integrada e Sustentável
	Parnaso – Parque Nacional da Serra dos Órgãos

PDA – Programa de Desenvolvimento Ambiental	TurisRio – Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro
Pesagro – Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro	Uenf – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
Pibic – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica	Uerj – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Planfor – Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador	UFF – Universidade Federal Fluminense
Procon – Programa de Orientação e Proteção ao Consumidor	UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Prodetur – Programa de Desenvolvimento do Turismo	UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prominp – Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural	Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar	Unicef – Fundo das Nações Unidas para a Infância
Pronasci – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania	UniRio – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Rebal – Rede Brasileira de Agendas 21 Locais	Unisol – União e Solidariedade das Cooperativas Empreendimentos de Economia Social do Brasil
Rits – Rede de Informação do Terceiro Setor	WWF – World Wildlife Fund for Nature
Saae – Serviço Autônomo de Água e Esgoto	
SEA – Secretaria de Estado do Ambiente	
Sebrae – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas	
Senac – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial	
Senai – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	
Senar – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural	
Sesc – Serviço Social do Comércio	
Sesi – Serviço Social da Indústria	
Sinduscon – Sindicato da Indústria da Construção Civil	
Suipa – Sociedade União Internacional Protetora dos Animais	
SUS – Sistema Único de Saúde	

PARTICIPANTES

Primeiro Setor

- Adenil Ribeiro da Silva - Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro
- Andréa Campelo da Silva - CIEP Brizolão 327
- Andressa Pieroni Santana - APA Guapimirim
- Antonio Marcos Andrade da Silva - Empresa de Correios e Telégrafos
- Carolina Gomes da Silva - Posto Semi
- Denilson Fernandes - Colégio Estadual Agrícola Almirante Ernani do Amaral Peixoto
- Eduardo da Silva - Câmara Municipal
- Elvira Maria Pieri Pereira - Creche Municipal Professor Editti Pieri
- Emílzio Jorge Tavares Sabino - Cedae
- Flavio de Souza Borges - Secretaria Municipal de Educação
- Francisco José de Freitas - CIEP Brizolão 327
- Giovani Alves Ferreira - Colégio Estadual Agrícola Almirante Ernani do Amaral Peixoto
- Luis Otávio Poeys Cabral - Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
- Luiz Carlos Carneiro - Colégio Estadual Agrícola Almirante Ernani do Amaral Peixoto
- Manoel Pereira do Nascimento - Empresa de Correios e Telégrafos
- Monique Tolardo - Colégio Estadual Agrícola Almirante Ernani do Amaral Peixoto Narriman Felicidade Zito dos Santos
- Ricardo Jeronymo Reinoso - Conselho Municipal da Saúde
- Ricardo Motta - Câmara Municipal
- Rodrigo dos Santos - CIEP Brizolão 128

- Simone Martins de Araújo da Silva - Coordenadoria Regional Serrana IV
- Sueli Carneiro - Colégio Estadual Agrícola Almirante Ernani do Amaral Peixoto
- Tania Luzorio da Silva Barros - CIEP Brizolão 327
- Theresa Chaves - APA Guapimirim
- Thiago Figueiredo Offredi - Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente

Segundo Setor

- Adilson Oliveira Batista - Caixa Econômica Federal
- Amilton Pereira do Nascimento - Associação do Produtor Rural do Palmito de Magé
- Ana Carla da Silva Quintanilha - Empresa Favilla Borges
- Anderson Luiz Linhares Rebechi - Unigranrio
- Antonio Callado - Cartório do 2ª Ofício
- Ajumar Puggian - Sinal Tintas
- Benedito José da Silva - Associação Comercial, Industrial e Agropecuária da Praia de Mauá
- Bráulio Rodrigues da Silva - Cooperativa dos Pequenos Produtores Rurais e Agricultores Familiares do Município de Magé (Coopagé)
- Carlos Magno Campos - Dumag Comercial
- Célio José Matre - Cooperativa dos Pequenos Produtores Rurais e Agricultores Familiares do Município de Magé (Coopagé)
- Cezar Baggio Vianna - Simples Soluções em Informática Ltda
- Claudinor Cavalcante da Silva - Rottary Club
- Daniel da Cruz Paiva - EMP Engenharia
- Daniel Marinho - Banco do Brasil
- Danilo da Silva Fernandes - Jornal Enfoque

- Elias Flunter - Hunter Designer
- Erhard Kalloch - RPPN El Nagual
- Francisco Welton Borges de Matos - Loja Maçônica
- Jaime Sarmiento Queiroz - Conselho Regional dos Corretores de Imóveis (Creci)
- João Nalin - Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Magé
- José Augusto Nalim - Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Magé
- José Marcos Menezes Monteiro - Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Magé
- José Romildo Gonçalves Borges - Copab - Construções e Pavimentações Borges Ltda.
- Jucimar Arruda - ACSSO - Consultoria de Segurança do Trabalho
- Luiz Gustavo Costa - Unimed-Rio
- Marco Antonio Meira Vianna - Simples - Solução em Informática
- Marco Savio de Almeida Peçanha - Conselho Regional dos Corretores de Imóveis (Creci)
- Marcos Nascimento - Coopmauá
- Maria Cristina Casemiro dos Santos - Eletrônica no Esquema
- Maria Inês Baggio Vianna - Mauá Art em Casa
- Mariana Deroto Kalloch - RPPN El Nagual
- Michele Pereira Cavalcante - Favilla Borges
- Monica da Conceição Moledo Vicente - Restaurante Comilão
- Paulo Roberto da Silva Santos
- Regina da Silva Brandão - Imoven Cell
- Roberto Felcman - Felcman Auto Center
- Roberto Leverone - Firjan
- Roberto Silva de Siqueira - Escritório Siqueira & Associados
- Romeu Ribeiro Amoras - Rottary Club
- Ronaldo Santana Rocha - Câmara de Dirigentes Lojistas de Magé

- Rosa Maria Matuck - Jornal Milênio Vip
- Sara da Silva Quintonilha - Copab - Construções e Pavimentações Borges Ltda.
- Sérgio Luiz Torres Greco - Unigranrio
- Sheila Ramos Haubrick Borges - Manask - Produtos Alimentícios
- Thiago Pires - Imbel - Indústria de Material Bélico do Brasil
- Vanderlei da Silva Brandão - Arte da Pintura e do Gesso
- Vanderley Nalina - Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Magé
- Vautuil Nalim - Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Magé
- Vereva Coelho M. das S. Alcântara - Unimed-Rio
- Verônica Moledo Vicente - Restaurante Comilão
- Vlamir Fortes de Azevedo - Cooperativa dos Pequenos Produtores Rurais e Agricultores Familiares do Município de Magé (Coopagé)
- Willian Roso - Rottary Club
- Wilson da Silva Florêncio - Mageense Futebol Clube
- Zamilton M. Veloso - Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Piabetá e Adjacências

Terceiro Setor

- Adriana Ferreira - ONG Atitude Global
- Andréia Caetano José Pereira - Espaço Cultural Dom Amaro Cordeiro
- Alan Victor P. de Carvalho - Casa da Cidadania-Mauá
- Alex Gomes Novaes - Centro Cultural Mapa Mundi
- Ana Beatriz Bernardes Nunes - ONG Livre para Viver
- Ana Maria Correa - Cooperativa Lutena de Produtos Artesanais
- Ananias Dias - Centro Cultura da Cidade de Oyo Ilese Oba Aganju

- Andréia Caetano José Pereira - Espaço Cultural Dom Amaro Cordeiro
- Andrea Jardim - ONG Atitude Global
- Anilton C. de Lima - Sindicato dos Trabalhadores do Comércio Hoteleiro de Magé Antonio Linhares Sobrinho - ONG Green Life
- Araujo Porfírio de Souza - UNA - Um Novo Amanhecer
- Carlos Alberto - Associação Ecologic Bike
- Carlos Augusto de Jesus - Associação Cultural Raio do Sol
- Carlos Eduardo Rodrigues da Silva - Centro Cultural Mapa Mundi
- Célio de Oliveira - Associação Mageense de Defesa do Meio Ambiente (AMA)
- Cely Francisco de Souza Lopes - Centro Cultural Mapa Mundi
- Cleiton Oliveira Santana de Assis - Casa da Cidadania
- Cleverson B. de Souza - Centro Cultural Mapa Mundi
- Darke Amaral de Carvalho - Centro Social Angelina Barros
- Diacuí Olukemi Formiga Alamino - Humpame Mahi Kwe Niye
- Eduardo Barreto de Oliveira Silva - Centro Social Angelina Barros
- Eduardo Chaves dos Reis - ONG Livre para Viver
- Elizete Medeiros dos Santos Nery - Sindicato dos Professores de Magé e Guapimirim
- Emilson da Silva Carvalho - ONG Harpia
- Erika Lopes de Resende Nogueira - Estruturar - Cooperativa de Trabalho
- Ezaquiel Siqueira da Conceição - União de Negros pela Igualdade (Unegro)
- Fabiana Silva Sacramento - Força e Ação das Mulheres de Magé
- Fátima Conceição Silva Santos - Espaço Cultural Dom Amaro Cordeiro
- Gustavo Meirelles Dias
- Henrique de Jesus Filho - Grupo Preservadores e Defensores do Meio Ambiente - Fonte da Onça (Pedemafo)
- Iracy Maria Ramos - Conselho de Defesa da Cidadania de Maurimácia
- Ivone de Mattos Bernardo - Centro Social Quilombo Maria Conga
- Janildes de Aguiar Fontoura Moura - ONG Atitude Global
- João Bosco de Souza Gestal - Centro da Cidadania, Justiça, Paz e Ecologia (CCSPE)
- Jorge Ferreira Lomeu - Grupo Preservadores e Defensores do Meio Ambiente - Fonte da Onça (Pedemafo)
- Jorge Pinto dos Santos - Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Hoteleiro e Similares de Magé, Guapimirim, Cachoeiras de Macacu e Maparatiba
- Jorgina Maria Ferreira Nascimento - Organização de Mulheres Negras do Bairro Roncador (Omnbro)
- José Carlos Menezes Filho - Grupo Preservadores e Defensores do Meio Ambiente - Fonte da Onça (Pedemafo)
- Jose Rosario Neves dos Santos - ONG Harpia
- José Rubens Pereira Barbosa - ONG Harpia
- Leandro Nunes de Souza - Escola de Artes Marciais B S
- Leonardo Lourenço - Escola de Artes Marciais B S
- Luciana de Souza Faria - Cooperativa Lutena de Produtos Artesanais
- Marcelo da Silva Gomes - Associação Olho do Sol Nascente
- Márcia M. da Paixão Silva - Centro de Cultura Afro de Piabetá
- Maria Angelica da Silva Santos - Centro Cultura da Cidade de Oyo Ile ase Oba Aganju

- Maria Aparecida Bastos Morins - Organização de Mulheres Negras do Bairro Roncador
- Maria da Conceição Silva Soares - Comitê Esforça-te que Eu te Ajudarei
- Maria de Fátima Alvez Barbosa - Centro Cultural Mapa Mundi
- Maria Gomes Dias - Casa da Cidadania
- Maria Lucia Brazilina - Casa da Cidadania
- Marta Raquel de Souza Gomes - Grupo Preservadores e Defensores do Meio Ambiente - Fonte da Onça (Pedemafo)
- Marta Souza da Silva - Centro Cultural Mapa Mundi
- Mesac de Oliveira - Recicle a Vida
- Mirian Silva - Centro Cultural Mapa Mundi
- Onise Silva - Grupo de Amigo Desenvolvendo Arte Estruturar
- Patric dos Santos - ONG Livre para Viver
- Rejane Estácio de Melo - Associação Mageense de Pessoas Portadoras de Deficiência (Amadef)
- Ricardo Luiz Oliveira - Centro Cultural Mapa Mundi
- Roberto da Silva - Unidos pela Cultura de Magé
- Romildo Soares de Oliveira - Associação de Trabalhadores da Pesca de Magé
- Ronaldo José dos Santos - OAB
- Ronaldo Luiz Oliveira - Centro Cultural Mapa Mundi
- Rosa do Amor Divino Carreiro - Comitê da Solidariedade do Frágoso
- Rosângela Souza Soares de Albergaria - Comitê de Cidadania Bem Aventurado
- Rosemar de Souza - Centro Cultural Afro de Piabetá
- Rosiléa Alves de Souza - ONG Atitude Global
- Sérgio Luiz de França - Água Doce Serviços Populares
- Severino Antonio Gomes da Silva - Sindicato dos Trabalhadores de Transporte Rodoviário de Cargas de Passageiros de Duque de Caxias e Magé
- Solange Maria Caldas de Souza - ONG Terra Una
- Sonia Oliveira Silva - Grupo de Amigos Desenvolvendo Arte
- Sônia Regina Santos de Oliveira - Recicle a Vida (Gada)
- Soraya Maria Pinto Portela - Grupo de Amigo Desenvolvendo Arte Estruturar
- Tiago Miranda da Silva Ortiz - Centro Cultural Mapa Mundi
- Ubiraci do A. Leal
- Valdemir Rebello Cortá
- Wagner Ferreira Rocha - Centro de Cultura Afro de Piabetá
- Walfredo Eduardo Alves - ONG Atitude Global

Comunidade

- Adeimantos Carlos da Silva - Colônia de Pescadores Z9
- Adherbal Rabello - Colônia de Pescadores Z9
- Adilson Azevedo Benitez
- Adilson Cândido Moraes
- Adriano Aredes Nery
- Alberto da Costa Ramos - Associação Homens do Mar
- Alcimar dos Santos Machado
- Alcineia Lugão
- Alcir Souza de Azevedo - Associação Homens do Mar
- Aldair Ferreira da Silva
- Alessandro de Souza Silva
- Alex da Silva Albano - Associação Homens do Mar
- Alex Peçanha da Silva
- Alexandra Souza Silva do Nascimento
- Alexandre Anderson de Souza - Associação Homens do Mar
- Allon Ferreira da Rosa
- Almir Costa Moraes - Associação Homens do Mar

- Almir Nogueira Araújo - Associação Homens do Mar
- Aloísio Pinto Sturn
- Ana Carolina Medela de Moura –
- Ana Maria Picinato da Silva
- Ana Paula Almeida
- Anacleto José da Rosa
- Anderson Gripp
- Anderson Pereira da Rocha
- André Eduardo de Souza - Associação Homens do Mar
- André Luis Gadelha - Associação Homens do Mar
- Antonio Carlos Barbosa
- Antonio Carlos Rebello
- Antonio Pereira da Silva - Associação Homens do Mar
- Bruna da Silva
- Camila Olimpio Faccin
- Camila Pain e Paula
- Carine Luciana Ferrazo
- Carla Antonella da Silva Souza
- Carlos Alberto Maia
- Carlos Roberto Gabriel Teixeira
- Carmelindo Oliveira da Silva
- Carolina Gomes da Silva
- Cícero Simão da Silva
- Cinthia da Silva Senna
- Claudeci Geraldo
- Claudio Amorim - Associação Homens do Mar
- Cláudio Macatto Cardoso
- Cláudio Maia – Associação de Moradores do Parque Boneville
- Cleber da Silva - Associação Homens do Mar
- Cleide Barbosa
- Clóvis da Rocha Mendes
- Clóvis Henrique de Souza Gomes
- Cristiano Santos de Souza - Associação Homens do Mar
- Daiana da Silva
- Daiane Garcia
- Dalila Maria da Silva – Associação de Moradores do Parque Maitá
- Damião de Souza – Associação de Moradores de Santa Dalila
- Damys Nunes da Conceição
- Daniel Cesar Lopes Siqueira - Associação Homens do Mar
- Darli de Moura
- Dayse Menezes de Souza - Associação Homens do Mar
- Denise Sales - Associação Homens do Mar
- Diego Maimone
- Diego Oliveira
- Dulce Regina de Araújo – Associação de Moradores e Amigos de Nova Orleans
- Edilson da Silva Correia - Associação Homens do Mar
- Edmilson Carvalho
- Edson Esteves de Souza – Associação de Moradores do Villar Santo Aleixo
- Eliana Alves de Souza Barros
- Eliane Gomes Santos
- Eliane Medeiros
- Elias Eduardo Silva de Moura
- Eliezer de Oliveira da Silva – Associação de Difusão Comunitária Monte Moriá
- Elizângela Carla Correa
- Elizângela Fernandes
- Elmo da Silva Santos
- Eluilson da Silva Coreiro
- Eric Gomes da Silva

- Ernane Nascimento – Igreja Nossa Senhora da Piedade
- Ernesto Barbosa - Associação Homens do Mar
- Ezelina Chagas Moren
- Fabiana Bernardo
- Fabiana de Almeida Piccini
- Fabiana Paraguayo
- Fábio Macatto Cardoso
- Fábio Rebello Rocha
- Fábio Camacho Rebelo
- Fabio Teóphilo - Associação Homens do Mar
- Fabricia Chagas Moren
- Felipe Chagas Moren
- Fernanda Bessa
- Fernanda de Almeida Peccini
- Fernando Tadeu Fernandes - Rádio Comunitária Na Onda FM
- Francisco Antonio de Oliveira – RC Magé
- Francisco Gonçalves - Associação Homens do Mar
- Gabriel Joaquim Barbosa
- Gabriela de Paula Mendes
- Gabriele Astolfi
- Gersy de Oliveira
- Gilmar Silva – Igreja Assembléia de Deus
- Gilson Augusto da Silva
- Gilson de Souza
- Gilson Mendes Gonzaga
- Gleiciane Inácio
- Guson Ubiraci da Silva
- Heinstz M. Rempel - Associação de Moradores do Jardim Nazareno
- Helton de Oliveira Silva
- Hermínio de Souza Moraes
- Hilda Francisca
- Iran Chagas Moren
- Isidro Silva
- Iris Selmar Marinho
- Isabel Cristina Andrade
- Isabelle Barcellos Vieira
- Ismael F. França
- Israel da Silva Machado - Associação Homens do Mar
- Israel Onorato – Associação de Moradores e Amigos do Bairro do Gandé
- Ivonete da Cruz
- Ivanildo Ferreira Nunes
- Jair da Costa - Associação Homens do Mar
- Jair Lugão da Cruz – Conselho Comunitário de Segurança
- Jair Neves Schayder - Associação Homens do Mar
- Jane Cristina Alves da Silva
- Jane Faccini
- Jane Garcia Nascimento
- Jerônimo Luiz Araújo - Associação Homens do Mar
- João Luiz da Conceição – União de Moradores de Jororo e Condado Rio -Teresópolis (Umojocrio)
- João Marcos da Silva Dias
- João Marcos Pereira da Silva
- Joilson R. Benevides
- Jonas dos Santos - Associação Homens do Mar
- Jonas Lima de Macedo
- Jonatan Gabriel
- Jorge Antônio Cruz - Associação Homens do Mar
- Jorge Braga Soares
- Jorge Jose da Silva Lopes - Associação de Moradores Parque Estrela
- Jorge Luis Fagundes Gaspar
- Jorge Luiz Lima barroso
- Jorge Paulo de Arruda – Rádio Clube Mauá
- Jorge William Ferreira - Associação Homens do Mar

- José Antonio do Nascimento
- José Armindo Dobbarrio Machado
- José Carlos Gonçalves – Igreja de São Sebastião
- José Carlos Mello
- José da Silva Teixeira – Associação de Moradores da Comunidade São Sebastião
- José Francisco
- José Israel de Souza
- José Luiz Nascimento Júnior
- José Luiz Silva
- José Maria – Associação de Moradores do Bairro Maria Conga
- José Ricardo Torres Peixoto
- José Rosário Neves dos Santos – Associação de Moradores do Barão de Iriri
- Jovenil Soares da Rochad
- Juberto Pereira Junior
- Juceia Cordeiro da Cruz
- Juliana Maria Fontoura Moura
- Juliane Oliveira Rodrigues
- Júlio César O. Pereira
- Júlio Martins
- Julio Silva - Associação Homens do Mar
- Jurandir de Oliveira
- Keller Vieira da Silva
- Kleber Costa da Silva - Colônia de Pescadores Z-9
- Laira da Silva Tomaz
- Lanelúcia Santos Rangel Abreu
- Leandro de Lima
- Lena Maria Fontoura da Silva - Conselho Comunitário de Segurança
- Leonardo Bastos
- Leonardo de Souza
- Leonardo Tasinari – Igreja de São Nicolau
- Letícia Almeida Veiga
- Letícia Silva da Costa
- Lidiane Guimarães Figueiredo
- Liliane Catarine dos Santos de Souza
- Lorena Medela de Moura
- Lorival Benício Correa
- Lúcia das Dores dos Santos
- Luciana da Costa Fernandes
- Luciana Pereira Marins
- Lucilene Sebastião
- Luis Alberto Aires Correa
- Luiz André de A. Ribeiro - Associação Homens do Mar
- Luiz Lopes
- Luiz Paulo Silva
- Luiza Maria - Associação de Moradores de Araujo Feital
- Maicon Arde Carvalho – Associação de Moradores do Bairro Roncador
- Manoel Gomes
- Manuel da Silva Pereira
- Manuel M. Vieira
- Marcelo Ferreira
- Marcelo Francisco de Souza
- Marcelo Henrique Ferreira
- Márcia Regina Correa Santos - Associação dos Caranguejeiros e Amigos do Mangue de Magé
- Marcio Amaro Nunes - Associação Homens do Mar
- Marco Oliveira
- Marcos Aurélio Azevedo
- Marcos Gomes Pereira - Associação Homens do Mar
- Marcos H. da Silva - Associação Homens do Mar
- Marcos Mathias
- Marcos Vinícius Pinto Alves
- Margarida Maria Moreira da Silva
- Maria Celi Dias Ferreira

- Maria da Glória de Jesus
- Maria da Glória S.S. Pinheiro
- Maria das Graças Neves
- Maria de Jesus Teixeira
- Maria José de Oliveira
- Maria Rodrigues Cardoso
- Maria Verônica Carvalho dos Santos-
- Mariana M. Carano
- Márcio Lúcio
- Mário de Souza
- Mario dos Santos da Silva - Associação Homens do Mar
- Mário Fernandes Paulo
- Mário Libâneo Lopes da Silva
- Marilza da Silva
- Mauricio Cardoso Fernandes - Associação Homens do Mar
- Maurício de Oliveira Silva
- Meiry Hellen da Conceição Caruso
- Mercedes dos Santos Braga
- Michelle Moreira Maria
- Michelle R. Barcelos
- Mirian Farol da Silva
- Monique Macieira da Silva
- Nair Paulo Cabral - Associação dos Usuários da Rodovia Rio-Magé
- Nelson Antonio dos Santos
- Nereide Gabriel Barroso
- Neuza Maria - Associação de Moradores de Feital
- Newton Gouveia de Azevedo
- Nilton Cesar
- Nilton Inácio da Silveira
- Nilton Miguel da Silva
- Nilton Santos Gávila
- Orlando Araújo – Associação de Moradores e Amigos da Cachoeirinha
- Otávio Dutra Nogueira
- Paulo César dos Santos Souza - Associação Homens do Mar
- Paulo José Lopes
- Paulo Silva – Rádio Moriá
- Pedro Araujo dos Santos - Associação Homens do Mar
- Pedro Gomes - Associação Homens do Mar
- Penha Regina Macedo
- Polyanna Aguiar Lemos
- Priscila Souza
- Quele Cristina Beata
- Rafael de Souza Moraes
- Rafael Paraízo Ferreira
- Rafael Marins
- Ramiro Teixeira
- Ramom Barreto de Vasconcellos
- Raphael Diniz
- Raoni da Silva - Associação Homens do Mar
- Raquel de Oliveira Junior
- Regis Gomes de Oliveira - Associação Homens do Mar
- Renata Ferreira Costa
- Renata Ramos Teixeira
- Renato da Silva Crispim – Associação de Moradores de Guia de Pacobaíba
- Renato Rangel Moreira
- Renedilzon Barreto da Silva
- Renilda Jardim – Associação de Moradores de Suruí
- Ricardo dos Santos
- Ricardo Pereira - Associação Homens do Mar
- Roberta da Conceição
- Robson Rodrigues Pena

- Rodolfo Garcia Machado de Souza
- Rinaldo R. Roncetti - Associação Homens do Mar
- Rodrigo da Conceição - Associação Homens do Mar
- Romildo Soares de Oliveira - Associação de Trabalhadores da Pesca de Magé
- Ronel Felipe de Oliveira
- Roney Bastos
- Rosana Cristina de Moura
- Rosângela dos Anjos Moura - Associação de Moradores da Comunidade São Sebastião
- Rosilda Maria da Silva - Associação Homens do Mar
- Rosilene de Fátima
- Rosimere Barbosa
- Sandra Mustrange S. Santos
- Sandrimara Henrique Ferreira
- Sandro Schiavo Barros - Associação Homens do Mar
- Sebastião Ferreira Nunes - Associação Comunitária de Pequenos Produtores Rurais de Pau Grande
- Sebastião Gonçalves
- Sérgio Batista Carvalho
- Severino Araujo de Oliveira
- Silas S. Santos
- Simone Carneiro
- Simone dos Santos
- Sônia de Oliveira Sthoffel
- Suelen da Silva
- Suely Pereira Lopes
- Tatiana Bernardo Roque
- Tatiane Conceição Rebelo
- Teresinha Torres
- Tereza Maria dos Santos
- Therezinha Magalhães
- Thiago Medeiros
- Vagner Custódio Ferreira
- Valcir Ribeiro da Silva
- Valdirene Couto Raimundo - Associação de Moradores de Piedade
- Vanildo Rossy Moretty - Conselho Municipal das Associações de Moradores de Magé
- Vera Alice Vieira Carvalho
- Vera Lúcia Beato
- Vera Lúcia Carvalho Soliva
- Vera Lúcia Vieira Nunes - Associação de Moradores e Amigos do Campinho
- Verônica da Silva Soares
- Victor Marques Santos
- Vitor Moretti
- Viviane Gulão de Souza
- Wagner Bernardo Barros
- Washinton Luiz de Oliveira - Associação de Moradores de Barão de Iri
- Wilson de Abreu Costa
- Wilson dos Santos Siqueira - Associação Homens do Mar

PROJETO AGENDA 21 COMPERJ – CRÉDITOS TÉCNICOS E INSTITUCIONAIS

Petrobras

Gerente de Relacionamento	Gilberto Puig Maldonado
Gerente de Relacionamento Corporativo	Carmen Andrea Ribeiro Vianna Santos
Coordenador da Agenda 21 Comperj	Ricardo Frosini de Barros Ferraz
Assessor (mobilização à construção coletiva)	Caroline Vieira Nogueira
Assessor (formalização à finalização)	Luiz Cesar Maciel do Nascimento
Encarregado de Logística	Paulo Brahim

Ministério do Meio Ambiente

Diretora do Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental	Karla Monteiro Matos Geraldo Abreu
Assessor técnico (consolidação municipal)	Márcio Ranauro
Assessor técnico (consolidação municipal)	Luis Mauro Ferreira

Secretaria de Estado do Ambiente

Superintendente do Grupo Executivo do Programa Estadual da Agenda 21	Carlos Frederico Castello Branco
--	----------------------------------

Etapas mobilização da sociedade à formalização do Fórum

Instituto Ipanema

Coordenadora Geral	Ninon Machado de Faria Leme
Coordenadora Técnica	Maria de Lourdes Davies Freitas
Técnico	Eduardo Peralta Vila Nova de Lima
Técnico	Jaime Bastos Neto
Técnico	Mônica Engelbrecht Deluqui
Assistente Técnica (construção coletiva)	Cristiane Vieira Jaccoud do Carmo Azevedo
Assistente Técnica (construção coletiva)	Fernanda Leopardo
Assistente Técnico	Jorge Luiz Gonçalves Pinheiro
Assistente Técnico (construção coletiva)	Leonardo Fernandez Casado Barcellos
Assistente Técnico (construção coletiva)	Nilmar Vieira Magalhães
Assistente Técnica (construção coletiva)	Polita de Paula Gonçalves
Assistente Técnica	Priscila Amaro Lopes
Assistente de Apoio	Helena Maria de Souza Pereira

ISER

Coordenadora Geral (construção coletiva)	Samyra Crespo
Coordenador do Projeto	Claudison Rodrigues
Coordenadora Financeira	Dionei Brollo
Coordenador de Produção	Wagner Sabino
Técnica	Márcia Gama
Técnica	Patricia Kranz
Técnica (construção coletiva)	Ana Batista
Técnica (construção coletiva)	Renata Bernardes
Técnica (consolidação municipal)	Nathalia Araújo e Silva
Assistente de Coordenação (construção coletiva)	Martha Guimarães
Assistente Técnico/Financeiro	Hebert Lima
Assistente de Produção (construção coletiva)	Camila Rodi
Assistente Administrativo (consolidação municipal)	Fernando Pereira

Rodaviva

Coordenadora Geral (construção coletiva)	Cláudia Jurema Macedo
Coordenador do Projeto	Claudison Rodrigues
Coordenadora Financeira	Rozender Smaniotto
Coordenador de Produção	Wagner Sabino
Coordenador Regional	Vladimir Falcão
Técnica	Isabel Macedo
Técnico	Marcelo Arantes
Técnica (construção coletiva)	Tânia Jandira
Técnica (consolidação municipal)	Nathalia Araújo e Silva
Assistente Técnico	Hebert Lima
Assistente Administrativo (consolidação municipal)	Fernando Pereira
Assistente de Coordenação (construção coletiva)	Martha Guimarães
Assistente de Produção (construção coletiva)	Camila Rodi
Administração (construção coletiva)	Rosângela Ferrão
Tesoureiro	Jose Pedro Mendes
Suporte Técnico (construção coletiva)	Raimundo Nonato

ASA

Coordenador Geral	Roberto Rosa Olivella
Gerente do Projeto	Cláudia Passos Sant'Anna
Coordenador Técnico	Roberto Wagner Rocco
Coordenador de Campo (construção coletiva)	Leandro Quintão
Técnica	Ana Paula Costa de Paula e Silva
Técnico	Thiago Albuquerque
Técnico	Flavio Vizeu Soares Bezerra
Técnico (construção coletiva)	Alex Bernal
Técnica (construção coletiva)	Christiane Nascimento Santos
Técnica (construção coletiva)	Gisele Renault
Técnica (construção coletiva)	Nathália Araújo e Silva
Técnica (construção coletiva)	Priscila Amaro Lopes
Técnica (construção coletiva)	Patricia Themoteo Teixeira
Técnica (construção coletiva)	Renata Villaça
Técnico (construção coletiva)	Thiago Vasquinho Siqueira
Assistente de Relatoria (construção coletiva)	Tatiana de Sá Ferreira
Apoio Administrativo	Heidi Marques

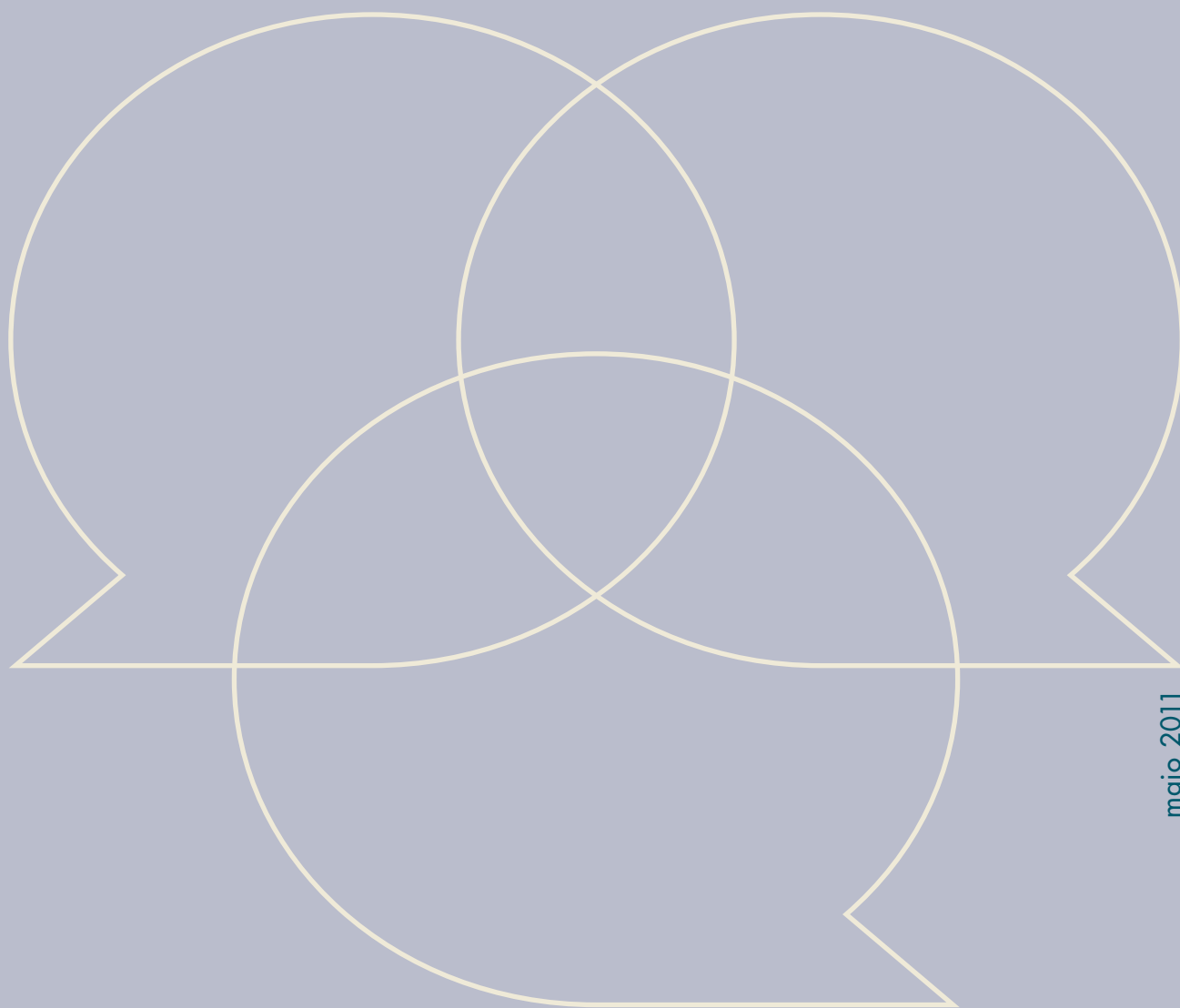
Consultorias:

Fundação José Pelúcio – Ladec / UFRJ (construção coletiva)	José Luiz de Santana Carvalho
ILTC (consolidação municipal)	Lucila Martínez Cáceres

Etapa de Finalização das Agendas

Consultorias:

Coordenadora Técnica	Patricia Kranz
Consultor	Ana Paula Costa de Paula e Silva
Consultor	Thiago Ferreira de Albuquerque
Consultor	Mônica Engelbrecht Deluqui
Consultor	Roberto Rocco
Consultor	Leandro Quintão
Técnica	Maria Aparecida de Oliveira
Produção de vídeo	Wellington Gomes de Oliveira



maio 2011

www.agenda21mage.com.br